

# O Sujeito da Linguagem na Lingüística Saussuriana

*Bohomoletz de Abreu?*  
Bruno Dallari 161

Campinas

1993

Este exemplar é a redação final da tese

defendida por Bruno Bohomoletz

de Abreu Dallari

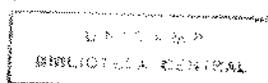
e aprovada pela Comissão Julgadora em

29, 10, 93.

*[Assinatura]*

Tese apresentada ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientador: Profa. Dra. Maria Fausta Pereira de Castro *n/*



## Índice

### Apresentação

1. Em busca do sujeito da linguagem .....	1
2. Rejeitando uma perspectiva .....	27
3. Fundando uma ciência .....	54
4. Concebendo a língua como um sistema .....	72
Sintetizando .....	80
Bibliografia .....	82

## Apresentação

Mais e mais a natureza do sujeito - o da linguagem, não o da sentença - é um tema, no âmbito dos estudos lingüísticos. Eu me inscrevo entre os pesquisadores que consideram particularmente importante e interessante a discussão dessa questão. São muitas as abordagens e direções a que ela pode levar.

Nesta dissertação de mestrado, eu abordo a questão de um ponto de vista histórico-epistemológico: trata-se de procurar no *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand de Saussure, e em tudo que o entorna, as razões da supressão do sujeito na sua Lingüística.

A seqüência da dissertação é a seguinte:

No primeiro capítulo, justifico a escolha do tema e situo o estado atual da reflexão e da discussão sobre o sujeito da linguagem. Eu preciso o que estou entendendo por sujeito da linguagem e a direção para a qual aponta essa concepção. Por fim, eu justifico a pesquisa sobre Saussure como parte da resposta à questão do sujeito.

No segundo capítulo, falo um pouco do ambiente dos estudos lingüísticos no século XIX e da presença desses estudos no trabalho de Saussure. Falo da imbricação da pesquisa lingüística dessa época com estudos histórico-literários e culturais e de como esse ambiente filosófico condicionou o aparecimento do sujeito romântico, centrado no "espírito".

No terceiro capítulo, descrevo o quanto o propósito de fundar uma ciência, por si mesmo e pelo que representava no ambiente positivista do século XIX, condicionou a forma do modelo saussuriano. Falo também da importância que tinha para Saussure sublinhar sua diferença com abordagens metafísicas e historicistas e de como isso condicionou a necessidade de promover uma ruptura, que implicava em excluir o sujeito entendido como indivíduo.

No quarto capítulo, o tema é a ordem lógica que Saussure imprime à língua e o modo como ele a inscreve num sistema. Eu falo da composição do sistema saussuriano, das relações entre seus elementos, das implicações que isso tem na definição do lugar do sujeito, na sua epistemologia, e de como tudo isso leva a um conceito da língua enquanto sujeito.

Campinas, setembro de 1993

Bruno Dallari

"Disons-le franchement: quand on nous interroge sur le structuralisme, nous ne comprenons pas le plus souvent de quoi on veut nous parler. C'est d'abord qu'il court grand rumeur parmi les grenouilles que le structuralisme est quelque chose comme une philosophie, et qui voudrait supprimer beaucoup de bonnes choses, dont l'homme en particulier. On conçoit l'émotion des grenouilles: elles partagent avec Narcisse la fréquentation des bords de l'eau. Mais s'il y a quelque conclusion à tirer de l'introduction des structures dans l'histoire de Narcisse, c'est justement qu'il ne serait pas du tout, s'il n'avait sa représentation là devant lui, dans l'eau, parmi les représentations autres, de branches et de nénuphars, et que c'est même seulement à apprendre (il ne le fera pas seul) de quelle absence cette image se tisse, de quel manque elle est le voile, qu'il peut, manque à son tour, y venir comme sujet."

François Wahl

na introdução de  
*Le Structuralisme en Linguistique*  
de Oswald Ducrot

# 1. Em busca do sujeito da linguagem

O que é o sujeito da linguagem?

Conceito difuso, que se presta a muitos entendimentos diferentes, 'sujeito' é um termo que encontrou seu uso pleno na Lingüística anterior e independentemente de uma definição e conceituação precisas. Nos textos lingüísticos, seu sentido deve ser depreendido do ambiente epistemológico em que ocorre cada incidência do termo. Ora empregado como equivalente a "fonte de dados", como na psicologia experimental ("sujeito da pesquisa"), o termo é freqüentemente utilizado, em trabalhos de referência piagetiana, no sentido de "indivíduo consciente". Textos ou abordagens com um viés filosófico ora corroboram essa leitura, que pode corresponder ao sujeito epistêmico kantiano ou ao 'Cogito' cartesiano, ora adotam uma acepção mais forte, a do sujeito da História (que se define pela ação que exerce sobre ela). Textos que dialogam com a Psicanálise também usam freqüentemente o termo, sempre no âmbito de eventos pessoais, com a mesma indefinição de sentido (seria o inconsciente?).

*Sujeito: o termo e o conceito*

O uso amplo e variado do termo sujeito nos explica muito pouco sobre o conceito sujeito. Quando se tenta reconstituir o conceito de sujeito a partir do uso corrente que as diversas linhas de reflexão sobre a linguagem fazem dele, torna-se difícil obter um conceito positivo e coerente, que inclua todas as implicações sobre os demais aspectos da linguagem. Cabem então duas perguntas: por que o termo é incidente e por que o conceito é indefinido?

Na verdade, é a formulação conjunta das duas perguntas que torna interessante a colocação do problema: como, sendo indefinido, um termo pode ser tão incidente? Como pode parecer a tantos autores que um conceito tão impreciso tenha algum valor explicativo? E, por que, sendo impreciso, ele é, ainda assim, necessário como suporte a tantas exposições?

Para esboçar uma resposta a essas perguntas e, sobretudo, para descobrir qual o verdadeiro problema que elas ocultam, comecemos por responder a uma outra pergunta: qual a origem do emprego do termo e da necessidade do conceito, dentro da Lingüística?

O termo sujeito aparece nos trabalhos lingüísticos sem se apresentar e sem dizer a que veio, ao contrário de outros termos técnicos - como morfema, discurso, dêitico - que apareceram acompanhados por uma densa explicação, caracterização, ilustração e justificação.

Em Benveniste, o primeiro lingüista contemporâneo a empregá-lo largamente, o termo sujeito surge sem ser introduzido ou explicado. O que não deixa de ser interessante, uma vez que Benveniste se pretende um rigoroso saussuriano e sempre explicita exhaustivamente os poucos conceitos novos que se permite introduzir (como "semântico/semiótico", por exemplo). Apesar do lugar de relativo destaque que o sujeito tem em sua obra, Benveniste não se compromete com nenhum sentido específico: o termo recebe uma dispersa e variada gama de acepções, que vão do filosófico-idealista ao psicológico-empirista, nos muitos artigos dos dois volumes *Problemas de Lingüística Geral* em que aparece (1). Essa imprecisão de sentido persistirá na maior parte das áreas/dos trabalhos que vierem a empregar o termo, posteriormente a Benveniste.

Um exemplo interessante dessa imprecisão - porque revelador do tipo de tensão epistemológica que enseja o seu emprego - está na produção psicolinguística, na qual o termo é muito freqüente. Muito provavelmente, a psicolinguística, ou pelo menos uma parte significativa dela, herdou de Piaget o uso generalizado do termo sujeito (2). De qualquer forma, o lado "psico" deve ter tido um peso considerável nesse uso. Por exemplo, Pierre Oléron, em *L'enfant et l'acquisition du langage*, usa 'sujet' primeiro apenas para descrever experimentos, mantendo o termo 'enfant' para falar do tema em geral. Em seguida, quando tematiza "o desenvolvimento semântico", Oléron fala dos três elementos que participam da constituição da significação: "l'objet, le sujet psychologique, la langue" (3). Daí para diante, 'sujet' passa a concorrer com 'enfant' para designar o aprendiz de linguagem. Na produção sócio-interacionista, mais estritamente lingüística do que trabalhos como o de Oléron, o termo sujeito aparece freqüentemente como forma alternativa a 'criança' ou 'infans'. Mais até do que esse uso, a própria caracterização do sujeito nesses trabalhos indica tratar-se de um equivalente a 'pessoa' ou mesmo a 'indivíduo' (4).

Para mencionar ainda outra área que recorre freqüentemente ao 'sujeito', podemos falar da gramática de texto. Aqui, 'sujeito' é usado como forma de dizer que muitos fatores participam da produção da linguagem, para caracterizar o falante como uma variável instável, submetida a todo tipo de tensão e influência - um uso, na verdade, muito contraditório em toda a Lingüística. Bastante ilustrativo disso, é o trabalho de Ingedore Koch, "A atividade de produção textual" (5). Nesse texto, 'sujeito' recebe apenas uma definição tosca, suficiente para que ele tenha seu papel especificado no âmbito do fenômeno descrito, mas não para incorporá-lo à documentação da abordagem em questão (textual).

"... um sujeito planejador/organizador (entidade psico-físico-social) que, em sua inter-relação com outros sujeitos, vai construir um texto, sob a influência de um complexo de fatores, entre os quais a especificidade da situação, o jogo das imagens recíprocas, as crenças, convicções, atitudes, os conhecimentos partilhados, as expectativas mútuas, as normas e convenções sociais. Isto significa que a construção do "objeto-texto" exige a realização de uma série de ações cognitivo-discursivas dos sujeitos no sentido de dotá-lo de certos elementos, propriedades ou marcas que, em seu inter-relacionamento, são responsáveis pela produção do sentido."

Todos esses exemplos são ilustrativos da forma de uso do termo sujeito que se generalizou na Lingüística. Eles apontam para o fato de que 'sujeito' não é entendido pelos autores que o empregam como um termo técnico. A esse respeito, é curioso notar que tanto no *Dicionário de Lingüística* de Jean Dubois, como no *Dicionário de Lingüística e Fonética* de David Crystal (6), ambos elencos de termos técnicos da Lingüística, o único 'sujeito' que consta é o da sentença.

É no âmbito da Análise do Discurso que o termo começa a ganhar a característica de um termo técnico. É assim que Eni Orlandi, em *Terra à Vista* (7), tematiza o sujeito em si mesmo (e não só como parte de uma exposição sobre um outro objeto), explicando as razões de seu ingresso, seu caráter e o lugar que ocupa na epistemologia:

"Uma característica importante da Análise do Discurso, (...), é que ela se interessa pelas condições de produção da linguagem, isto é, pelos interlocutores e pelo contexto de situação (enunciativo e histórico). É assim que o sujeito faz sua entrada no campo da reflexão sobre a linguagem.

Uma observação inicial é, no entanto, necessária: nós não nos ocuparemos do sujeito em geral, seja psicológico, seja psicanalítico. Nós não nos ocuparemos senão do sujeito-do-discurso." (pg.176)

"A perspectiva discursiva propõe que se considere que a relação do sujeito com a linguagem é uma relação contraditória, em que há dupla determinação: do enunciado pelo sujeito e deste pela sua relação com a exterioridade, seu contexto sócio-histórico." (pg.177)

"Em suma, a Análise do Discurso acentua o caráter material do sentido e a historicidade do sujeito." (pg.179)

Nem por isso, o conceito pode ser dado como resolvido na Análise do Discurso, como podemos ver em "A linguagem e seu funcionamento", da mesma autora (8):

"De forma geral, podemos dizer que o sujeito da linguagem não é um sujeito-em-si, mas tal como existe socialmente e, além disso, a apropriação da linguagem é um ato social, isto é, não é o indivíduo enquanto tal que se apropria da linguagem, uma vez que há uma forma social dessa apropriação." (pg.188)

Essa conceituação é seguida de uma análise de suas implicações, onde Eni Orlandi chama a atenção para as possíveis "interpretações pessimistas", que poderiam ser dela depreendidas e que devem ser evitadas: "a) Há um sujeito para cada situação; b) não há sujeito nenhum, por causa da determinação social". Ao fim da análise, ela coloca:

"Resumiríamos essas objeções dizendo que a relatividade da noção de sujeito não é absoluta. Não se deve enrijecê-la em nenhum dos pólos: nem no pólo individual, nem no social. Daí não se poder afirmar, (...), nem um sujeito absolutamente dono de si, nem um sujeito totalmente dominado pelo que lhe vem de fora. O espaço da subjetividade na linguagem é tenso." (pg.189)

Cito essa passagem para ilustrar o quão problemático ainda é esse conceito, mesmo num ambiente em que ele tem um papel central como elemento explicativo.

De qualquer forma, quando nos interrogamos sobre que conceito ou que conceitos estão abrigados pelo termo sujeito, a resposta aponta para uma direção muito clara, relacionada à necessidade de nomear a voz que manifesta a linguagem.

#### *Do falante ao sujeito*

No Estruturalismo, esse lugar era ocupado pelo 'falante'. Mais exatamente, o 'falante ideal' era (é?) um indivíduo virtual que detinha todo o conhecimento de uma língua qualquer ("um falante do inglês", "um falante do francês"). ('Falante' é, este sim, reconhecido como termo técnico da Lingüística, constando como verbete nos dois dicionários acima mencionados(9)). Numa Lingüística das línguas, que havia excluído a priori a linguagem

como objeto de suas investigações, essa formulação era satisfatória e suficiente para suas modestas necessidades, empíricas e teóricas.

É no movimento de superação do Estruturalismo que a natureza desse 'falante' vai ser problematizada. Sobretudo, porque se recupera, nesse momento, a linguagem como objeto da Lingüística, numa recusa da redução à língua. Vale notar que essa recuperação acontece em ambientes epistemológicos tão díspares como a Gramática Gerativa e a Análise do Discurso, para falar de dois extremos. E, justamente, a linguagem, como quer que se a concebesse, exigia um 'agente' (para tentar usar um termo neutro ou quase) mais complexo do que o falante para exercê-la. Inúmeros novos termos são empregados para designar esse agente: emissor-receptor, interlocutor (locutor/alocutário), enunciador, autor, competência, mente (10) ... e sujeito.

O termo sujeito surge como proposição de um conceito substitutivo para identificar o agente da linguagem, no lugar de 'falante'. Raramente essa substituição se deu expressamente e nunca isoladamente: mais freqüentemente ela aconteceu no quadro de uma recharacterização geral do que se entendia da linguagem como fenômeno ou no âmbito de uma discussão epistemológica.

O texto *Linguagem - atividade constitutiva*, de Carlos Franchi, contém uma dessas raras passagens em que a substituição dos termos é feita consciente e deliberadamente (11):

"Entendemos por 'situação' todo um jogo de fatores e relações que constituem condições de uso significativo da linguagem, ordenadas em relação ao sujeito (para não usar aqui o termo excessivamente restritivo 'falante')."

Essa passagem é interessante por duas razões inversas: Por um lado, porque a passagem falante-sujeito é expressamente formulada e justificada. Por outro, porque o lugar em que a passagem acontece, no parêntese de um rodapé, sem maiores explicações, mostra a pequena importância que era dada a ela, pelo menos no contexto do texto.

De qualquer modo, se tratava sobretudo de evitar "o termo excessivamente restritivo 'falante'". Essa passagem de Carlos Franchi nos dá uma pista para uma primeira explicação para a imprecisão, simultânea à generalização, do uso do termo sujeito: é que ele teria sobretudo e em primeiro lugar uma função negativa, qual seja, a de se opor à idéia de 'indivíduo', implícita em 'falante'. No âmbito desse movimento de ruptura com o Estruturalismo, era importante superar a identificação do produtor da linguagem com a pessoa física do locutor, por muitas razões: evitar o reducionismo biológico, confirmar a inscrição social, mas recusando o determinismo, caracterizar o caráter ativo e não passivo do falante, rejeitar a idéia de que este fosse um mero receptáculo da língua, sublinhar a imbricação do domínio lingüístico com o psicológico etc.

Não entrarei aqui no mérito dessas razões. Por ora, basta constatar que elas existiam e que eram muitas e fortes. Nesse caso, o termo 'sujeito' viria para preencher uma lacuna epistemológica e seria um termo-tampão, uma espécie de coringa, que substituiria o 'falante' excluído.

Por outro lado, se o falante era 'restritivo', é porque deixava de apontar para uma característica fundamental dele mesmo - a circunstância em que aparece, o contexto em que se inscreve. Entendido desse modo, o sujeito estaria acrescentando um traço positivo ao falante: a inscrição contextual. (Os trechos citados acima, tanto o de Carlos Franchi, como o de Eni Orlandi, da pg.176 de *Terra à Vista*, mostram que a atribuição de um papel para a 'situação' na produção do sentido está intimamente ligada ao advento do 'sujeito'). Porém,

essa positividade é ainda muito relativa, uma vez que a própria natureza do 'contexto' é, por sua vez, objeto de controvérsia.

O reconhecimento da necessidade de levar o contexto em conta para explicar o sentido, levou ao surgimento de uma das mais novas e polêmicas áreas da Linguística: a Pragmática, na qual cada abordagem pode ser identificada, justamente, pela forma como define e caracteriza o seu 'tipo de contexto', para usar a expressão de Herman Parret (12). Assim, no que diz respeito à precisão conceitual de 'sujeito', a associação com a inscrição contextual traz mais confusão do que definição. De qualquer forma, 'sujeito' não pode ser associado a nenhuma 'pragmática' em particular, menos ainda ao conjunto das 'pragmáticas'.

Mesmo se admitimos a negatividade ou o propósito de sublinhar o contexto como razões originais para a adoção do 'sujeito', falta explicar a persistência da imprecisão positiva do termo. Pode-se então levantar uma terceira hipótese explicativa, que pode excluir ou se acumular com as demais: a de que essa imprecisão talvez não seja acidental. É muito possível que o sentido de 'sujeito' tenha sido considerado como dado ... pela Filosofia (13). Ocorre que, no âmbito de trabalhos filosóficos, 'sujeito' é um conceito axiomático, primitivo, que não requer ser explicado ou demonstrado. Quando transposto para a Linguística, sobretudo no lugar que se lhe pretende atribuir, 'sujeito' passa a demandar essa explicação, já que vai conviver com outros conceitos mais bem definidos e sobretudo porque vai se relacionar muito proximamente com o domínio do empírico, no qual tais imprecisões não são bem-vindas (14). Habituada a operar com conjuntos de postulados e descomprometida com o oferecimento de explicações objetivas e cadeias de causas sobre eventos, a Filosofia pode ter no 'sujeito' um conceito extremamente útil e operacional. Na Linguística, o sujeito muda de estatuto e se torna 'fenômeno', 'fato', 'objeto do mundo', 'coisa' a ser identificada, descrita e explicada.

A negatividade, o propósito de sublinhar o contexto e o empréstimo da Filosofia são hipóteses para explicar como e porque o termo 'sujeito' pôde se generalizar antes que viesse a corresponder a um conceito bem definido. De qualquer modo, todas apontam para a existência de uma enorme lacuna teórica: a necessidade que a Linguística teve e tem de um conceito que correspondesse ao agente da linguagem que o identificasse de forma específica, diferenciada de caracterizações genéricas sobre "o ser humano".

*Recolocando a questão em termos lingüísticos:  
o sujeito como hipótese necessária*

O conceito de sujeito em curso não foi forjado no próprio ambiente da Linguística. Recorrer ao 'sujeito' foi uma solução satisfatória para finalidades primárias de algumas correntes. É preciso recolocar a questão em termos especificamente lingüísticos.

Para mim, a necessidade de "recolocar a questão em termos lingüísticos" significa, em primeiro lugar, re-formular a questão que traz o sujeito para (dentro d)a Linguística, para o que, é preciso identificar o momento primeiro da relação sujeito-linguagem, em que essa relação é fundada. Bem entendido, não se trata de um momento histórico-cronológico, em que essa relação teria aparecido ou acontecido pela primeira vez, mas sim de um evento epistemológico que corresponda ao grau zero da interrogação sobre o sujeito da linguagem. Um evento em que nada, ou quase, esteja pressuposto. É isto possível? A que instância endereçar a pergunta? Como interpelar o objeto evitando a armadilha de formular uma pergunta que já contenha em si a resposta?

Acredito ter encontrado essa almejada naïveté num artigo recente de Sfrío Possenti, no qual ele chega à questão através de uma seqüência de perguntas parafrásticas:

"Assim, a pergunta "quem fala?", independente de ser considerada por todos legítima, é constantemente posta, de maneira que se cria uma certa obrigação de tentar respondê-la. E, principalmente, não se pode deixar de reconhecer o forte parentesco entre a pergunta "quem fala?" e a pergunta "quem aprende a falar?", tida por legítima mesmo pelos defensores de uma lingüística mais "nuclear". A pergunta "quem aprende a falar" leva a outra que é no fundo uma paráfrase: "que características deve ter quem aprende a falar?", vale dizer, "quem é (o) sujeito na (da?) língua(gem)?" (15).

Essa formulação é interessante por resgatar a questão em sua forma mais primitiva: se o sujeito da linguagem é "quem fala", ele não é "quem pensa", "quem trabalha" ou "quem deseja". Ele não se define por ter intuições ou sentimentos, por veicular tais ou quais conteúdos, por processar informações desta ou daquela forma. Ele se define apenas por falar. Toda caracterização outra é secundária e subsidiária a esta.

É uma formulação que demanda que o atributo primeiro, fundamental, definidor, do sujeito - da linguagem - seja (deva ser e só possa ser) especificamente lingüístico. Ela estabelece um lugar próprio, singular e inconfundível para o sujeito da linguagem, face a outros sujeitos - o da História, o do desejo, o dos pensamentos e ações sociais, o da consciência e da intelecção, o da intencionalidade etc. É uma concepção que mantém possível que se proceda a cortes onto/epistemológicos nos quais haja uma superposição ou uma coincidência de atributos entre o sujeito da linguagem e algum outro, mas que impede qualquer reducionismo a priori. Dito de outra forma, o sujeito da linguagem pode até ser referido a outra ordem de objetos, mas jamais ser reduzido a esta ordem, qualquer que seja ela.

E, sobretudo, é uma formulação interessante, por Possenti observar que essa pergunta "obriga" a uma resposta, por "defensores" de qualquer lingüística, colocando assim, expressamente, a questão do sujeito como da ordem do necessário em Lingüística - qualquer lingüística. Se o sujeito é uma hipótese necessária, então ele deverá estar presente obrigatoriamente em cada teoria lingüística, na forma da resposta que essa teoria der à questão possentiana.

### *O problema da denominação 'sujeito'*

Postular o sujeito como hipótese necessária não é um entendimento isento de problemas. O primeiro problema está justamente em denominar essa hipótese necessária de 'sujeito'. Ocorre que o termo não é inocente. Seu emprego por certas abordagens lingüísticas e sua recusa por outras são determinados justamente pelas conotações - ainda que difusas - que o termo carrega. Poder-se-ia, então, legitimamente, estender o termo a certas correntes que o rejeitam e, ao mesmo tempo, esvaziá-lo de sua densidade naquelas em que sua presença representa uma certa tomada de posição? Impor a generalidade do termo não tiraria dele sua singularidade diferencial, que marca positivamente a algumas teorias e negativamente a outras?

A Gramática Gerativa poderia contestar sua inserção no rol das abordagens que tem uma hipótese sobre o sujeito, uma vez que o termo sujeito (que não o da sentença) não faz parte do vocabulário chomskyano. Para proceder a essa inserção, é preciso presumir que o conceito sujeito lá se encontra, a despeito de não ser jamais expresso nesta forma. Mas, justamente, se a Gramática Gerativa excluiu o termo sujeito de seu vocabulário, é porque entendeu que ele encobria um conceito indesejado na sua epistemologia. É significativo que o termo sujeito não apareça na Gramática Gerativa. Tanto Chomsky, com sua "lingüística cartesiana", como os cognitivistas em geral, com sua forte referência kantiana, poderiam se conceder o emprego eventual do termo 'sujeito', tal como consta nessas fontes. Porém, eles não o fazem jamais - o que é indicativo de que deve haver boas razões para que o termo seja evitado.

Efetivamente, o Cognitivismo é muito claro a respeito do que quer ou não incluir na sua epistemologia. Howard Gardner enumera cinco características como definidoras do cognitivismo; a terceira é a seguinte (16):

"A terceira característica da Ciência Cognitiva é a decisão deliberada de desenfatar certos fatores que podem ser importantes para o funcionamento cognitivo, mas cuja inclusão nesse momento complicaria desnecessariamente o empreendimento científico-cognitivo. Esses fatores incluem a influência de fatores afetivos ou emoções, a contribuição de fatores históricos e culturais, e o papel do contexto no qual ações ou pensamentos particulares ocorrem."

E, justamente, 'sujeito' (bem como suas formas derivadas, 'subjetivo', 'subjatividade', 'subjativismo') quase sempre indica a presença de algum desses aspectos expurgados (aliás, esses aspectos são frequentemente mencionados como 'aspectos subjetivos'). Não é difícil imaginar os argumentos dessa exclusão: "afinal, o sujeito, categoria que eventualmente some, mas sempre reaparece, nas ciências humanas, não serviria apenas para caracterizar o humano para além do mecânico? Não haveria aí um propósito humanista ingênuo de identificar aquilo que é singular do Homem?, de reconfirmar sua irreducibilidade à matéria e, portanto, de afirmar seu caráter sublime ... ou sagrado? Não estaria aí oculto o desejo religioso de atribuir uma alma ao Homem? ou uma nostalgia da finada Metafísica? Não é o conceito de 'mente' suficiente para descaracterizar e desautorizar qualquer reducionismo fisicalista? Em resumo, se queremos uma perspectiva verdadeiramente científica, 'sujeito' é uma categoria desnecessária, se não mesmo francamente indesejável, se prestando facilmente a mal-entendidos". Em uma palavra, o não-aparecimento do termo sujeito visa sublinhar uma tomada de posição; a sua ausência é um fato positivo dentro de sua documentação epistemológica. O que, por fim, desautorizaria a aplicação do termo a um objeto da Gramática Gerativa - pelo menos nessa acepção, por ela rejeitada. E que talvez corresponda, para ela, à única acepção possível. (17)

Com tudo isso, podemos incorporar a Gramática Gerativa na discussão do tema do sujeito a despeito dela mesma, sem que isso configure uma violação ou uma falsificação de seus verdadeiros pressupostos? Não seriam distorcidas as conclusões obtidas por essa via?

Inversamente, a Análise do Discurso atingiu um nível bastante elaborado de reflexão em torno do sujeito, de sua natureza, sua relação com a linguagem etc., como vimos em trechos anteriormente citados neste capítulo. Nesse caso, adotar uma acepção genérica de 'sujeito' não seria impor à Análise do Discurso uma regressão a um estado bruto do conceito; não seria nivelar o conceito pelo seu mais baixo denominador comum?

Em uma palavra: vale a pena adotar uma noção tão ampla, tão aberta de sujeito, mesmo sob o risco de perder sua singularidade, a especificidade que lhe assegura algum poder, senão explicativo, pelo menos distintivo? Não é verdade que, quando um conceito ganha em extensão, perde em compreensão? Não estaria o conceito de sujeito sendo esvaziado, despossuído justamente da propriedade que o torna interessante como elemento epistemológico?

A resposta - cautelosa - a essas questões é que, se concordamos que a pergunta sobre o sujeito pode ser legitimamente colocada para todas as "lingüísticas" e desde que tenhamos claro que esse sujeito é um por-definir, uma posição em aberto, de que o termo está sendo empregado numa versão remodelada, despossuída de suas conotações, podemos estar certos de não estarmos cometendo nenhuma grave violação. Mas, sobretudo, precisamos estar convencidos da pertinência e da utilidade da operação (de generalização do conceito).

Não há dúvida de que se perde algo quando se faz essa opção - para levá-la adiante é preciso estar convencido de que se está ganhando mais do que perdendo. Poder-se-ia perguntar, finalmente, por que chamar o sujeito de 'sujeito' e não de 'agente' ou mesmo adotar um "falante estendido", que incorporasse tais ou quais atributos. As respostas: Primeiro, porque sujeito é um termo já consagrado em grande parte da literatura lingüística. Nenhum outro termo tem o mesmo alcance. Segundo, porque fora a importante oposição da Gramática Gerativa, não há nenhuma outra objeção presumível.

De qualquer modo, a questão de como denominar o sujeito sempre estará em aberto - a rigor e em princípio, qualquer nome é válido. O sentido maior da generalização do termo é conseguir uma convergência em torno da discussão do conceito - sob qualquer denominação. O importante é confirmar a existência de um objeto a que se está denominando 'sujeito', que corresponde à resposta da pergunta de Possenti, anteriormente citada. Mas ... será que este objeto existe mesmo? Ou ele é uma ficção, um artefato epistemológico, que não denomina mais do que uma terra incógnita? por que dar nome a um território de desconhecimento?

Com efeito, quando reconhecemos o sujeito, o fizemos como lugar de uma interrogação ("quem fala?"), à qual não pode ser atribuída nenhuma sustantividade. A interrogação - enquanto se mantiver como interrogação - não pode servir como elemento explicativo de nenhuma exposição. O próximo passo, portanto, é tentar identificar que tipo de objeto pode vir a corresponder ao conceito sujeito.

Bem entendido, não se trata, aqui, de escolher entre os diversos sujeitos ou tipos de sujeito existentes. Estamos num nível ainda anterior do problema, numa questão mais básica, qual seja, a de, uma vez reconhecido o sujeito como categoria geral da Lingüística, estabelecer parâmetros para sua investigação, e não na discussão que segue a essa, que é, isto feito, definir sua natureza.

### *O sujeito como objeto*

Se o sujeito é uma hipótese necessária, podemos presumir que haverá um objeto, uma entidade empírica, que o encarnará. Mas como poderá ser esse objeto? Se o sujeito é uma hipótese, devemos esperar que o conceito se materialize imediatamente numa entidade concreta?

Quando interpelamos o sujeito enquanto objeto, nos deparamos imediatamente com uma gama disparatada de entidades: pode-se abrigar na mesma categoria coisas tão diferentes

como a mente cognitivista, a competência chomskyana, o enunciador e o sujeito do discurso ou da gramática de texto? O que nos autoriza a reuni-las sob um mesmo conceito? Que espécie de objeto está em questão, afinal?

A verdade é que, em princípio, nada autoriza e, sobretudo, nada obriga a que se proceda à reunião dessas entidades sob uma mesma categoria. Nada obsta que as diversas correntes da Linguística tematizem paralelamente o sujeito, sem jamais fundirem a discussão numa só. Mas, justamente, se situamos o sujeito no lugar de uma interrogação e não desde logo num lugar empírico, foi para proceder a um recuo a uma visão de cima da questão da relação sujeito-linguagem, que tornasse possível essa fusão.

O sujeito foi postulado como entidade necessária a partir de considerações anteriores e independentes da empiria do objeto que nomeie - qualquer que seja ou que venha a ser. Dever-se-ia, uma vez feita essa postulação, procurar, em seguida, reconhecê-lo neste ou naquele objeto? Desde logo, podemos constatar que tentar resolver esse problema através de uma ida ao empírico resultará inútil. Se as entidades que propomos reunir sob 'sujeito' - a mente cognitivista, a competência chomskyana, o enunciador, o sujeito do discurso - são tão díspares, como disse mais acima, então não é possível fazer uma reconstituição indutiva do objeto sujeito. A indução, entendida como generalização obtida da acumulação de incidências particulares de um fenômeno, é evidentemente impossível neste caso, dada a total diferença empírica, a ausência de qualquer elemento comum, das entidades em questão.

Um segundo caminho seria tentar entender o sujeito como conceito hipotético dedutivo. Mas também uma dedução popperiana é problemática, já que não há nenhuma verdade a ser verificada ou falseada. Mesmo se entendermos o sujeito, genérica e provisoriamente, como sendo "o agente da linguagem", (o que, a bem dizer, não passa de uma tautologia) de qualquer modo, essa definição não identifica um vínculo, não estabelece um elemento comum, entre essas entidades, a que estou chamando 'os sujeitos'. Não há nada que possa ser "falseado" ou "confirmado". Assim, se o caminho que resta é dedutivo, não poderia ser a dedução empírica de Popper (18), na qual o conceito proposto é confirmado ou não pela experiência, mas a dedução transcendental de Kant ou a abdução de Peirce (19), onde o conceito é aplicado ao objeto como um a priori. Mas ... pode um conceito a priori ser reconhecido como um objeto?

Sim, desde que se tenha claro que esse objeto pode não ser, e provavelmente não será, um objeto, mas toda uma gama possível de objetos. A rigor, teremos um sujeito para cada resposta diferente da pergunta "quem fala?". Só nesse momento o sujeito aparecerá como objeto empírico. Entendê-lo como conceito a priori é mantê-lo, de certa forma, ainda, mais no lugar de uma interrogação do que no de uma entidade concreta a ser identificada.

Há ainda um comentário a fazer sobre a questão possentiana. Possenti coloca a pergunta "quem" é o sujeito da linguagem. A mim parece que esta formulação traduz uma determinada expectativa a respeito da resposta, expectativa esta que pode limitar o território de busca. Eis porque eu prefiro a formulação "o que", para manter o rigor científico e evitar qualquer parti pris antropomórfico. (e, já que, como vimos, evitar o antropomorfismo parece estar entre as motivações mais importantes da adoção do 'sujeito').

A pergunta está em aberto e é atualíssima: o que é o sujeito da linguagem ?

A resposta a essa questão tem sido dada por várias correntes da Lingüística, que tematizam amiúde a natureza do sujeito. Se é verdade que o sujeito é uma presença obrigatória em qualquer teoria lingüística, vejamos como ele tem aparecido em algumas delas.

A Análise do Discurso vem aprofundando a discussão sobre o sujeito, a partir do pressuposto de sua inscrição sócio-histórica. As passagens de Eni Orlandi anteriormente citadas são bastante representativas do tratamento que a questão do sujeito vem recebendo da Análise do Discurso. Mais do que outras áreas, a Análise do Discurso parece saber o que quer, quando o tema é o sujeito:

"... nós não nos ocuparemos do sujeito em geral, seja psicológico, seja psicanalítico. Nós não nos ocuparemos senão do sujeito-do-discurso" (*Terra à Vista*, pg.176)

De qualquer modo, é na Análise do Discurso que a noção de sujeito, até por sua centralidade nessa epistemologia, sofre o burilamento mais sofisticado. Ilustrativo disso é o advento da noção de "forma-sujeito" como uma maneira mais precisa de se referir ao conjunto do fenômeno. Michel Pêcheux e Paul Henry citam o mesmo trecho de Louis Althusser para introduzi-la:

"Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito. A 'forma-sujeito', de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais." (21)

Também a Teoria da Enunciação vem trabalhando o tema, no âmbito da discussão sobre diferença, complementaridade e superposição de papéis entre enunciador, locutor, autor e narrador. Para ilustrar, cito essa passagem de Eduardo Guimarães em *Texto e Argumentação* (22). Note a rejeição do 'falante', que sempre aparece quando se quer propor o sujeito.

"É pela incorporação do conceito de Polifonia constituído por Bakhtine que a semântica da enunciação considera as diversas representações do sujeito da enunciação no enunciado.

A dupla falante/ouvinte caracteriza, simplesmente, os agentes dos fenômenos físico-fisiológicos de falar e ouvir, e não dizem respeito ao lingüístico, não se incluem, portanto, no objeto da semântica.

Há, por outro lado, locutor/alocutário e enunciador/destinatário, que são figuras (personagens) da enunciação lingüisticamente considerada."

Em seguida, no texto de Guimarães, vem a especificação do que é cada um.

Mesmo a abordagem chomskyana não pode deixar de tratar do assunto: ela o tem feito profusamente, particularmente quando trata da relação entre linguagem e mente. Assim é que Chomsky coloca, justamente em *Language and Mind* (23)(repare na semelhança com os termos kantianos, descritos na nota x):

"... se contemplamos o problema clássico da psicologia, qual seja, o de explicar o conhecimento humano, somos inevitavelmente surpreendidos pela enorme disparidade entre conhecimento e experiência - no caso da linguagem, entre a gramática gerativa que expressa a competência lingüística do falante nativo e os dados escassos e fragmentados com base nos quais ele constrói a gramática para ele mesmo."

O que dá ensejo à postulação do inatismo:

"... parece que o conhecimento da linguagem - uma gramática - pode ser adquirida apenas por um organismo que foi pré-configurado com uma severa restrição sobre a forma da gramática. Essa restrição inata é uma pré-condição, no sentido kantiano, para a experiência lingüística, e parece ser o fator crítico que determina o curso e o resultado do aprendizado da linguagem."

Concepção de sujeito que força a aproximação lingüística-psicologia, como corolário do longo raciocínio (e conclusão do libelo):

"... o estudo da linguagem deve (...) propiciar uma perspectiva notavelmente favorável para o estudo dos processos mentais humanos. (...) Parece-me que o estudo da linguagem deve ocupar um lugar central na psicologia geral."

*Language and Mind*, de 1968, é um texto altamente programático. Em *Regras e Representações* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981, original norte-americano de 1980), esse programa aparece realizado e amadurecido:

"... podemos supor que há um estado mental inicial fixo, geneticamente determinado, comum à espécie, com variações mínimas, excetuando-se os casos patológicos. A mente passa por uma seqüência de estados dentro dos limites determinados pela experiência, alcançando finalmente um "estado estacionário" numa idade mais ou menos determinada, um estado que a partir desse momento sofre apenas modificações superficiais. A propriedade básica desse estado inicial é que, a partir da experiência, ele se desenvolve até chegar ao estado estacionário. Portanto, o estado mental inicial poderia ser encarado como uma função característica da espécie, que projeta a experiência em um estado estacionário. A gramática universal é uma caracterização parcial dessa função, desse estado inicial; a gramática de uma língua que se desenvolveu na mente é uma característica parcial do estado estacionário que foi atingido." (pg.142)

Para que não se subestime o alcance das implicações epistemológicas de seu "sujeito", Chomsky continua:

"Vista dessa forma, a lingüística é o estudo abstrato de certos mecanismos, de seu crescimento e de sua maturação. (...) o sistema lingüístico é apenas um entre vários sistemas cognitivos que interagem intimamente no uso efetivo da linguagem." (pg.143)

Embora a posição de Chomsky a respeito de muitos assuntos tenha mudado, sobretudo desde 1981, quanto à inscrição psicológica da linguagem se dá o inverso: um reforço e um aprofundamento desse ponto de vista (24).

### *O sujeito como instância do debate epistemológico da Lingüística*

Diversos temas tem alimentado, desde sempre, o debate epistemológico da Lingüística: a natureza da gramática, a questão das unidades mínimas de análise, a questão da forma de tratar o discurso e o texto etc. A questão do sujeito encampa algumas questões antigas, mas, sobretudo, propicia uma nova perspectiva que, além do tratamento específico do problema do "agente da linguagem", obriga todos os demais aspectos de uma abordagem a se arranjam e a se definirem em função dela. A forma pela qual uma teoria trata a questão do sujeito a condiciona inteiramente.

O livro "A ferramenta imperfeita" (25) nos dá uma boa idéia do significado da questão do sujeito na Lingüística. O texto principal do volume é assinado por Paul Henry, mas o livro contém também um posfácio de Ducrot intitulado "Nota sobre a pressuposição e o sentido literal". Curiosamente, o artigo de Ducrot é uma resposta a críticas que Paul Henry lhe faz ... no próprio volume - o que acaba dando a ele o cunho de um debate. O volume nos interessa aqui por duas razões: primeiro porque ele encaminha a questão do sujeito para um problema particular: o problema do sentido; segundo, porque, a partir disso, ele generaliza a questão para toda a Lingüística. Vejamos.

Excetuando a possibilidade de uma abordagem fonética, a pergunta "quem fala?" pode ser entendida como "quem produz sentidos?". Que se especifica na pergunta: "é o indivíduo falante responsável pelos sentidos que veicula? ou são outras vozes que falam através dele?". Num colóquio que proferi no IEL/Unicamp em 1987, intitulado "A questão da consistência do sujeito", coloquei dois extremos possíveis, entre os quais toda teoria lingüística se encaixará, no que diz respeito a essa questão. Um, no qual o sujeito tem uma densidade absoluta, contendo em si todos os dispositivos para produção e interpretação da linguagem. Outro, no qual a consistência da linguagem estaria nos discursos, dos quais o sujeito seria apenas o veiculador. A "questão da consistência do sujeito" é saber o quanto o falante responde pelos conteúdos que veicula.

Ducrot e Paul Henry terão respostas diferentes para essa questão. O interesse em acompanhar essa discussão, é que ela coloca os termos e os argumentos que dão o primeiro - e necessário - enforme à questão do sujeito em Lingüística - qualquer lingüística.

O primeiro termo chave da posição de Paul Henry é 'complementaridade' ou 'campo da complementaridade':

"...no campo da complementaridade, a linguagem aparece de maneira privilegiada como aquilo que assegura a articulação do psicológico e do social, principalmente em torno da noção de comunicação." (pg.115)

Privilegiada, porém bem distinta. Paul Henry vai criticar o conjunto de abordagens lingüísticas situadas no "campo da complementaridade", justamente por caracterizarem a linguagem como uma interface entre os domínios social e psicológico, sem nenhuma imbricação com eles. A essa abordagem, vai corresponder um certo sujeito:

"A identificação entre sujeito e indivíduo (enquanto corpo orgânico, objeto natural) é a base de uma concepção teórica de uma subjetividade natural e irredutivelmente individual, ao mesmo tempo que universal, que é aquela do campo da complementaridade." (pg.138)

Paul Henry assim caracteriza esse sujeito da linguagem, que ele atribui a Jakobson, Chomsky e Harris:

"Esse sujeito é ao mesmo tempo individual, universal e social. Sua dimensão especificamente universal está ligada às operações de comparação, substituição, concatenação que estão implicadas na composição e interpretação de toda mensagem. Essas operações definem esse sujeito como idêntico, em um certo nível, a uma "máquina lógica" que podemos conceber a partir do modelo de uma máquina de Turing (autômato abstrato) mais ou menos especificada. A dimensão propriamente lingüística, e também social ou pelo menos intersubjetiva, desse sujeito é relativa, de um lado, ao estoque de elementos sobre o qual ela opera e, por outro, à especificação da máquina lógica no seu funcionamento sobre esse estoque de elementos. Essa especificação corresponde às limitações a que se submetem a seleção (por exemplo, só os elementos "similares" são substituíveis) e a combinação dos elementos (por exemplo, certos verbos supõem um sujeito animado). Enfim, toda a mensagem tem um caráter individual porque representa a escolha de uma produção particular no conjunto de todas as produções possíveis da máquina assim especificada. Donde a idéia de uma "liberdade do locutor" na qual é possível alojar muitas coisas: a afetividade, as motivações, a criatividade individual (...), as crenças, as opiniões etc. Isso constitui a dimensão propriamente individual do "sujeito da linguagem" no campo da complementaridade, dimensão que se pode considerar como constituída na intersubjetividade do social ou somente na individualidade." (pg.118)

Paul Henry aponta "o parentesco deste 'sujeito da linguagem' com o sujeito piagetiano" (pg.119), sobretudo para inclui-los numa categoria ainda mais geral - o "sujeito de ciência":

"Nos dois casos (no gerativismo e no distribucionalismo), trata-se de produzir uma unidade da diversidade dessa realidade (da linguagem). Essa unidade é formulada em referência a uma posição do "sujeito de ciência" que, como em Piaget, pode ser considerada como interiorizada pelo sujeito falante ou como exterior a esse sujeito, em um lugar situado fora do alcance da contingência da história." (pg.121)

Qual seria o objetivo dessa operação que faz equivaler o "sujeito da linguagem" ao "sujeito de ciência"? Para Paul Henry, o enquadramento científico da linguagem é uma operação ideológica, que visa desistoricizar o sujeito:

"Se a configuração do "sujeito de ciência" no campo da complementaridade culmina num formalismo totalizante, (...) isso decorre (...) do fato de essa configuração passar ao largo da dimensão da história formulada pelo conceito de "luta de classes"; dimensão da história que a complementaridade tem por função ocultar." (pg.122)

Como alternativa, Paul Henry propõe um novo enquadramento:

"A questão do sujeito é tão pertinente quanto a da linguagem. É porque a questão da linguagem foi levada à sério, recusando sua redução pura e simples a uma realidade psicológica, social ou outra, que a lingüística marcou uma passagem para o materialismo no campo da complementaridade. (...) É essa relação de constituição/contradição que se encontra marcada na referência comum da psicanálise, da lingüística e da teoria das ideologias às noções de sujeito e linguagem. Nessas condições, o que cada uma dessas posições científicas pode demonstrar, no que diz respeito ao real que se mostra, através dessas noções, na sua historicidade e sua materialidade, não poderia ser indiferente às outras. Disso depende que a questão lingüística seja formulada fora da referência ao campo da complementaridade. Disso depende também a formulação adequada da questão do papel da linguagem no processo de produção e apropriação do conhecimento, considerando o desdobramento da forma-sujeito não apenas na perspectiva da relação do processo de produção-reprodução do conhecimento com processo de produção especificamente econômico, mas também na sua relação com a linguagem." (pgs.147 e 148)

Uma operação essencial para viabilizar essa perspectiva é a desmontagem do campo da complementaridade através da articulação, num só sujeito, do "sujeito do inconsciente", do "sujeito da ideologia" e do "sujeito da língua" (conceitos que, no campo da complementaridade, aparecem como mutuamente exclusivos). Essa articulação se funda no fato de que os conceitos de inconsciente, língua e ideologia operam, todos os três, sobre as noções de sujeito e de linguagem. Nessa operação, desmonta-se o campo da complementaridade e se institui um novo campo, do qual participam o materialismo histórico, a psicanálise e a lingüística. Esse novo campo é uma espécie de hiperlingüística, que transborda para aquilo que é tradicionalmente reconhecido como domínio do psicológico e do social (já incluído o histórico).

Essa posição será contestada por Ducrot, em seu artigo do mesmo volume ("A ferramenta imperfeita"):

"Introduzir o sujeito na teoria da enunciação é, para Paul Henry, crer que o agente da enunciação, isto é, o locutor, aquele que constrói um enunciado e o pronuncia, é o autor e o responsável pelo sentido transmitido pela enunciação, é,

portanto, crer que aquele que fala é também aquele que diz. (Ora, ...) Para que eu possa ser a origem do sentido de minhas palavras, seria necessário efetivamente que primeiro eu possa, no momento em que falo, conhecer esse sentido, estendê-lo diante de mim. O que é impossível, na medida em que ele depende da situação, e em que esta, ao envolver-me, escapa-me. Essa conclusão é tanto mais inevitável quanto mais amplo for o sentido dado à palavra 'situação', incluindo, sobretudo, as associações em que são tomadas normalmente, no conjunto do discurso do qual o meu faz parte, as palavras de que me sirvo. De tal modo que o locutor ignora necessariamente o que suas palavras significam. (...) Se queremos, em compensação, manter que o locutor é o sujeito da enunciação, é preciso chegar a definir um sentido que não corra o risco de escapar-lhe, um sentido que ele possa circunscrever, considerar e escolher. Segundo Paul Henry, é o que fazem os lingüistas quando supõem que cada frase, tomada isoladamente, possui um sentido, seu "sentido literal" (na minha terminologia é a "significação"). Pois se o valor situacional de nossas palavras pode escapar-nos, seu valor literal, em compensação, deveria ser-nos conhecido na medida em que conhecemos a língua que utilizamos. Podemos, portanto, ser declarados responsáveis e sermos, por esse fato, considerados não apenas como os agentes, mas como os sujeitos de nossas enunciações." (pg.205)

Para Ducrot, somos sujeitos porque dominamos a língua (que falamos).

"Em termos saussurianos, o sentido literal pertence à língua, dando a essa palavra o sentido mais exigente, isto é, estabelecendo entre ela e a fala uma diferença de natureza, sem portanto apresentá-la como uma espécie de extrato ou de ideal da fala. E o que me interessa é de ser obrigado a prever no interior da língua um ato como o de pressupor, que se refere ao debate intersubjetivo. Acha-se assim reforçada a concepção geral da língua que, disse no início, parece ter dirigido a maior parte dos meus trabalhos e que a apresenta como sendo, antes de tudo, um instrumento para o afrontamento dos indivíduos." (pg.234)

"Será possível tirar dessas observações uma resposta ao problema do sujeito, preocupação central de Paul Henry? (...) Chamar o locutor de um sujeito, isso pode querer dizer primeiro que pensamos que ele seja a origem, produtor, do sentido das suas palavras. Mas busco aqui apenas, como o faz freqüentemente Paul Henry, uma definição mais fraca: declarar X sujeito de sua enunciação é supor que ele conheça o sentido dessa enunciação no momento em que ele a realiza. Minha primeira observação será para mostrar que a questão do sujeito não poderia ser reconduzida para a do sentido literal. Suponhamos que atribuimos, como exige por definição a semântica lingüística, uma significação aos enunciados. Suponhamos mesmo que o locutor, na medida em que conheça a sua língua, conheça essa significação.

Disso não resulta, de forma alguma, que ele conheça o sentido de sua enunciação - que é outra coisa totalmente diferente, procurei mostrar, da significação de seu enunciado. Parece-me portanto possível separar a hipótese de um sentido literal e a crença do sujeito." (pg.234)

"Estando estabelecida essa separação, resta mostrar em que sentido podemos, (...), falar de um locutor-sujeito. (...) É verdade que o mecanismo de interpretação por subentendido parece uma constante, que provém da língua e não depende dos indivíduos; mas, dada a indeterminação da situação, cada interpretante tem uma grande liberdade para aplicar esse mecanismo a seu modo, e produzir seus próprios subentendidos." (pgs.235 e 236)

"O que foi dito parece-me autorizar uma resposta positiva - mas de alcance restrito - ao problema do sujeito. Dada uma enunciação, é sempre possível extrair da situação de discurso diversos elementos permitindo a interpretação. (...) não vejo porque o locutor não poderia representar-se um sentido de suas falas. De modo que as frases "X quis dizer isto", "X não quis dizer isto", não me parecem, nelas mesmas, absurdas (ainda que falte explicar como se pôde descobrir o sentido contemplado por X)." (pg.236)

Assim é que Ducrot reconhece a validade da crítica que Paul Henry lhe faz, mas mantém suas posições originais. Ele prefere considerar que o raciocínio de Paul Henry leva à constituição de uma outra perspectiva inteiramente diferente, o que significa que os (novos) termos que Paul Henry coloca não se enquadram na abordagem que ele mesmo (Ducrot) adota. A partir dessas constatações, Ducrot diz que "dois tipos de pesquisa são concebíveis":

Uma na qual, "para uma dada enunciação", se procura explicar, "o leque de seus sentidos possíveis, especificando, para cada um, quais representações situacionais e quais processos interpretativos permitem engendrá-lo. Aos psicólogos, historiadores e sociólogos pode interessar buscar, em seguida, qual desses sentidos foi visado pelo locutor, qual foi compreendido por tal destinatário ou tal ouvinte." Nesse caso, "a tarefa do lingüista é apenas explicar a possibilidade de todas essas leituras".

Outra, que Ducrot atribui a Paul Henry, na qual se desconsidera as representações de sentido para o locutor-sujeito, na qual

"tentar-se-á determinar, segundo os métodos que não provêm mais, de modo algum, da pesquisa lingüística tradicional, um sentido verdadeiro, engendrado pela situação real, "material", do locutor. Sentido que ele conhece tão pouco quanto conhece a situação. Tomaremos então como uma ilusão a eventualidade de que o locutor seja sujeito. Poderemos além do mais procurar mostrar - como o faz Paul Henry (...) - que essa ilusão é inevitável. Seria uma necessidade consubstancial à língua, na medida em que ela se representa, ela própria, como um instrumento de comunicação, permitindo a sujeitos conscientes de seu pensamento, torná-lo conhecido." (pg.237)

De qualquer forma, o problema de como pesquisar o sujeito não pode depender de um critério estritamente científico: "A escolha entre essas duas direções de trabalho não pode com certeza, no momento atual, ser objetivamente justificada."

*De volta ao começo: o sujeito em Saussure*

O primeiro passo para responder à pergunta "quem fala?" ou "o que fala?" é ir aos fundamentos da Lingüística e examinar como a questão se coloca desde o início. A rigor, poder-se-ia ir ainda mais atrás no tempo, já que, como é bem sabido, a reflexão sobre a linguagem precede de muito a constituição da Lingüística enquanto ciência da linguagem. Nesse caso, no entanto, cairíamos num contexto de reflexão distante demais dos termos da discussão em questão. Além do mais, é justamente no movimento fundador da Lingüística, na intenção de se constituir uma ciência, que encontraremos algumas das razões mais importantes que fizeram com que a questão viesse a se colocar.

Por isso, acredito que o trabalho de prospecção sobre a natureza do sujeito deva se iniciar pela obra daquele que propôs a primeira epistemologia para a Lingüística: Ferdinand de Saussure. Começar por Saussure não é apenas um procedimento escolar que visa respeitar a cronologia da evolução de uma ciência. Na verdade, a posição de Saussure teve - e tem ainda - enormes implicações em todo o desenvolvimento ulterior da Lingüística, no que se refere à questão do sujeito (além de muitas outras). Nosso percurso consistirá em passar em revista termo a termo a ontologia saussuriana para, em seguida, tentar depreender e entender sua posição sobre o sujeito. É o nosso propósito.

(1) A observação é da profa. Claudine Normand, que fez uma varredura nos dois volumes "Problemas de Linguística Geral" precisamente para identificar o sentido de cada uma das incidências de "sujeito" em Benveniste. Revista Lynx, outubro de 1992. Claudine Normand - Langages 77 pg.9 (3/85) "Le sujet dans la langue".

(2) Uma boa ilustração do processo de constituição e da definição do sujeito em Piaget encontra-se nestes trechos de *A Epistemologia Genética*, de 1970 (citado aqui de "Os Pensadores", São Paulo, Ed. Abril, 1978) (grifos meus):

"Em uma estrutura de realidade que não comporte nem sujeito nem objetos, evidentemente o único liame possível entre o que se tornará mais tarde um sujeito e objetos é constituído por ações, mas ações de um tipo peculiar, cuja significação epistemológica parece esclarecedora. Com efeito, tanto no terreno do espaço, como no dos diversos feixes perceptivos em construção, o lactente tudo relaciona a seu corpo como se ele fosse o centro do mundo, mas um centro do mundo que a si mesmo ignora". (pg.7)

É só depois que o "lactente" se tornará "sujeito":

"Com efeito, (...), presencia-se, em primeiro lugar, nos níveis sucessivos do período sensório-motor, uma coordenação gradual das ações. Em lugar de continuar cada uma a formar um pequeno todo encerrado em si mesmo, elas chegam, mais ou menos rapidamente, pelo jogo fundamental das assimilações recíprocas, a se coordenar entre si até constituir esta conexão entre meios e fins que caracteriza os atos da inteligência propriamente dita. É nesta ocasião que se constitui o sujeito, na medida em que fonte de ações e pois de conhecimentos, por isso que a coordenação de duas dessas ações supõe uma iniciativa que ultrapassa a interdependência imediata a que se restringiam as condutas primitivas entre uma coisa exterior e o próprio corpo." (pg.8)

Essa descrição é interessante ainda porque é paradigmática de um dos leitmotivs do tema do sujeito em Linguística: o tornar-se sujeito. Que vale para a criança que adquire a linguagem, para o afásico que recupera a fala, para alguém cuja voz assume determinado discurso. O objeto é sempre o processo pelo qual um não-sujeito "torna-se sujeito".

(3) Pierre Oléron, pg.72, Paris, PUF, 1979, *L'enfant et l'acquisition du langage*

(4) Cláudia Lemos observa, num meu trabalho de curso, de 1988 (grifos do original):

"Até recentemente, a psicolinguística sócio-interacionista (...) desconhecia a palavra sujeito em uma acepção que não fosse a piagetiana de sujeito epistêmico ou na acepção da literatura anglo-saxônica de sujeito da pesquisa (fonte de dados?). Daí a alternância com a palavra/termo "criança" e às vezes, com "infans", em seu sentido etimológico, com referência ao momento que precede a fala. Isso significa que o termo "sujeito" aqui com o uso que dele faz Benveniste e, depois, a Análise do Discurso, ficava na expressão "processo intersubjetivo". Essa expressão foi uma forma, talvez, de evitar o termo "interpessoal" da

---

literatura anglo-saxã e o que ele carrega, isto é, uma visão de sujeitos constituídos que se comunicam literalmente."

(5) Ingedore Koch, "A atividade de produção textual", *Cad. Est. Ling.*, Campinas, (24):65-73, Jan./Jun. 1993

(6) *Dicionário de Linguística e Fonética*, David Crystal, Rio de Janeiro, Zahar, 1988, e *Dicionário de Linguística*, Jean Dubois et alii, São Paulo, Cultrix, 1978.

(7) Orlandi, E.P. (1990). *Terra à Vista*. Campinas: Cortez/Ed. Unicamp.

(8) Orlandi, E.P. (1987). *A linguagem e seu funcionamento* (2ªed.). Campinas: Pontes.

(9) No *Dicionário de Linguística* de Jean Dubois, há o verbete 'falante', no qual se pode ler:

"1. *Falante* é o sujeito que produz enunciados, em oposição ao que os recebe e responde. (v. ALOCUTÁRIO, OUVINTE, INTERLOCUTOR.)

2. O *falante nativo* é o sujeito que fala língua materna, considerado como tendo interiorizado as regras de gramática de sua língua, isto é, podendo formular sobre os enunciados emitidos julgamentos de gramaticalidade, sinonímia e paráfrase. (...) (v. também INFORMANTE)

3. Sin. de LOCUTOR ou EMISSOR."

No *Dicionário de Linguística e Fonética* de David Crystal, o verbete é 'falante nativo' :

"Na Linguística, refere-se à pessoa que tem uma determinada língua como sua "língua-nativa" (...). Isso implica que o falante, tendo adquirido esta língua naturalmente durante a infância, terá a respeito dela as intuições mais confiáveis: portanto, pode-se fiar no julgamento desta pessoa. Ao investigar uma língua, o linguísta deve obter dados de informantes que sejam falantes nativos e não daqueles que aprenderam o idioma como segunda língua (mesmo que sejam altamente fluentes)."

O dicionário de Dubois aponta, em 1 e 3, para os sentidos cobertos por 'sujeito'. Já o 'falante nativo' de Crystal, bem como 2 de Dubois, tem sua presença justificada por uma razão instrumental da pesquisa linguística, qual seja, a adequada seleção de informantes.

(10) A Gramática Gerativa manteve o falante, dotou-o de uma "competência" e, quando se fez necessário precisar a natureza específica do agente da linguagem, adotou a "mente" como instância e como conceito abrigador. Esse conceito é central no projeto cognitivista e tem um efeito psicologizante na caracterização do sujeito. Mais adiante volto ao tema.

(11) Franchi, C. (1977). Linguagem - atividade constitutiva. *Almanaque*, 5, 9-27.

(12) Parret, H. (1988). *Emunciação e Pragmática*. Campinas: Ed. Unicamp.

À pg.16, Parret coloca: "O modo mais fácil de classificar 'tipos' de pragmática é olhar os tipos de contextos que são considerados relevantes para uma descrição e explicação pertinente do discurso e de outras seqüências semióticas. Cinco tipos de contexto, com correspondência em outros tantos tipos de pragmática, serão distinguidos aqui: o contexto co-textual, o contexto existencial, o contexto situacional, o contexto acional e o contexto psicológico". Seguem as descrições dos contextos.

(13) É interessante notar que a diversidade de acepções do termo sujeito não cria, no âmbito de trabalhos filosóficos, os problemas que cria na Linguística. Provavelmente, porque o ambiente em que o termo incide é indicação suficiente para que se depreenda o seu sentido.

É significativo que o verbete 'sujeito' (que não o da sentença), ausente dos glossários técnicos de Linguística, apareça num dicionário de Filosofia. Assim é que, no *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, (André Lalande, org., (1926/1991) Paris: Quadrige/PUF), 'sujet' pode ser "ce dont il s'agit", "l'être auquel est attribué le prédicat", "l'être individuel soumis à l'observation", "l'être qui connaît", "l'individu, en tant que soumis à l'autorité d'un souverain" ou "celui qui possède un droit (sujet du Droit)". Ainda nesse verbete ('sujet'), é citado um trecho de um curso de direito civil francês, onde se pode ler que "les sujets du Droit ne sont pas les hommes tout entiers, mais les hommes considérés comme *acteurs* de la vie sociale sous un certain rapport". Pode-se identificar aí, a mesma necessidade de distinguir o sujeito do indivíduo, entendido como entidade físico-biológica.

A referência filosófica do sujeito é confirmada pelo menos em um caso importante: Benveniste. Embora, como dissemos mais acima, Claudine Normand afirme a diversidade de acepções que 'sujeito' recebe nesse autor, Coquet chama a atenção para o caráter husserliano do sujeito no artigo "A subjetividade na língua".

É muito possível que o sujeito tenha entrado como um dado de cultura geral dos pesquisadores, que tinham conhecimentos básicos de Filosofia. Nesse caso, quase certamente o sujeito a que eles se referem é o sujeito kantiano.

Muito frequentemente, o sujeito filosófico é o sujeito kantiano, conhecido como sujeito epistêmico ou transcendental. É em Kant que encontramos a chave para o mistério: como o termo sujeito pode equivaler a objeto ou, alternativamente, significar exatamente o seu oposto complementar? como um termo pode ser ora sinônimo, ora antônimo de outro?

Nos seus *Prolegômenos a toda Metafísica Futura* ((1783/1987) Lisboa: Edições 70), Kant expõe essa transição (no item "Idéias Psicológicas", pgs.119 a 125). Num primeiro momento, sujeito é equivalente a objeto e aparece através do binômio sujeito/predicado. A todo sujeito (isto é, objeto) corresponde um predicado (seus atributos, propriedades, qualidades). Até que Kant se depara com os limites do conhecimento do sujeito:

"Já há muito se observou que o sujeito propriamente dito de todas as substâncias, a saber, o que resta depois de todos os acidentes (como predicados) terem sido eliminados, por conseguinte, o próprio *substancial*, nos é desconhecido, e muitas vezes se lamentaram estes limites da nossa inteligência."

Num segundo momento, Kant fala da impossibilidade de conhecermos o sujeito último ou sujeito absoluto, que corresponderia a uma substância primeira (Kant está pensando em identificar a primeira causa de uma cadeia de causas que envolvesse tudo).

"A razão pura exige que procuremos forçosamente para cada predicado de uma coisa o sujeito que lhe pertence e que para este, o qual por sua vez necessariamente só é predicado, busquemos o seu sujeito e assim até o infinito (ou até onde possamos ir). Segue-se daqui, porém, que nada do que podemos atingir devemos considerar como um sujeito último, e que o próprio substancial nunca pode ser pensado pelo

---

nosso entendimento, por mais profundamente que penetre, mesmo se toda a natureza lhe estivesse patente; porque a natureza específica do nosso entendimento consiste em pensar tudo discursivamente, isto é, mediante conceitos, por conseguinte, mediante apenas predicados a que deve, pois, faltar sempre o sujeito absoluto. Eis porque todas as propriedades reais pelas quais conhecemos os corpos são simplesmente acidentes, mesmo a impenetrabilidade, que deve sempre representar-se unicamente como o efeito de uma força, para a qual nos falta o sujeito."

Esse sujeito absoluto só poderia ser o eu, a consciência:

"Ora, parece que na consciência de nós próprios (no sujeito pensante) possuímos este elemento substancial e, sem dúvida, numa intuição imediata; pois, todos os predicados do sentido interno se referem ao eu, como sujeito, e este não pode mais ser pensado como predicado de qualquer outro sujeito. Assim, a totalidade na relação dos conceitos, dados como predicados, a um sujeito parece aqui ser fornecida pela experiência, não uma simples idéia, mas o objecto, a saber, o próprio *sujeito absoluto*."

Kant reconstitui a trajetória pela qual o "sujeito-objeto" se transforma no "Sujeito", não para aderir a este último. Nesse libelo, Kant quer, principalmente, demonstrar a inviabilidade do materialismo empirista de Hume, sem cair no idealismo racionalista de Descartes, que também rejeita. Assim, poucas linhas abaixo, ele diz:

"Este eu pensante (a alma), enquanto sujeito último do pensamento, que em si mesmo não pode ser representado como predicado de uma outra coisa, pode certamente chamar-se substância: este conceito permanece, no entanto, absolutamente vazio e sem qualquer conseqüência, se não for possível demonstrar a sua permanência como aquilo que, na experiência, torna fecundo o conceito das substâncias.

Mas a permanência nunca pode ser provada a partir do conceito de uma substância enquanto coisa em si, mas apenas do ponto de vista da experiência. (...)

Se, pois, queremos concluir, a partir do conceito da alma como substância, para a sua permanência, esta conclusão só pode valer para a alma em vista de uma experiência possível, e não enquanto coisa em si e fora de toda a experiência possível."

Em Kant, a *consciência* tem um lugar singular, que a impede de ser reduzida às causas materiais, mas que não pode ser entendido como um lugar totalmente suspenso, imune à "experiência". É o sujeito kantiano. Kant queria assegurar um lugar para a metafísica, independente das ciências experimentais.

O sujeito kantiano consistiria do conhecimento *a priori* ("absolutamente independente de toda a experiência") de regras para aquisição e operação do conhecimento empírico, que se daria *a posteriori*, através da experiência; concepção muito próxima da 'mente' cognitivista.

---

Com efeito, na *Crítica da Razão Pura* (Pensadores, Abril Cultural, São Paulo, 1983), Kant afirma:

"...embora todo o nosso conhecimento comece *com* a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente *da* experiência. Pois bem poderia acontecer que mesmo o nosso conhecimento de experiência seja um composto daquilo que recebemos por impressões e daquilo que a nossa própria faculdade de conhecimento (apenas provocada por impressões sensíveis) fornece de si mesma..."

Concepção que nos *Prolegômenos* já aparece designada como atributo do 'sujeito':

"... só de uma maneira é possível que a minha intuição seja anterior à realidade do objecto e se produza como conhecimento *a priori*, quando nada mais contém além da forma da sensibilidade que, no meu sujeito, precede todas as impressões reais pelas quais eu sou afectado pelos objectos." (pg.50, no item "Como é possível a matemática pura?")

Assim, como sintetiza Luís Cláudio Figueiredo ((1992) *A Invenção do Psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. São Paulo: Escuta/Educ.):

"É assim que Kant, como todos os iluministas, investigou os limites da representação e elucidou seus avessos; como Leibnitz, ele atribuiu à subjetividade, às faculdades do espírito e às operações 'inconscientes' uma função criativa e constitutiva do mundo das experiências e do conhecimento; por outro lado, porém, ele desnaturalizou, 'desistoricizou' e 'despsicologizou' a subjetividade. O sujeito de que trata é o sujeito transcendental, na sua universalidade, condição de toda experiência, mas ele mesmo fora do âmbito do experimentável, fora, portanto, do reino da natureza." (Figueiredo, pg.122)

Embora esse sujeito epistêmico seja, muito provavelmente, a referência implícita de alguns dos sujeitos da linguagem, o que é demonstrado pela proximidade conceitual, não se pode atribuir com segurança a Kant um papel exclusivo, nem necessariamente principal, de fonte filosófica do 'sujeito'. Seria preciso uma pesquisa mais acurada para identificar com maior precisão quais foram e quais tem sido essas fontes filosóficas.

(14) Parret, op.cit., à pg.145, afirma:

"Os termos 'subjetividade' e 'subjetivismo' têm má reputação em lingüística e nas ciências sociais. Ainda assim, Benveniste os colocou no âmago de sua concepção geral da língua, e muitos outros lingüistas, contra a corrente positivista e determinista dominante fizeram o mesmo. Todavia, 'subjetividade' não é um conceito muito operacional nas disciplinas empíricas, e precisa ser associado com os domínios da modalidade, dêixis e referenciação."

(15) "Concepções de sujeito na linguagem", artigo de Sírio Possenti proferido em conferência no IEL/UNICAMP em 1992. Texto destinado à publicação na revista "Cadernos" do Depto.Lgtca.IEL/UNICAMP.

---

(16) Gardner, H. (1985). *The mind's new science*. New York: Basic Books. pg.6. Tradução livre do seguinte original:

"The third feature of cognitive science is the deliberate decision to de-emphasize certain factors which may be important for cognitive functioning but whose inclusion at this point would unnecessarily complicate the cognitive-scientific enterprise. These factors include the influence of affective factors or emotions, the contribution of historical and cultural factors, and the role of the background context in which particular actions or thoughts occur."

(17) A esse respeito, a posição da Análise do Discurso é a inversa: ela supõe desde sempre a generalidade do conceito e a possibilidade de que ele "se manifeste" de diversas formas. Não só ela assume para si uma ou algumas concepções de sujeito, como presume que cada epistemologia tenha a sua ou as suas concepções de sujeito. Desse modo, a Análise do Discurso universaliza o conceito, ao assumir que ele pode receber diversas acepções. Temos uma amostra disso, mais uma vez em Eni Orlandi, no já citado *Terra à vista*:

"Na análise linguística tradicional, o sujeito não é tomado em conta enquanto tal. O sistema se impõe e o sujeito, se pensamos as teorias estruturais, não é senão simples suporte de linguagem; se pensamos no transformacionalismo, o sujeito é um sujeito abstrato, ideal, virtual: aquele que pode tudo compreender e tudo dizer uma vez internalizado um sistema de regras. Um autômato.

Nos dois casos nós temos um sujeito formal, a-histórico."  
(pg.176)

O interessante neste trecho é que ele supõe a existência de vários 'sujeitos': Eni Orlandi não aponta no estruturalismo e no transformacionalismo uma possível "ausência de sujeito", mas sim uma caracterização singular do sujeito (suporte de linguagem, abstrato, ideal, virtual, formal, a-histórico). Do que se pode depreender que a Análise do Discurso efetivamente trabalha com a possibilidade de que o sujeito possa ser conceituado de muitas formas.

Entre a Gramática Gerativa e a Análise do Discurso, temos, portanto, dois pontos de vista opostos: o que entende o sujeito como conceito linguístico e o que não o faz. Chamo a atenção para o fato de que a oposição a esse respeito não tem necessariamente nada a ver com outras diferenças que há entre as duas correntes. Estamos aqui abraçando a posição da Análise do Discurso: note bem, não adotando a sua concepção de sujeito, mas a perspectiva generalizante.

(18) Não é exato atribuir a Popper a dedução empírica. Em todo caso, esse rótulo se justifica pela síntese por ele feita, e amplamente difundida, do conceito de 'dedução', na sua proposta epistemo-metodológica de condução do trabalho científico (a *Lógica da Investigação Científica*).

(19) Sobre 'abdução' em Peirce, no seu *Semiótica* (1977), São Paulo: Perspectiva, à pg.220, pode-se ler:

"Abdução é o processo de formação de uma hipótese explanatória. É a única operação lógica que apresenta uma idéia nova, pois a indução nada faz além de determinar um valor, e a dedução meramente desenvolve as conseqüências necessárias de uma hipótese pura.

---

A Dedução prova que algo *deve ser*; a Indução mostra que alguma coisa *é realmente* operativa; a Abdução simplesmente sugere que alguma coisa *pode ser*.

Sua única justificativa é que a partir de suas sugestões a dedução pode extrair uma predição que pode ser verificada por indução, e isso, se é que nos é dado aprender algo ou compreender os fenômenos, deve ser realizado através da abdução.

Não há quaisquer razões que lhe possam ser atribuídas, tanto quanto sei; e ela não necessita de razões, visto que simplesmente oferece sugestões.

172. Um homem deve estar cabalmente louco para negar que a ciência efetuou muitas descobertas verdadeiras. Contudo, cada um dos itens singulares da teoria científica que hoje estão formados deve-se à Abdução."

20

(21) Essa citação se encontra tanto em Michel Pêcheux (*Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed.Unicamp, 1988, tradução brasileira de *Les vérités de la Palice*, 1975), como em Paul Henry (*A Ferramenta Imperfeita: Língua, Sujeito e Discurso*, Campinas: Ed.Unicamp, 1992, original francês de 1977). Ambos citam como fonte a *Réponse à John Lewis* (Paris: Maspéro, 1973).

(22) Eduardo Guimarães (na pg.21 de *Texto e Argumentação - um estudo de conjunções do português*, Campinas: Pontes, 1987)

(23) *Language and Mind* (New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1968). Os trechos originais, dos quais traduzi livremente, são:

"... if we contemplate the classical problem of psychology, that of accounting for human knowledge, we cannot avoid being struck by the enormous disparity between knowledge and experience - in the case of language, between the generative grammar that expresses the linguistic competence of the native speaker and the meager and degenerate data on the basis of which he has constructed this grammar for himself." (pg.68)

"... it seems that knowledge of language - a grammar - can be acquired only by an organism that is "preset" with a severe restriction of the form of grammar. This innate restriction is a precondition, in the Kantian sense, for linguistic experience, and it appears to be the critical factor in determining the course and result of language learning." (pg.78)

"... the study of language may (...) provide a remarkably favorable perspective for the study of human mental processes. (...) It seems to me that the study of language should occupy a central place in general psychology." (pg.84)

(24) Chomsky, no texto "On the Nature, Use and Acquisition of Language" Kyoto, I (1987), expõe, mais uma vez, essa mesma orientação.

Nesse texto, Chomsky presume "a framework that understands linguistics to be a part of psychology, ultimately human biology." (pg.1) E coloca as seguintes questões, entre outras (pg.8):

---

"What is the system of knowledge incorporated in the mind/brain of a person who speaks and understands a particular language? What constitutes the language that a person has mastered and knows?"

"How is this knowledge of language used in thought or expression of thought, in understanding, in organizing behavior, or in such special uses of language as communication, and so on?"

As respostas seguem coerentes com seu antigo pensamento:

"It is fairly clear that the process of maturation to the steady state is deterministic. Language learning is not really something that the child does; it is something that happens to the child placed in an appropriate environment, much as the child's body grows and matures in a predetermined way when provided with appropriate nutrition and environmental stimulation." (pg.8)

"Reason, the ability to make use of one's powers freely and usefully, and other qualities can be achieved only in an environment in which they can flourish. They cannot be taught by coercive means. What is true of physical growth holds quite generally of human maturation and learning." (pg.9)

"Knowledge of language grows in the mind/brain of a child placed in a certain speech community. Knowledge of language within a speech community is shared to remarkably fine detail, in every aspect of language from pronunciation to interpretation." (pg.9)

Chomsky afirma, baseado em "careful experiment", que o output cognitivo da criança é muito maior do que o input lingüístico que ela recebe - o que prova que o sistema é inato.

"We therefore conclude that the inicial state of the language faculty can be regarded as in effect a deterministic input-output system that takes presented data as its input and produces a cognitive system as its output - here the output is internalized, represented in the mature mind/brain; it is the steady state of knowledge of some particular language." (pg.9)

"The theory of the inicial state - of the language acquisition device - is sometimes called "universal grammar" (that) determines the class of attainable languages." (pg.10)

Assim, toda língua natural está de acordo com as regras da gramática universal, porém, "If universal grammar permits unlearnable languages, as it might, then they simply will not be learned. Learnability, then, is not a requirement that must be met by the language faculty."(pg.10)

---

Por fim, Chomsky dá as "novas" respostas para três questões que, há 30 anos, segundo ele, recebiam respostas behavioristas (pg. 14):

"1. What is knowledge of language? Answer: language is a computational system, a rule system of some sort. Knowledge of language is knowledge of this rule system.

2. How is language acquired? Answer: the initial state of the language faculty determines possible rules and modes of interaction. Language is acquired by a process of selection of a rule system of an appropriate sort on the basis of direct evidence. Experience yields an inventory of rules, through the language acquisition device of the language faculty.

3. How is language used? Answer: the use of language is rule-governed behavior. Rules form mental representations, which enter into our speaking and understanding. A sentence is parsed and understood by a systematic search through the rule system of the language in question."

(25) Henry, Paul (1975/1992). *A Ferramenta Imperfeita*. Campinas: Ed. Unicamp

## 2. Superando uma perspectiva

Para entender a posição de Saussure sobre o sujeito é necessário conhecer as condições que geraram seu pensamento. Sobretudo porque o grau de inscrição histórica desse pensamento é muito grande, maior do que vulgarmente se imagina. A versão - amplamente difundida e institucionalizada - que aponta o "Curso de Linguística Geral" como o grande divisor de águas da história da Linguística dá a entender que Saussure teria promovido uma ruptura total com a abordagem a ele contemporânea. Todavia, um levantamento cuidadoso dos fatos talvez desminta essa versão. É o que veremos a seguir.

### *Biografia de Saussure (2)*

Saussure nasceu em Genebra, em 1857, em uma família com longa tradição de atividade de pesquisa em ciências naturais, particularmente geologia (3). Além disso, a família, das mais importantes e tradicionais da cidade, estava ligada ao brando nacionalismo helvético. Nascido em Genebra, em 1870, Saussure vai estudar em Berna, expondo-se assim, desde cedo, à influência dos dois ambientes linguístico-culturais a que vai pertencer e de que vai participar: o francês e o alemão.

Uma influência decisiva na carreira de Saussure foi a do Dr. Adolphe Pictet, seu professor e amigo da família, autor de dois volumes intitulados *Origines indo-européennes - Essai de paléontologie linguistique* (Genebra, 1859-63). Além do gosto pelo próprio trabalho linguístico (que consistia na paleontologia linguística e na etimologia), o Dr. Pictet introduz o jovem Saussure ao idealismo romântico alemão. É para o Dr. Pictet que Saussure escreve seu primeiro texto linguístico, aos 15 anos de idade, o *Essai sur les langues*, no qual procurava identificar um "système général du langage" (como resposta, o Dr. Pictet o estimula a prosseguir os estudos linguísticos, mas, muito sintomaticamente, o adverte contra "tout système universal du langage" (TM pg.289).

Desde esse momento, Saussure já está voltado para aquilo que será a vocação de sua vida. Em 1874, ainda no Gymnase, Saussure estuda sânscrito na gramática de Bopp e lê *Grundzüge der griechischen Etymologie* de Curtius. Em 1875, cursa química e física na Universidade de Genebra, por imposição da família, mas cursa também filosofia e história da arte, já determinado a ocupar-se da Linguística. Nesse mesmo ano, morre o Dr. Pictet.

Por fim, em 1876, consegue autorização da família para ir estudar Linguística em Leipzig, onde conhece Leskien, tradutor de Whitney e amigo de Noreen, e tem aulas com Curtius.

Nesse mesmo ano, se inscreve na Société Linguistique de Paris e, já em 1877, faz a sua primeira leitura, de um texto que integra um trabalho que já desenvolvia, o *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, que publica em 1878. Apesar do sucesso do volume por toda a Europa, segundo Tullio De Mauro, "il vertice della linguística tedesca dell'epoca reagì negativamente" (TM pg.295). Um certo Osthoff, professor em Leipzig, critica acerbamente o trabalho, sobretudo a "besoin du système" colocada por Saussure. Nascida nesse momento, a oposição da linguística alemã a Saussure perdurará até o fim de sua vida: Saussure não voltará a dialogar com os alemães. (Nem os alemães com Saussure, o que terá consequências importantes, visíveis ainda hoje, nos rumos da linguística alemã (4)).

Por fim, em 1880, defende a tese *De l'emploi du génitif absolu en sanscrit* e deixa Leipzig rumo a Paris. Antes, no entanto, faz uma misteriosa viagem de pesquisa à Lituânia.

Em Paris, frequenta os cursos de Michel Bréal na École des Hautes Études, onde logo vira professor - por concessão do próprio Bréal. Nos cursos que ministra, sempre segundo Tullio De Mauro, "pela primeira vez se ensinava lingüística histórica e comparada em uma universidade francesa"(5). Entre os alunos de Saussure se encontravam, "ao lado de professores de liceu e de numerosos agregados das universidades, destacam-se uma vintena de nomes de professores de lingüística, filologia clássica, celtologia, indianística, eslavística", sendo portanto relativamente amplo, desde o início, o alcance da irradiação de suas idéias - que Saussure não hesita em veicular desde logo: "A dualidade entre "point de vue physiologique" e "historique" é explicitamente declarada e domina já no primeiro curso de 1881" (TM pg.304). Seu período parisiense corresponde a dez anos de intensa produção: além dos cursos que ministrava, Saussure fazia freqüentes comunicações na Société Linguistique de Paris.

Em 1891, "per motivi non del tutto chiari", Saussure volta a Genebra, onde casa-se com Marie Faesch, moça, como ele, pertencente a uma tradicional família genebrina. A partir de 1894, rareiam as publicações de Saussure, o que é explicado por Meillet pelo seu perfeccionismo, que o impedia de considerar qualquer trabalho como estando num nível satisfatório para ser publicado, e também pela sua dedicação a "novos assuntos, em parte estranhos à lingüística, como o poema dos Nibelungen" e os estudos sobre os anagramas nos versificadores gregos e latinos (6).

Em 1906, Saussure assume a cadeira correspondente a "linguistique générale et histoire et comparaison des langues indo-européennes". São os três cursos que vai dar nessa cadeira que, reunidos por Bally e Sechehaye, formarão o *Curso de Lingüística Geral*.

Os últimos anos da vida de Saussure são marcados pelo isolamento, mantendo ele pouca correspondência e contatos. Em fevereiro de 1913, Saussure morre, aos 54 anos.

A biografia de Saussure é, por si só, reveladora a muitos respeito.

Apesar da centelha inicial francófona, do ponto de vista do ambiente de formação e da base de idéias (historicismo e comparatismo), Saussure é praticamente um lingüista alemão (7). Note que, ainda em Genebra, Saussure já estava voltado para a lingüística alemã - não foi por acaso que decidiu estudar em Leipzig.

A sua ida a Paris nada tem a ver com um possível "retorno ao ambiente de origem". Bem ao contrário, Saussure chegou a ter pequenos problemas por se recusar a assumir a cidadania francesa. Não foi uma eventual identidade francófona que o levou a Paris, mas sim a necessidade de sair de um ambiente provinciano para participar de um ambiente cosmopolita - o que, na época, significava quase certamente Paris. Saussure era tão estrangeiro quanto muitos dos demais participantes dos seminários lingüísticos da École des Hautes Études (8). De qualquer forma, ele sempre fez questão de assumir e cultivar sua identidade suíça. A posterior assimilação de Saussure pelas ciências sociais francesas, durante a voga estruturalista, talvez tenha contribuído para afrancesar a sua imagem. Mas Saussure não era mais francês do que Marx ou Freud - para falar de dois outros assimilados desse período.

Pode-se dizer também que o anti-historicismo já estava em germe em Saussure, desde sempre. Vindo de uma família com longa tradição de pesquisa científica, dificilmente se poderia esperar que Saussure aderisse a um historicismo versado sobre um pano de fundo místico-nacionalista, como ocorria no ambiente alemão. O fato de ele ser dotado de uma "perspectiva científica" geral era um diferencial importante em relação a seus pares, todos

vindos de estudos literários, filológicos, folclóricos etc. Assim, não era só a especificidade de suas idéias sobre a linguagem que o tornava singular; o próprio fato de dar um tratamento científico, análogo ao das ciências naturais, à linguagem, era por si uma novidade. Vale lembrar que naquela época as ciências ainda estavam se constituindo e nenhuma das ciências sociais existia. Não era seguro que fosse possível ou desejável que "o Homem", então um reduto da Filosofia (Metafísica) e da Teologia, recebesse esse tratamento.

É possível levar ainda mais longe a tese da influência da "bagagem familiar" de Saussure na constituição de suas idéias sobre a linguagem. Entre as ciências estudadas por sua família, a geologia e a mineralogia ocupavam um lugar de destaque, já há quatro gerações: é possível vislumbrar camadas geológicas na seqüência de estados de língua, sincrônicos, sem nenhuma relação necessária uns com os outros. Pode-se dizer, metaforicamente, que Saussure opta por uma 'concepção mineral' de linguagem na escolha da língua como objeto da Lingüística e, sobretudo, na forma como a caracterizou (9).

A contrapartida é que, justamente por vir de uma tradição científica muito mais antiga, Saussure não deve ter se interessado pelo positivismo comtiano - pelo menos não há nenhum registro disso -, à sua época o movimento filosófico de maior impacto, que deve ter lhe parecido simplório para efeitos científicos (e que teve grande influência na formação de outras ciências sociais, como a Sociologia e a Antropologia). Para Saussure, a discussão com um ponto de vista teológico ou filosófico sequer se colocava, exceto, possivelmente, quando a metafísica aparecia, travestida de ciência, em meio à argumentação de algum de seus pares - sobretudo dos alemães. Vindo de um cientificismo maduro, não mais preocupado em confrontar-se com a religião e a filosofia, Saussure pôde dispensar o recurso ao positivismo comtiano e de seus termos fortes e rudimentares para afirmar o caráter científico da Lingüística.

Chama a atenção a ausência da Filosofia entre as disciplinas com que se envolveu. Embora seja possível que ela estivesse presente na sua formação escolar e, eventualmente, nas suas leituras, não há nenhum registro de que Saussure tenha tido algum envolvimento significativo com algum filósofo ou corrente filosófica. Autores como Rousseau e Hegel eram referências importantes para seus precursores historicistas (Schleicher, particularmente, era um grande leitor de Hegel), mas em nenhum momento Saussure leva as suas divergências para este campo, mantendo-se sempre no território da ciência. Em parte, isso pode se dever à falta de prestígio de que se ressentia a Filosofia na época (10). Mas pode se dever simplesmente à sua concentração na temática especificamente lingüística (ver a nota de rodapé 6 sobre a composição de sua biblioteca).

Embora haja indícios em sua obra de leituras de outras disciplinas, Saussure foi desde sempre e quase exclusivamente um lingüista - alguém preocupado fundamentalmente com o estudo das línguas, da linguagem e do que lhe fosse relacionado. Vale notar que, ainda nessa época, o meio científico era relativamente pequeno (pelos padrões de hoje, era uma aldeia). Não era raro que cientistas de diferentes disciplinas se correspondessem (na verdade, virtualmente todos os pensadores desse período deixaram copiosa correspondência, freqüentemente "interdisciplinar"). Não deixa de ser curioso que o fundador da primeira epistemologia da Lingüística fosse alguém tão desinteressado da temática geral da epistemologia das ciências, ao contrário de outros pioneiros contemporâneos seus, como Claude Bernard e Henri Poincaré (11), para citar dois nomes conhecidos.

*O pano de fundo ideológico: Romantismo, Historicismo e Nacionalismo no século XIX. A Alemanha como centro desse movimento.*

Falemos agora do pano de fundo histórico sobre o qual se deu a vida de Saussure, quero dizer, o ambiente intelectual, no sentido amplo e no sentido restrito, em que viveu. Nossa referência será principalmente a excelente trilogia de Hobsbawm sobre o período (12).

A Europa da primeira metade do século XIX foi marcada por uma cisão:

"Sobre este problema básico (a natureza da sociedade e a direção para a qual ela estava se encaminhando ou deveria se encaminhar), havia duas principais divisões de opinião: a dos que aceitavam a maneira pela qual o mundo estava se conduzindo e a dos que não a aceitavam; em outras palavras, os que acreditavam no progresso e os outros." (ER pg.255)

Por essa época, o impacto da "dupla revolução" de que fala Hobsbawm, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial inglesa, era controvertido. Se era seguro que uma grande mudança estava em curso, era incerto o rumo - social e ideológico - a que essas mudanças levavam. Sentido por uns como "libertação" - foi o momento do surgimento do Liberalismo -, para outros correspondia a uma intolerável sensação de desordem e insegurança. De qualquer forma, o Iluminismo estava esgotado como referência filosófica capaz de apontar uma direção segura. Ao contrário, pipocavam "críticas negativas ao "iluminismo" humanista, racionalista e triunfante do século XVIII."

Embora esse sentimento ambíguo ante o progresso acontecesse mais ou menos por toda a parte, havia pólos onde as reações eram mais fortes e definidas. Os pólos do progresso eram a França e a Inglaterra. O pólo contrário era a Alemanha. Sobretudo no que se refere às ideologias/filosofias em curso.

"Os lugares-comuns liberais - materialismo ou empirismo filosófico, Newton, a análise cartesiana e o resto - desagradavam muito a maioria dos pensadores alemães; em troca, o misticismo, o simbolismo e as vastas generalizações sobre conjuntos orgânicos os atraíam visivelmente. (...) Em todo caso, a atmosfera fundamental do pensamento alemão - fosse na filosofia, nas ciências ou nas artes - diferia marcadamente da principal tradição do século XVIII na Europa Ocidental. Em uma época em que a clássica visão do século XVIII estava se aproximando de seus limites, isto deu ao pensamento alemão alguma vantagem, e ajuda a explicar sua crescente influência intelectual no século XIX." (ER pg.271)

Esse contraste de concepções, fundou uma dicotomia central para a compreensão histórico-filosófica do período: cultura/civilização. Como descreve, em síntese magistral, Luís Cláudio Figueiredo (13):

"O francês era a língua oficial das cortes, a língua dos civilizados e cultivados. Os dialetos alemães eram deixados para o povo e para a pobre e fraca burguesia, excluída da grande política e da 'civilização'. É destas camadas que serão extraídos os membros da *intelligentsia*, que já como crítica e em oposição (politicamente ineficaz) ao *ancien régime*

alemão. Neste contexto, ao mesmo tempo que o termo 'civilização' adquiria para os nobres da corte um valor de distinção, para todos os demais significava falsidade, hipocrisia, superficialidade. Diante da *civilização* alçavam-se os valores genuínos da *cultura*, a autenticidade, a criatividade, a profundidade etc. Estes valores em choque darão uma coloração especial ao iluminismo e, principalmente ao romantismo alemão. Mais que isso, como observa Elias, na luta entre os valores da civilização e os da cultura expressa-se tanto a oposição entre classes sociais como a oposição do 'verdadeiro espírito alemão' ao espírito (degenerado) francês e inglês." (pg.121)

Essa reação contra o racionalismo e o progresso, se sintetizou e se materializou num movimento: o Romantismo, que embora não fosse um movimento alemão, teve na Alemanha a atmosfera mais propícia para a sua expansão. Ainda conforme Luís Cláudio Figueiredo:

"Foi no romantismo, porém, que a problemática política, social e cultural da Alemanha emergiu com mais nitidez e força. Aqui, a valorização da 'cultura' e dos temas da espontaneidade criativa, da expressão autêntica, do autodesenvolvimento da personalidade, da exteriorização de uma interioridade profunda, que se identificava, no plano individual, na figura do 'gênio' e, no plano coletivo, com o 'espírito do povo', assumiu uma intensidade explosiva." (pg.122)

O Romantismo foi um vasto movimento, que aconteceu em todas as áreas: da grande política internacional à música, da organização da família ao movimento operário, para não falar das mais conhecidas, as políticas nacionais e a literatura e poesia. No âmbito do que nos interessa, isto é, a questão do sujeito da linguagem, quero recuperar, em particular, dois termos fundamentais do Romantismo: o Passado e o Povo.

Segundo Hobsbawm, "A ansiedade que se convertia em obsessão nos românticos era a recuperação da unidade perdida entre o homem e a natureza." (ER pg.285). Como recuperar essa unidade? Encontrando um Homem intocado pela civilização, num momento em que a sua pureza permitia que ele fosse identificado com a própria natureza, ao invés de em oposição a ela. Aonde poderia estar esse Homem? Em dois lugares, que não se excluíam. O primeiro era o Passado, um momento em que o Homem ainda não tinha sido adulterado pela civilização. O segundo era o Povo, que justamente por não ser contemplado com "os benefícios" do progresso, guardava ainda - um verdadeiro tesouro - os atributos de um participante da natureza.

Tanto o Passado, como o Povo, foram objetos de uma operação ambígua: foram pesquisados à sério, de forma que sua realidade ganhou um lugar, pela primeira vez, nas instituições ocidentais do conhecimento, e, serviram de inspiração para os mais variados tipos de ficção, desde as artes até as ideologias. Frequentemente, ficção e realidade se cruzavam: ora quando elementos reais da história eram empregados na criação ficcional, num sentido, ora quando pontos de vista fictícios eram usados como ponto de partida para pesquisas, em outro.

Era o caso, por exemplo, dos "estudos medievais":

"... o medievalismo foi um componente bem mais forte do romantismo alemão do que qualquer outro, e se irradiou para fora da Alemanha, sob a forma de óperas ou do balé romântico, dos 'Contos de Fadas' de Grimm, ou de teorias históricas que inspiraram escritores como Coleridge ou Carlyle." (ER pg.286)

É no âmbito do medievalismo que se inscreve a "descoberta" da lenda dos Nibelungen, que inspiraria, além do conhecido ciclo wagneriano, uma fase dos estudos de Saussure, ao final de sua vida. Outra área importante para o nosso objeto era a dos estudos orientais:

"Intimamente aliada ao medievalismo, especialmente através de sua preocupação com as tradições da religiosidade mística, estava a busca dos mais antigos mistérios e fontes da sabedoria irracional do Oriente: os reinos românticos, mas também conservadores, de Kublai Khan ou dos brâmanes. Desde sempre, o descobridor do sânscrito, Sir William Jones, foi um sincero whig radical que saudou as revoluções francesa e americana como um cavalheiro erudito, mas o resto dos entusiastas do Oriente e os escritores de poemas pseudopersas, de cujo entusiasmo nasceu uma grande parte do moderno orientalismo, pertenciam à tendência antijacobina. É característico que a Índia dos brâmanes fosse sua meta espiritual ao invés do racional e irreligioso império chinês, que havia preocupado as imaginações exóticas do iluminismo do século XVIII." (ER pg.286)

Da mesma forma se tematizava o Povo, numa acepção que era fruto de um recorte muito particular:

"Entre os românticos de todas as tendências se admitia sem discussão que o "povo" - o camponês ou o artesão pré-industrial - exemplificavam todas as virtudes incontaminadas e que sua língua, canções, lendas e costumes se constituíam no verdadeiro repositório da alma do povo. Retornar àquela simplicidade e virtude era o objetivo de Wordsworth das 'Baladas Líricas'; ser aceito no conjunto de canções folclóricas e de contos de fadas, a ambição - alcançada por vários artistas - de muitos poetas e compositores alemães. O vasto movimento para coletar as canções folclóricas, publicar as antigas narrativas épicas, lexicografar a linguagem viva estava intimamente ligado ao romantismo; a própria palavra 'folclore' (1846) foi uma invenção do período." (ER pg.288)

Na perspectiva romântica, os estudos lingüísticos tinham uma forte imbricação com os estudos poéticos e literários. De um modo geral, considerava-se a literatura, não como uma amostra fortuita, mas como a manifestação efetiva do "espírito" do povo. Um certo nominalismo era ainda endêmico nessa época e, freqüentemente, partia-se do pressuposto de que havia algum tipo de relação necessária entre o mundo das palavras e o mundo das coisas e parte da pesquisa em curso, sobretudo no âmbito da Filologia, se destinava justamente a "encontrar" essas relações causais.

A referência inicial e talvez a referência maior desse vasto movimento, era um filósofo do século anterior: Jean-Jacques Rousseau. Nem sempre citada, sua influência não pode ser

contestada: foi, desde sempre um best-seller, provavelmente a leitura mais popular da época (tão popular quanto podia ser uma leitura num mundo majoritariamente analfabeto), verdadeiramente obrigatória nos círculos românticos. Os principais temas rousseauianos - incluindo o Passado e o Povo amalgamados - foram incorporados pelo movimento romântico: o de que o progresso das ciências e das artes corrompeu os costumes (*Discurso sobre as ciências e as artes*), o da a felicidade do "homem em estado de natureza" - o "bom selvagem" e da crítica à civilização (*Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*), o anti-racionalismo e a nostalgia de um passado idílico (idealizado), de uma perdida Idade do Ouro em que a "primeira língua", ainda impregnada de paixões genuínas e cheia de onomatopéias, estava mais próxima da música do que da linguagem verbal racional em prosa (*Ensaio sobre a origem das línguas*). Este último texto, de 1759, antecipa admiravelmente as teses românticas sobre a linguagem (14):

"...seria talvez preciso raciocinar de um modo totalmente diverso do que se fez até hoje. O gênio das línguas orientais, as mais antigas que conhecemos, desmente por completo a marcha didática que se imagina para sua composição. Essas línguas nada possuem de metódico e raciocinado; são vivas e figuradas. Apresentam-nos a linguagem dos primeiros homens como línguas de geômetras e verificamos que são línguas de poetas.

Não se começou raciocinando, mas sentindo. (...) Onde, pois, estará esta origem? Nas necessidades morais, nas paixões. (...) Não é a fome ou a sede, mas o amor, o ódio, a piedade, a cólera, que lhes arrancaram as primeiras vozes. (...) Como os primeiros motivos que fizeram o homem falar foram paixões, suas primeiras expressões foram tropos. A primeira a nascer foi a linguagem figurada e o sentido próprio foi encontrado por último. (...) A princípio só se falou pela poesia, só muito tempo depois é que se tratou de raciocinar.

Não duvido que, independentemente do vocabulário e da sintaxe, a primeira língua, caso ainda existisse, não houvesse conservado caracteres originais que a distinguiriam de todas as demais. Não somente todos os torneios dessa língua deveriam fazer-se por imagens, sentimentos e figuras, como também, na sua parte mecânica, deveriam corresponder a seu primeiro objeto e apresentar, aos sentidos e ao entendimento, as impressões quase inevitáveis da paixão que se procura comunicar. (...) as palavras possuiriam poucas articulações; algumas consoantes interpostas, destruindo o hiato das vogais, bastariam para torná-las correntes e fáceis de pronunciar. (...) ...cantar-se-ia em lugar de falar. A maioria dos radicais seriam sons imitativos, quer do acento das paixões, quer do efeito dos objetos sensíveis - a onomatopéia, nesse caso, apresentar-se-ia continuamente. (essa língua) em lugar de arrazoados, teria sentenças; persuadiria sem convencer e descreveria sem raciocinar; ...

Prolongai essas idéias em todas as suas implicações e vereis que o Crátilo de Platão não é tão ridículo quanto parece ser."

O temário rousseauiano estava plenamente incorporado às versões "populares" de Romantismo, mas estava também presente nas versões mais sofisticadas. Pois o Romantismo era disseminado por vários tipos de ambiente. No ambiente científico e filosófico, sua expressão intelectual foi a "filosofia natural":

"A "filosofia natural" era especulativa e intuitiva. Buscava expressar o espírito do mundo ou da vida, da misteriosa união orgânica de todas as coisas com as demais, e de muitas outras coisas que resistiam a uma precisa aferição quantitativa ou a uma clareza cartesiana. De fato, estava em aberta revolta contra o materialismo mecânico, contra Newton, e às vezes contra a própria razão. O grande Goethe gastou uma considerável quantidade de seu precioso tempo tentando desmentir a óptica de Newton, pela simples razão de que não se sentia feliz com uma teoria que deixava de explicar as cores pela interação dos princípios da luz e da escuridão." (ER pg.318)

Do ponto de vista romântico, o maior malefício causado pelos racionalistas fora a instituição da representação, como instância intermediária entre o Homem e o Real (a Natureza nada mais era do que "o Real em estado puro"). Suprimir essa mediação era a estratégia romântica para resgatar "a verdade" da relação Homem-Natureza, que voltaria a ser direta, imediata. Mais uma vez, temos uma síntese de Luís Cláudio Figueiredo sobre o tópico:

"A intenção dos românticos é a de transpor a problemática da representação nos planos cognitivo e político, instalando em seu lugar a problemática da *expressão*. (...) Só os românticos, contudo, abriam mão do representacional (ou representativo) em nome de uma exteriorização mais direta da subjetividade individual ou coletiva. Para eles o reino das representações é um reino de dissimulação e falsidade ..." (pg.123)

O fruto mais consistente, talvez o único, desse anti-racionalismo tosco foi o advento da História - que aparece como instância imune à "falsificação" racionalista, além de permitir um inteligente e não casual deslocamento do objeto e da perspectiva. O advento da História, além de, por si mesmo, ser uma manifestação de nostalgia do passado e de insatisfação com o presente, permitia que se rejeitasse em bloco todo o racionalismo, junto com o sistema que lhe dava suporte, passando por cima da necessidade de criticar cada uma de suas inúmeras assertivas (do racionalismo).

"Seu réu favorito (dos pensadores antiprogressistas) era a razão, ou mais especificamente, o racionalismo do século XVIII, (...) 'Seria melhor esquecer de uma vez por todas', escreveu Burke, 'a Encyclopedie e todo o conjunto de economistas, e retornar àquelas velhas regras e princípios que fizeram, uma vez, dos príncipes grandes personagens e felizes as nações'. O instinto, a tradição, a fé religiosa, "a natureza humana", a "verdade" em contraste com a "falsa" razão foram alinhados, dependendo da inclinação intelectual do pensador, contra o racionalismo sistemático. Mas, acima de tudo, o conquistador deste racionalismo viria a ser a história." (ER pg.268)

Esse movimento se explica, pelo menos em parte, pela "profunda insatisfação com o "clássico" ponto de vista franco-britânico do século XVIII a respeito do mundo" (ER pg.319) A "história" tinha dois sentidos diferentes: a História entendida enquanto área de estudos ("historiografia") e a perspectiva histórica, aplicável a qualquer ordem de eventos, sem exclusão do mundo físico e biológico. É importante observar que nem tudo era misticismo na voga historicista; ao contrário, havia, pelo menos em algumas instâncias, uma genuína preocupação em oferecer uma alternativa à explicação racionalista. É o que permite, panoramicamente e post facto, a Hobsbawm dizer:

"A teoria celular em biologia, muito da morfologia, embriologia, filologia e muito do elemento histórico e evolutivo em todas as ciências foram primordialmente de inspiração "romântica". (...) No todo, o caminho "romântico" serviu como um estímulo para novas idéias e pontos de partida, que foram posteriormente e mais uma vez abandonados pela ciência. (...) (ER pg.319)

Mas foi no domínio das ciências sociais - particularmente na Lingüística - que a história marcou sua presença de forma mais incisiva:

"Apesar de tudo, se os historiadores acadêmicos seguiam seus caminhos de erudição, a história permanecia como a estrutura básica das novas ciências sociais. Isto era particularmente óbvio no florescente - e, como tantos outros, proeminentemente alemão - campo da lingüística, ou melhor, para usar o termo da época, da filologia. O maior interesse desta ciência residia na reconstituição da evolução histórica das línguas indo-européias que, talvez porque fossem conhecidas na Alemanha como 'indo-alemãs', atraíam ali a atenção nacional, quando não nacionalista." (EC pg.274)

O estudo da história e os estudos lingüísticos foram alimentados nessa época por uma poderosa ideologia emergente: o nacionalismo. Esteve em pauta, durante todo o século XIX, a criação de uma Europa de nações-estados, para o que, era mister que se institísse uma identidade coletiva entre os povos contemplados. Giuseppe Mazzini (1805-72), "o mais eloqüente e típico defensor da 'Europa das nacionalidades'", assumido rousseauiano (15), acreditava que a nação era dada - faltava apenas reuni-la e convertê-la numa instituição, representada pelo e no estado. Como identificar uma nação?

"Na era da construção de nações, acreditava-se que isso implicava a transformação desejada, lógica e necessária de "nações" em estados-nações soberanos, com um território coerente, definido pela área ocupada pelos membros da "nação", que por sua vez era definida por sua história, cultura comum, composição étnica e, com crescente importância, a *língua*." (grifo do original) (EC pg.103)

De fato, "havia a nova tendência para definir uma nação em termos étnicos e especialmente em termos de língua." (EI pg.206) "Estamos, hoje em dia, tão habituados à definição étnico-lingüística das nações que olvidamos que essencialmente ela foi inventada em fins do século XIX." (EI pg.208) Foi só nesse período que a língua foi instituída como critério de nacionalidade (16). (EC cap.5)

Tão logo se iniciou o processo de constituição das nações-estado, constatou-se a falsidade dessa premissa. Nem as nações eram dadas, nem as línguas, sobre as quais elas supostamente se fundavam, entidades uniformes o suficiente para servirem como base da nacionalidade. Era preciso então inventar uma 'cultura nacional', criar a nacionalidade e, se a língua não podia ser a base, podia ser o instrumento dessa criação. A base passava a ser a 'redescoberta' da cultura oral - canções, baladas, épicos etc. - da qual se sintetizaria uma língua, num segundo momento. "O primeiro estágio deste 'renascimento nacional' era invariavelmente o de encontrar, recuperar e sentir orgulho desta herança de folclore." (EC pg.104). O que era apenas um caminho para que se chegasse à língua - o coração de uma cultura nacional:

"... a 'nação' não era algo espontâneo mas um produto. (...) Precisava, portanto, ser construída. Daí a importância crucial das instituições que podiam impor uniformidade nacional, que eram principalmente o estado, especialmente a educação do estado, emprego do estado e serviço militar. (...) De fato, para as novas nações-estados, estas instituições (educacionais) eram de importância crucial, pois apenas através delas a "língua nacional" (geralmente construída antes através de esforços privados) podia transformar-se na língua escrita e falada do povo, pelo menos para algumas finalidades." (EC pgs.113/114)

Essa 'recriação' nada teve de espontâneo, portanto, e pode-se entrever o papel - importantíssimo - que tiveram os lingüistas nesse processo.

"O nacionalismo lingüístico foi criação de pessoas que escreviam e liam, não de gente que falava. E as "línguas nacionais", nas quais descobriam o caráter essencial das nações, eram com grande frequência artefatos, uma vez que deviam ser compiladas, padronizadas, homogeneizadas, e modernizadas para uso contemporâneo e literário, extraídas que eram do quebra-cabeça literário dos dialetos locais e regionais que constituíam as línguas não-literárias realmente faladas." (EI pg.209)

Não havia, portanto, nada de inocente neste processo. Havia clareza quanto à artificialidade da constituição de estados sobre nações que não existiam. Assim é que o ditador polonês Pilsudski, em 1918, com peculiar franqueza afirmou: "O Estado é que faz a nação e não a nação, o Estado", desvendando assim a verdadeira natureza da operação em curso.

" 'A nação' era a nova religião cívica dos Estados. Oferecia um elemento de agregação que ligava todos os cidadãos ao Estado, um modo de trazer o Estado-nação diretamente a cada um dos cidadãos e um contrapeso aos que apelavam para outras lealdades acima da lealdade ao Estado - para a religião, para a nacionalidade ou etnia não identificadas com o Estado, e talvez, acima de tudo, para a classe." (EI pg.212)

A base disso era o sistema escolar. Daí, pode-se entender a importância do público que assistia os cursos de Saussure, com grande número de "professori di liceo", como mencionado por Tullio De Mauro. Longe de ser inocente, esse público era composto pelos fundadores das 'consciências nacionais' de vários países da Europa.

"... um sistema escolar nacional, ou seja, um sistema predominantemente organizado e supervisionado pelo Estado necessitava de uma língua nacional para a instrução. A educação reuniu-se aos tribunais e à burocracia como força que tornaria a língua a condição principal da nacionalidade.

Os Estados, portanto, criaram "nações", ou seja, o patriotismo nacional e, pelo menos para certos fins, cidadãos lingüística e administrativamente homogêneos, com especial urgência e zelo." (EI pg.214)

Assim, é possível entender que o debate lingüístico tinha importantes implicações práticas. Os lingüistas pensavam influenciar essa platéia, de forma a influenciar suas atitudes posteriores. Fica mais fácil entender a hostilidade dos lingüistas alemães, quando Saussure desarmou esse artefato ideológico, através de suas novas concepções (17).

História, nacionalismo e estudo das línguas formaram nesse período um triângulo unido por todos os lados.

Esse nacionalismo não era desprovido de fundamento material e estava intimamente relacionado à nova definição nacional dos estados políticos (que até então se definiam como territórios sob a suserania de um rei, que podia ser, e freqüentemente era, um estrangeiro). A identidade nacional era uma realidade cultural usada como contraposição ao universalismo do absolutismo monárquico. Afirmar essa realidade era uma forma de ser alguém em-si ("sou membro da cultura tal"), de ter uma segunda natureza, que se contrapunha a uma definição do sujeito no seio do sistema, a partir do modo de inserção social (aristocracia, clero, terceiro estado) (18). O papel da história na emergência do nacionalismo foi enorme:

"... uma epidemia de historiadores tomou conta da Europa na primeira metade do século XIX. Raramente tantos homens se propuseram a interpretar seu mundo escrevendo relatos de muitos volumes a respeito do passado dos vários países, às vezes pela primeira vez. (...) Os resultados mais duradouros deste despertar histórico se deram no campo da documentação e da técnica histórica. Colecionar relíquias do passado, escritas ou não, se transformou em uma paixão universal. Talvez, em parte, fosse uma tentativa de salvaguardá-las contra os ataques do presente, embora o nacionalismo provavelmente fosse seu mais importante estímulo: em nações até então adormecidas, os historiadores, os lexicógrafos e os colecionadores de canções folclóricas foram muitas vezes os verdadeiros fundadores da consciência nacional. (...) os lingüistas e os folcloristas produziam os dicionários fundamentais de seus idiomas e as coletâneas de tradições orais de seus povos. (...) A inserção da história nas ciências sociais teve seus efeitos mais imediatos no direito, (...); no estudo da teologia, (...); mas especialmente em uma ciência totalmente nova, a filologia. Esta ciência também se desenvolveu primeiramente na Alemanha, que era de longe o mais vigoroso centro de difusão de estudos históricos." (ER pg.309)

Vale notar que a Filologia não era apenas uma entre outras ciências sociais. Ela surgiu antes das demais, amadureceu antes e foi a única que realmente logrou fazer da história um instrumento frutífero.

"...a filologia não se limitava à descoberta, descrição e classificação. Nas mãos de grandes eruditos alemães, (...), tornou-se a segunda ciência social propriamente dita, isto é, a segunda a descobrir leis genéricas aplicáveis a um campo aparentemente tão caprichoso como o da comunicação humana. (A primeira foi a economia política). Porém, contrariamente às leis da economia política, as da filologia eram fundamentalmente históricas, ou melhor, evolutivas. (...) A filologia foi a primeira ciência que considerou a evolução como sua verdadeira essência." (ER pg.310)

Portanto, a lingüística nasceu historicista.

Um último aspecto, extremamente relevante para fazer um panorama do ambiente de nascimento da Lingüística, é constatar a centralidade do mundo germânico como pólo desses acontecimentos culturais:

"...a mera distribuição geográfica não pode revelar suficientemente o que era cada vez mais o fator dominante sobre a vida acadêmica de nosso período (1848-1875), em outras palavras, a hegemonia dos alemães, apoiados pelo fato de diversas universidades usarem aquela língua (que incluía as da maior parte da Suíça, Império dos Habsburgos e regiões bálticas da Rússia), e a poderosa atração que a cultura alemã exercia na Escandinávia e Europa do leste e sudeste. Fora do mundo latino e da Inglaterra, e mesmo numa certa medida em ambos, o modelo alemão de universidade era geralmente adotado." (Hobsbawm, EC pg.278)

Naturalmente, as ciências emergentes foram influenciadas pelas ideologias em curso nesse ambiente, embora Hobsbawm reconheça que "exceto na história acadêmica e na lingüística, não havia uma tal dominação alemã nas ciências sociais." (EC pg.279)

Portanto, a lingüística nasceu alemã (19).

#### *A Lingüística pré-saussuriana*

A Lingüística pré-saussuriana era, portanto, fundamentalmente, alemã, historicista e romântica e tinha sua existência motivada, em grande parte, pelo élan nacionalista da época. Vejamos agora no que ela consistia, substantivamente.

Em primeiro lugar, essa lingüística se opunha ao universalismo da Gramática de Port-Royal, nome vulgar da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Arnauld & Lancelot, publicada em 1660. Como aponta Oswald Ducrot (20), o advento dessa gramática "marca o fim do privilégio reconhecido à gramática latina" (p.16), com vistas a estabelecer uma gramática geral que não fosse referida primeiramente a nenhuma língua em particular:

"A gramática geral visa enunciar certos princípios aos quais todas as línguas obedecem, e que dão a explicação profunda de seus usos; trata-se portanto de definir a *linguagem* da qual as línguas particulares são casos particulares."

O mérito maior dessa gramática foi ter assumido que a linguagem obedece a uma lógica própria, independente da lógica filosófica e da lógica das coisas:

"Por outro lado, a gramática geral evita o dilema que parecia até então insuperável, da gramática puramente filosófica e da gramática puramente empírica."

Típico fruto do racionalismo francês, a Gramática de Port Royal era fundada em regras lógicas universais:

"A gramática geral procura dar uma explicação a usos particulares a partir de regras gerais deduzidas. Se essas regras podem pretender a um tal poder explicativo, é porque, estando fundadas na lógica, elas não se contentam de a repetir: elas exprimem sua transparência possível através das condições materiais da comunicação humana."

Outra singularidade, no contexto em que surgiu, da Gramática de Port Royal foi seu descompromisso com qualquer normativismo. Ainda em 1647, Vaugelas, nas suas "Remarques sur la langue française", estava preocupado em desenvolver uma gramática que fomentasse os "bons usos" da língua, tomando expressamente como referência o padrão da corte.

Essas características permitem que se aponte a Gramática de Port Royal como uma proposta que antecipa e viabiliza a lingüística posterior a ela. Para o tema em questão, o 'sujeito' da Gramática de Port Royal era o 'usuário' da língua, que, de acordo com sua 'vontade', podia escolher entre várias formas disponíveis.

Exceto de uma maneira muito geral, a Lingüística Histórica representou uma total ruptura com a Gramática de Port Royal, desde os fundamentos filosóficos até a "investigação empírica". Sobretudo porque, enquanto a Gramática de Port Royal ia do geral ao particular, a Lingüística Histórica pretendia o inverso, ir do particular ao geral.

A Lingüística Histórica nasce no final do século XVIII com o fito de estudar a transformação que as línguas sofrem com o tempo. Segundo Ducrot, isso foi possível graças a duas idéias novas (21):

"a) *A mudança das línguas não se deve apenas à vontade consciente dos homens (...), mas também a uma necessidade interna.* A língua não é apenas transformada, mas ela se transforma (Turgot, no artigo 'Etimologia' da Encyclopédie, fala de um "princípio interno" de mudança).

(Pode-se ler aí uma revisão do conceito iluminista de subjetividade lingüística.)

b) *A mudança lingüística é regular, e respeita a organização interna das línguas.* Como provar a filiação de duas línguas, se se renuncia a tomar a semelhança por critério? Em outros termos, sobre o que se basear para decidir que as diferenças

entre elas são produto de mudanças e não de substituições? (...) A solução sobre a qual se dirige no fim do século XVIII, e cuja aceitação explícita constituirá a lingüística histórica como ciência, consiste em só considerar uma diferença como uma mudança se ela manifesta uma certa regularidade no interior da língua. (...), o princípio da regularidade da mudança lingüística marca o nascimento da lingüística a partir do que então se chamava **etimologia**."

Dois conceitos importantes foram formulados pela Lingüística Histórica: o de herança de características e propriedades por uma língua e, correlativamente a este, o de conservação e mudança, isto é, o de que algumas características se conservam, enquanto outras mudam. É o que enseja o aparecimento no vocabulário dessa corrente das expressões 'língua-mãe' e 'línguas-filhas'.

Por fim, foi também e já neste período que a gramática e a fonética foram fixadas como instâncias centrais da língua, em torno das quais deveriam ser feitos os estudos lingüísticos.

Um elemento central no trabalho da Lingüística Histórica era a comparação entre línguas. Esse trabalho correspondeu ao momento mais maduro do historicismo lingüístico e ficou conhecido como Gramática Comparada ou Comparatismo. É no âmbito desses trabalhos que é feita o que é considerada a primeira publicação 'científica' da Lingüística: a 'gramática do sânscrito' de Bopp ("Système de conjugaison de la langue sanscrite, comparé à celui des langues grecque, latine, persane et germanique", Frankfurt a.M., 1816). A ela se seguiram obras análogas dos irmãos Schlegel, de Grimm, de Schleicher e outros pesquisadores.

Particularmente, Steinthal e Schleicher empenhavam-se em criar árvores de linguagens (extremamente duvidosas) e Schleicher chegou a escrever textos na "versão reconstituída" do indo-europeu.

A partir da descoberta da analogia existente entre o sânscrito e maior parte das línguas européias antigas e modernas, os estudos comparados são consagrados ao conjunto de línguas chamadas ora indo-européias, ora indo-alemãs. Desde o início está presente a idéia de parentesco (truncos e famílias de línguas) e de herança de características entre as línguas. Sobretudo, acreditava-se no indo-europeu e na possibilidade de reconstitui-lo, embora os primeiros comparatistas supusessem que a língua-mãe primitiva fosse o próprio sânscrito. Desde logo, a comparação - entendida como estabelecimento de correspondências entre as línguas - foi instituída como método. Essa comparação era, antes de tudo, comparação gramatical.

Em todos os trabalhos do período estava presente, implícita ou explicitamente, a tese do declínio das línguas, entendida como degeneração ou desagregação delas, ilustrada principalmente pelo desaparecimento de elementos. Vale notar que essa tese estava em pleno acordo com a idolatria de um passado idealizado, conforme expus mais acima. (Humboldt - um liberal clássico, segundo Hobsbawm - foi o único nome de relevo a rejeitar expressamente essa tese. Aliás, Humboldt foi um curioso personagem: era, ao mesmo tempo, clássico e romântico, racionalista e naturalista, alemão e cosmopolita, e, em lingüística, cartesiano e comparatista.)

Bopp e Schleicher explicavam e justificavam essa tese pela atitude do usuário da língua, que a entendia como mero instrumento de comunicação, perspectiva que fazia prevalecer a lei do menor esforço, propiciando a degeneração:

"Se houve um período positivo na história das línguas, ele deve ser procurado na pré-história da humanidade. Então, a língua não era um meio, mas um fim: o espírito humano a fabricava como uma obra de arte na qual ele procurava *representar* a si mesmo. Nessa época, nunca terminada, a história das línguas foi a história de uma criação." (22)

O horizonte ideológico marcou seriamente a teoria, como aponta Ducrot:

"O que o comparatismo não podia, em revanche, sem abandonar seus princípios metodológicos fundamentais, era acreditar que as línguas, ao se transformarem, criam organizações gramaticais novas." (23)

Por fim, sob influência do positivismo, surge um movimento entre os comparatistas: o dos *Junggrammatiker* (24):

"Na segunda metade do século XIX, um grupo de lingüistas, sobretudo alemães, tentou introduzir na lingüística histórica os princípios positivistas que triunfavam na ciência e na filosofia contemporâneas. Esperando assim renovar a gramática comparada, eles se autodenominaram neogramáticos". (25)

Postulavam eles o seguinte:

1 - A lingüística histórica deveria ser explicativa, achar as causas das mudanças e não só descrevê-las.

2 - A explicação deveria ser positiva, em oposição às vastas explicações filosóficas, à moda de Schleicher (grande leitor de Hegel): "As únicas causas verificáveis são procuráveis na atividade dos *sujeitos* falantes, que transformam a língua ao utilizá-la"(26).(itálico no original)

3 - Para melhor identificar essas causas, seria mais interessante estudar estados de língua consecutivos do que muito distantes entre si.

4 - As "leis fonéticas" tem causas articulatórias e exercem uma ação inteiramente mecânica, "cega": "uma vez que uma mudança se opera no interior de um estado, nenhuma palavra pode lhe escapar, qualquer que seja sua situação semântica ou gramatical, e as exceções (que Schleicher se contentava apenas em registrar) são, para um neogramático, o indício de uma lei ainda desconhecida."(27)

5 - O sentido tem uma explicação psicológica - a tendência à analogia, fundada nas leis de associação das idéias: "os locutores tendem: a) a agrupar as palavras e as frases em classes, cujos elementos se assemelham às vezes pelo som e pelo sentido; b) a criar palavras ou frases novas suscetíveis de enriquecer essas classes."(28)

6 - "Não apenas a história das línguas deve ser explicativa, mas não há outra explicação lingüística que histórica."(29)

O "Mémoire" (1878) de Saussure se enquadra nos trabalhos neogramáticos (30). À parte isso, pode-se vislumbrar nesse rol alguns tópicos do programa saussuriano, o que reforça mais a idéia de continuidade do que de ruptura, de Saussure com a Lingüística Histórica.

Com efeito, a primeira diferença da lingüística saussuriana para aquela que a precedeu foi quase quantitativa: Saussure quis fazer uma ciência inteira, que cobrisse todos os aspectos do objeto que assim, ganhou em extensão. Ganhou também em profundidade, na medida em que cada conceito - incluindo aqueles herdados do historicismo - recebeu um inédito burilamento, que fazia parecer rudimentares as construções precedente. Segundo Benveniste, "A gramática comparada de então não era senão ... uma reunião de correspondências entre as formas tomadas indistintamente a todas as línguas da família."(31)

A segunda diferença era a direção ideológica em relação aos trabalhos da época, marcados que eram pelo Romantismo alemão - inclusive fora do ambiente germanofone. O esforço de identificar a língua, a literatura e a cultura como manifestação do "espírito" nacional de cada povo e o próprio fato desses tópicos serem entendidos e estudados como um conjunto, estabeleciam um limite para o quanto se podia e se queria avançar no acuramento científico, propriamente dito, dos objetos em questão. Como é notório, Saussure ignora esse horizonte e se volta exclusivamente para a cientificidade. Isso, porém, não implicou em nenhuma ruptura radical, escandalosa ou revolucionária, até porque esse direcionamento ideológico nem sempre era explícito por parte dos lingüistas alemães. De fato, essa ruptura pode ser depreendida das obras de Saussure, sobretudo do póstumo *Cours*, mas não é um dado, um evento, da biografia de Saussure. Assim, esse redirecionamento ideológico se fez silenciosamente, embora, como relatamos acima, os lingüistas alemães tenham ficado aborrecidos com Saussure.

Saussure está, inicialmente, plenamente inscrito na lingüística de sua época. Muito cedo, talvez desde o *Essai sur les langues*, Saussure estabelece um objetivo dentro da Lingüística e trabalha o tempo todo para alcançá-lo. A docilidade aparente de Saussure não deve dar margem a enganos: apesar de sua timidez, da sua falta de vontade de brigar de frente com seus contemporâneos, de sua angústia frente a escrever textos definitivos, da escassa produção publicada nos últimos anos, Saussure seguramente tinha consciência da "revolução" que estava promovendo. Ele sabia que a nova lingüística que ele propunha implicava numa mudança de atitude por parte de seus contemporâneos.

Num certo sentido, é possível dizer - de um ponto de vista técnico - que Saussure "aprofundou" a abordagem historicista. Tullio De Mauro é um dos que sublinham a continuidade (32):

"Uma visão desde muito difundida entendeu a lingüística estrutural em geral e a saussuriana em particular como uma lingüística antifilológica. A verdade é o inverso. (...) Se o valor das entidades lingüísticas não é determinado pela indicação, segundo o método da gramática comparada, dos correspondentes mais ou menos semelhantes existentes em outros ambientes lingüísticos, mas é, ao invés, estabelecido especificando a funcionalidade e os elementos co-funcionais no interior do mesmo sistema, (...), então o empenho filológico (no caso das línguas mortas) e a pesquisa aprofundada de campo (no caso das línguas vivas) não são mais um luxo, mas uma necessidade vital, intrínseca. (...) (em Saussure, os dados filológicos) perdem o caráter de curiosidades biográficas, se iluminam da luz que vem do conceito cardeal da nova lingüística: o conceito de sistematicidade das entidades lingüísticas que comporta o

conceito da radical peculiaridade histórica de cada realidade  
lingüística ..."

Tão peculiar que exclui qualquer comparação, se assumirmos rigorosamente a língua como um sistema (fechado), cujas partes se definem reciprocamente e que só pode ser entendida num corte sincrônico. Aparentemente, Tullio De Mauro não percebe que, com esses conceitos, Saussure inviabiliza e desautoriza toda comparação entre línguas, abalando os pressupostos do historicismo e da gramática comparada - cada língua é tão singular que não pode ser comparada com outra. Desse ponto de vista, há realmente uma ruptura - provocada, paradoxalmente, pelo aprofundamento, pela radicalização, e não pela negação, do paradigma histórico-comparativo.

Não era bem essa a singularidade que os comparatistas procuravam: é verdade que, para eles, a singularidade da língua era sintoma da singularidade da cultura, de uma nação; porém, ao ponto que Saussure levou, tirava a base para o estabelecimento de uma hierarquia entre as línguas (e, portanto, entre as culturas) - todas as línguas (e, portanto, todas as culturas) passavam a ser "iguais", sabotando o propósito final dos lingüistas alemães - que por isso romperam com ele. De Mauro não viu ou não quis ver o aspecto - ideológico, mais do que técnico - em que a abordagem saussuriana configurava uma ruptura.

Quando Saussure postula "estados de língua" independentes uns dos outros, rompe com a cadeia de comparações de estados sucessivos (não importa se próximos ou não), destruindo o artefato ideológico que se escondia por baixo da busca da língua não-degenerada e do estabelecimento de "graus de degeneração" para as línguas.

O que realmente causava repulsa ao estabelecimento lingüístico da época, sobretudo o alemão, era o nivelamento de todas as línguas - e, portanto, de todas as culturas - identificando cada uma como sendo um sistema. O alemão, o francês, o lituano, o grego, o basco, passavam a ter o mesmo estatuto. E o "espírito do povo" definitivamente não se encontrava em parte alguma - sequer no exterior - do sistema saussuriano.

Saussure vai desprezar a "questão nacional", desvinculando definitivamente a língua do "espírito" de seu povo - e mesmo estabelecendo uma distância e uma diferença entre estudos lingüísticos e estudos sócio-culturais. A perspectiva de Saussure é francamente universalista: ele quer chegar a uma lingüística que possa estudar toda e qualquer língua, sem privilégio das línguas européias e sem prejuízo das línguas dos povos ágrafos, por exemplo.

#### *O sujeito na Lingüística pré-saussuriana*

Havia um conceito de sujeito em curso mais ou menos preciso, na época de Saussure. Tratava-se de uma entidade identificada com uma cultura nacional ou regional, reconhecível por sua língua, por seus costumes, por suas crenças, por suas manifestações artísticas e literárias e, sobretudo, por um "espírito", que a tudo isso presidia. Esse "espírito" era uma "virtude ativa"(33): para Humboldt, não se pode falar em "espírito" senão "lá, onde a profundidade das forças puramente intelectuais é solidária da vitalidade da imaginação sensível"(34). Era o sujeito romântico, coberto freqüentemente pelo termo "espírito", mas que pode ser depreendido mesmo em ambientes em que essa expressão não aparece. Esse sujeito era quase uma divindade, uma entidade mitológica, o próprio Deus, travestido de alma do indivíduo, que se manifestava nas coisas e nas ações. (Vale notar, entretanto, que, ao contrário do Deus cartesiano, relacionado ao indivíduo, por definição, a

nova divindade era apresentada como "alma coletiva", como em Herder, e identificada a todo um povo - a "alma nacional").

Nessa época, quem quisesse tratar de questões de linguagem não podia ignorar esse sujeito. Saussure vai eliminá-lo, silenciosa, mas vigorosamente, dos estudos lingüísticos. Por que? Porque ele nada teria a fazer, em sua Lingüística, com esse homem pleno de atributos, de sentimentos, de energia, tomado de desejo pela ação. Com esse homem misticamente ligado à natureza, a seu clã, a sua tribo, a sua nação. Saussure nem se deu ao trabalho de combater esse horizonte. Desde logo, considerou que nada disso tinha a ver com a linguagem. Saussure suprime o sujeito romântico pela raiz, no momento em que institui a prioridade do sincrônico e relega a História a segundo plano:

"Após ter concedido um lugar bastante grande à História, a Lingüística voltará ao ponto de vista estático da gramática tradicional, ..." (35)

Para os lingüistas do século XIX, intensamente comprometidos com a História, esse anúncio "zerava" todo o seu trabalho. Essa posição motivará uma guerra surda e, por fim, a ruptura da lingüística alemã com Saussure.

Por fim, vale perguntar: são a mesma coisa, o sujeito da história e o sujeito romântico? Pelo menos no caso dessa perspectiva de história, a resposta é positiva - de fato, havia uma coincidência entre ambos, nesse período. Quando, ainda no século XIX, Marx propuser uma profunda mudança na forma de se interpretar a história, o sujeito também mudará. As classes sociais - os sujeitos da história, no marxismo - terão pouco a ver com o sujeito romântico. Já então, o Povo não se definirá por um dado do "espírito" (a cultura nacional), mas por um dado da matéria (a condição proletária), e se realizará como sujeito não reencontrando misticamente o passado, mas construindo concretamente o futuro.

(2) As informações biográficas tem como fonte, principalmente, a edição italiana do *Cours*, editada e comentada por Tullio De Mauro (Saussure, F., *Corso di linguistica generale*, 1968, Bari:Laterza). As citações desse volume, de autoria do próprio Tullio De Mauro virão com as iniciais TM e o número da página indicados entre parênteses.

(3) Seu trisavô Nicolas escreveu o verbete sobre "uvas e vinhos" na *Encyclopédie*. Seu bisavô Horace-Bénédict era professor de filosofia e de ciências naturais. Seu avô, Nicolas-Théodore era naturalista, o que incluía geologia. Seu pai, Henri, era geólogo e mineralogista.

Sua tia-avó, Albertine-Adrienne era amiga de Necker, de Mme.Stael e do Dr.Pictet, além de manter amizades e correspondência com "a Alemanha idealista e romântica". Seu tio Théodore, além de eminente personalidade cantonal, era estudioso de história suíça, com um horizonte nacionalista.

De seus irmãos, Horace era pintor, Leopold era oficial da marinha francesa e sinólogo, nas horas vagas, e René era matemático, tendo escrito sobre a lógica das linguagens naturais e artificiais.

(4) "In buona parte la fortuna di Saussure nei paesi di lingua tedesca (a parte rare e recenti eccezioni) è stata legata soprattutto a studiosi d'origine svizzera che hanno scritto in tedesco e spesso hanno insegnato in università tedesche." (TM pg.363)

"A parte (três autores), coloro che hanno contribuito a diffondere l'opera di Saussure nei paesi di lingua tedesca sono stati i suoi critici. (...) Soltanto negli anni del secondo dopoguerra si diffonde nelle università tedesche il rispetto per le posizioni saussuriane." (TM pg.342)

(5) O que não deixa de ser interessante, já que a lingüística alemã era bem conhecida na França. Talvez essa lacuna se explique, pelo menos em parte, pela posição de Bréal, então diretor da *École des Hautes Études*, que condenava o comparatismo por conceber a linguagem como um "organismo vivo", cujos movimentos independeriam da interferência do Homem. O que é apenas um aspecto da contraditória relação entre Saussure e Bréal:

Como Bréal, Saussure também criticava o comparatismo, mas por razões diferentes e opostas. As objeções de Bréal eram de cunho humanista-iluminista e sublinhavam a centralidade da "vontade individual" nos processos lingüísticos, em detrimento do caráter coletivo e autônomo desses processos, proposto pelos comparatistas. Ora, justamente Saussure vai radicalizar essa perspectiva (comparatista) e levá-la às últimas conseqüências teóricas - razão de sua ruptura com a lingüística alemã. Muito cedo Saussure leu ... e criticou trabalhos de Bréal. Bréal era trinta anos mais velho que Saussure e teve alguma influência na constituição de seu pensamento, mais precisamente na postulação do princípio da analogia. Bréal, mui senhorialmente, acolhe em Paris um Saussure fugitivo do sufocante ambiente de Leipzig e lhe concede uma cadeira na *École des Hautes Études*. Ao mesmo tempo que, desde o início, Bréal manifesta sua reverência e admiração em relação a Saussure e sua obra. (TM pg.292 e segs.)

(6) Saussure manteve um interesse permanente pela temática mitológica. Entre os poucos trabalhos que vieram a público, estão a resenha à *Histoire des idées théosophiques dans l'Inde* de P.Oltramare, publicada em 1907, e *La destruction d'Avenches dans les sagas scandinaves, d'après des traductions et des notes de F.d.S.*, publicada postumamente.

---

Os estudos sobre os Nibelungen e sobre os anagramas só foram conhecidos mais tarde e consistiam no seguinte, conforme Tullio De Mauro (pg.315):

Sobre os Nibelungen, Saussure sustentava a tese de que a lenda grega de Teseu tenha sido a base de um dos ramos da epopéia "germânica", o que se deveria à circulação de mitologias clássicas pela Europa do Norte através dos navegadores.

Sobre os anagramas, a hipótese de Saussure era que, além das normas métricas conhecidas, a versificação nas línguas ario-européias arcaicas respeitaria também algumas regras fundamentais relativas à distribuição dos elementos fonéticos nos versos, entre as quais a que determinava o aparecimento recorrente, sob forma de anagrama, de uma palavra importante para o sentido do poema, freqüentemente o nome de um herói ou divindade.

São, portanto, pesquisas de cunho histórico-literário, de um tipo que se fazia antes de Saussure (os próprios poemas védicos, estudados nos "anagramas", eram um objeto freqüente dos precursores imediatos de Saussure) e que continuou sendo feito depois dele (vide, por exemplo, "Os oxímoros dialéticos de Fernando Pessoa" de Jakobson, de 1968). Tanto a temática, como a abordagem dos Nibelungen e dos "anagramas" se enquadram nessa categoria de pesquisa.

Como já disse anteriormente, neste mesmo capítulo, havia uma forte imbricação, na época, entre estudos lingüísticos e histórico-literários. Um exemplo: numa comunicação em homenagem a Bopp, em 1869, intitulada "Notice historique sur la vie et les travaux de M.François Bopp" (in Bopp, Franz (1816/1989). *Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin, and Teutonic Languages, showing the original identity of their grammatical structure*. Amsterdam: John Benjamins), Joseph Guigniaut diz na introdução:

"... deux sciences nouvelles ont été créées de nos jours, dans l'ordre de la philologie et de l'histoire, par le progrès de l'analyse appliquée aux oeuvres primordiales de l'esprit humain: ce sont, d'une part, la science des langues, organes si divers en apparence de la pensée des peuples; d'autre part, la science des mythes ou la mythologie, expression non moins variée de leur croyances. Analogues à la géologie, à l'anatomie, à la physiologie comparée, l'honneur de notre siècle est ou sera de les avoir constituées sur la double base de l'observation et de l'induction, et par là d'avoir sondé, à des profondeurs auparavant inconnues, l'histoire du génie de l'homme aussi bien que celle de la nature." (pg.xv)

Mais no final, Guigniaut fala da contribuição de Bopp para essas áreas:

"Les applications neuves et hardies de la comparaison des langues, d'après les principes établis par lui (Bopp), ont été faites à l'étymologie, devenue une science positive au lieu de cette divination fantastique qu'elle avait été si longtemps; à la mythologie, qui y a retrouvé le sens originel de ses fables, développées depuis par la poésie au gré du génie divers des peuples; enfin, à l'histoire primitive des ancêtres de notre race, alors qu'ils ne formaient encore qu'une même famille parlant une même langue, dispersée plus tard en nations

---

nombreuses, dont la parenté est attestée avec certitude par les traits communs de leurs idiomes." (pg.xxxiv)

Note que o texto é de 1869, contemporâneo, portanto, dos primeiros estudos lingüísticos de Saussure. É razoável supor que Saussure tenha tomado contato e se interessado por esse tipo de estudo já nesse período. A singularidade dos "Nibelungen" e dos "anagramas" é que mostram um Saussure interessado em outros objetos que não o enquadramento científico da linguagem.

De forma alguma, pode-se dizer que essas pesquisas contém, ainda que implicitamente, uma abordagem alternativa ao sistema lingüístico por ele proposto. Nada nessas pesquisas contraria qualquer dos conceitos expostos no Curso de Lingüística Geral. Para Saussure, são trabalhos de ordens diferentes - a pesquisa lingüística e a pesquisa mitológica - que não se confundem, apesar da intersecção entre os dois campos de estudos. Dizer isso não é diminuir o valor eventual que possam ter esses trabalhos; é apenas não tomá-los por aquilo que eles não são.

Como afirma J.Starobinsky, responsável pela primeira publicação dos anagramas, em seu texto *As palavras sob as palavras* (1971, São Paulo: Perspectiva) (pg.46):

"...nenhum subentendido "místico" está presente na teoria de Ferdinand de Saussure. Ele teria repudiado, certamente, qualquer tipo de interpretação emanacionista dos hipogramas. A palavra-tema não é, para ele, nada mais que um dado material, cuja função, talvez primitivamente sagrada, se reduz muito cedo a um valor de apoio mnemônico para o poeta improvisador, depois de um procedimento regulador inerente à própria escritura, ao menos na língua latina. Saussure jamais afirmou que o texto desenvolvido pré-existe na palavra-tema: o texto se constrói sobre a palavra-tema, e isto é uma coisa bem diferente. A palavra-tema abre e limita ao mesmo tempo o campo de possibilidade do verso desenvolvido. É um instrumento do poeta e não um germe vital do poema: o poeta é obrigado a reempregar os materiais fônicos da palavra-tema, se possível em sua seqüência normal. Quanto ao resto, o poeta age de acordo com sua vontade, distribuindo as palavras e os fonemas de maneira a satisfazer as outras regras da versificação e da inteligibilidade. A palavra-tema é certamente o antecedente do discurso: mas em nenhuma parte Saussure nos deixa entender que, por um misterioso privilégio, a palavra-tema conteria já, sob forma concentrada, o discurso que nela se apoiará."

Mais adiante, quando comenta e avalia a hipótese emanacionista, Starobinsky coloca (pg.107):

"Assim, a mensagem poética (que é "fato de fala") não se constituiria apenas com palavras emprestadas à língua, mas também sobre nomes ou palavras dadas uma a uma: a mensagem poética aparece então como o luxo inútil do hipograma."

---

"A pergunta que se coloca é: o que existe imediatamente atrás do verso? a resposta não é: *o indivíduo criador* mas: *a palavra indutora*. Não que Ferdinand de Saussure chegue ao ponto de apagar o papel da subjetividade do artista: parece-lhe, no entanto, que ela não pode produzir seu texto a não ser depois de passar por um pré-texto."

"Talvez haja, nesta teoria, um desejo deliberado de eludir todo um problema relativo a uma consciência criativa. Não sendo poesia apenas o que se realiza nas palavras, mas o que nasce a partir das palavras, escapa, pois, ao arbitrário da consciência para não mais depender senão de uma espécie de legalidade lingüística.

Ferdinand de Saussure, é verdade, não universaliza sua hipótese: ela concerne apenas à tradição antiga indo-européia e mais particularmente versificação latina. Apenas aí a obra poética é variação fônica sobre um dado não "sentimental" mas verbal. E Ferdinand de Saussure está pronto a deixar ao poeta a escolha do dado verbal e o poder da variação. A teoria dos hipogramas tolera, portanto, uma certa limitação: ela não tem a pretensão de definir a essência da criação poética. Aliás, o leitor terá notado que Ferdinand de Saussure não hesita em considerar 'deplorável' a regra do jogo imposta pelo hipograma aos poetas latinos."

(7) Note que Saussure vai estudar em Berna - portanto no ambiente germânico - já aos 12 anos de idade.

Falando sobre os 465 volumes da biblioteca de Saussure, doados à Biblioteca pública de Genebra em 1921, De Mauro comenta:

"Vi predominano gli scritti di linguistica storico-comparativa indoeuropea (326 volumes), mentre gli scritti di linguistica generale sono appena 10, cui possono aggiungersi alcuni dei 26 nn. di fonetica e fonologia. Ci troviamo dunque dinanzi alla biblioteca di un linguista storico, del quale emergono con forte evidenza gli interessi per la germanistica (132 vols.) e per il gruppo baltico (36 vols.), oltre ai più comuni interessi per greco, latino e antico indiano. Un discreto gruppo di opere e qualche raccolta miscellanea (23 vols.) riguardano specificamente i cicli di leggende dei diversi popoli indoeuropei, specie germanici; numerose le trattazioni di metrica (13 vols.)." (TM pg.361)

(8) Tullio De Mauro, op.cit., à pg.302, fala que dos 112 alunos do próprio Saussure em Paris, 40 eram estrangeiros: 16 alemães, 9 suíços, 4 rumenos, 4 belgas, 2 russos, 2 húngaros, 2 holandeses, 1 sueco e 1 austríaco.

(9) A propósito, os *Princípios de Geologia* de Lyell, obra fundadora desta ciência, foram publicados em 1830-33. Uma influência?

(10) O estatístico e economista Cournot, em 1861, observou que "o fato de acreditar em verdades filosóficas saiu tanto de moda que nem o público nem nenhuma academia se

---

dispõe a receber mais obras deste tipo, exceto como produtos de puro academicismo ou de curiosidade histórica". (citado à pg.261 de *A Era do Capital* de Hobsbawm. Ver nota de rodapé 11)

(11) Henri Poincaré (1854-1912), físico e matemático, e Claude Bernard (1813-1878), médico fisiologista, ambos contemporâneos de Saussure, autores de trabalhos importantes no estabelecimento dos fundamentos das próprias disciplinas, mas também de inúmeros trabalhos epistemológicos, que coincidiam no anti-empirismo.

(12) Refiro-me ao historiador britânico Eric J.Hobsbawm, autor de uma consagrada obra histórica sobre o advento e a formação do mundo moderno, publicada em três volumes: *A Era das Revoluções (1789-1848)*, *A Era do Capital (1848-1875)* e *A Era dos Impérios (1875-1914)*, todos editados pela editora Paz e Terra de São Paulo. Serão citados aqui na forma abreviada de seus títulos (ER, EC, EI), seguidos das páginas, entre parênteses.

Além de seus méritos excepcionais como historiador, é o único que dedica uma atenção considerável à história da ciência e da ideologia como parte da história geral, com um destaque ímpar à lingüística.

(13) Figueiredo, L.C., (1992). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. São Paulo: Escuta/Educ.

(14) Rousseau, J.J. (1983) "Ensaio sobre a origem das línguas" in *Os Pensadores*. São Paulo: Abril. Citações de trechos da página 163 a 166.

(15) Hobsbawm aponta Rousseau como a influência predominante não só em Mazzini, como em todos os nacionalistas.

(16) O século XIX foi o momento da instituição da maioria das línguas nacionais européias, não só no sentido de se tornarem línguas oficiais, mas também no de serem aceitas como válidas e legítimas para todos os fins. No que se refere à ciência e filosofia, isso tinha um sabor particular de vitória, sobretudo na Alemanha:

"No princípio do sec.XVIII, somente 60% de todos os títulos publicados na Alemanha eram em língua alemã. Depois de 1830, esse número ultrapassou pela primeira vez os 90%, em comparação com os títulos em latim e em francês." (ER pg.155)

Dado que mostra como foi tardia a afirmação do alemão entre a própria classe culta alemã.

(17) Mais um debate 'técnico-científico' que encobre - mal - um real conflito de interesses materiais e ideológicos. O que ilustra e reafirma o papel decisivo que o histórico-ideológico tem na constituição das ciências.

(18) É interessante notar que a "contestação de classes" do nacionalismo romântico não ocorreu pela via do questionamento do ou da própria estrutura de classes, como veio a acontecer mais tarde com o marxismo. A forma de negação dialética empregada aqui foi negar a estrutura de classes do Ancien Régime através da negação de que o próprio "problema de classes" tivesse qualquer importância ou mesmo que existisse. O "sujeito nacional" ("sujeito alemão", "sujeito italiano") não tinha classe e não podia ser definido em função de classe social. Assim, se a inserção de classe era o elemento mais importante para definir os sujeitos sociais do Ancien Régime, aqui esse elemento era suprimido. E,

---

inversamente, o "sujeito avassalado" vazio do Ancien Régime, passava a ser carregado de "conteúdos": a cultura nacional, a personalidade, as paixões, a energia passional, a participação política, a criatividade.

(19) Como diz o nosso Silvio Elia: "A Linguística Histórica é uma dádiva da Alemanha". (pg.119 de "Romantismo e Linguística" in O Romantismo, org.J.Guinsburg, 1978, São Paulo: Perspectiva).

(20) Oswald Ducrot/Tzvetan Todorov (1972) *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, Paris: Seuil. Todas as citações feitas aqui são de verbetes assinados por Ducrot. Tradução livre minha dos seguintes trechos originais:

"La grammaire générale vise à énoncer certains principes auxquels obéissent toutes les langues, et qui donnent l'explication profonde de leurs usages; il s'agit donc de définir *le langage* dont les langues particulières sont des cas particuliers." (p.15)

"D'autre part, la grammaire générale évite le dilemme, qui semblait jusque-là insurmontable, de la grammaire purement philosophique et de la grammaire purement empirique." (p.19)

"La grammaire générale, elle, cherche à donner une explication des usages particuliers à partir de règles générales déduites. Si ces règles peuvent prétendre à un tel pouvoir explicatif, c'est que, tout en étant fondées sur la logique, elles ne se contentent pas de la répéter: elles expriment sa transparence possible à travers les conditions matérielles de la communication humaine." (pg.19)

(21) Ibid. Tradução livre minha dos seguintes trechos:

"a) *Le changement des langues n'est pas dû seulement à la volonté consciente des hommes (...), mais aussi à une nécessité interne.* La langue n'est pas seulement transformée, mais elle se transforme (Turgot, dans l'article "Étymologie" de l'Encyclopédie, parle d'un "principe interne" de changement).

b) *Le changement linguistique est régulier, et respecte l'organisation interne des langues.* Comment prouver la filiation de deux langues, si on renonce à prendre pour critère la ressemblance? En d'autres termes, sur quoi se fonder pour décider que les différences entre elles sont le produit de changements et non de substitutions? (...) La solution vers laquelle on se dirige à la fin du XVIIIème siècle, et dont l'acceptation explicite constituera la linguistique historique comme science, consiste à ne considérer une différence comme un changement que si elle manifeste une certaine régularité à l'intérieur de la langue. (...), le principe de la régularité du changement linguistique marque la naissance de la linguistique à partir de ce qu'on appelait alors *étymologie*."

---

(22) Ibid. Tradução livre minha dos trecho:

"S'il y a eu une période positive dans l'histoire des langues, il faut donc la rechercher dans la préhistoire de l'humanité. Alors, la langue n'était pas un moyen, mais une fin; l'esprit humain la façonnait comme une oeuvre d'art, où il cherchait à se *représenter* lui-même. A cette époque, jamais révolue, l'histoire des langues a été celle d'une création." (pg.26)

(23) Ibid. Tradução livre minha dos trecho:

"Ce que le comparatisme ne pouvait pas, en revanche, sans abandonner ses principes méthodologiques fondamentaux, c'était croire que les langues, en se transformant, créent des organisations grammaticales nouvelles." (pg.25)

(24) Aliás, vale notar que a expressão "Junggrammatiker" tem recebido a tradução insegura de "neogramáticos". A tradução mais provavelmente correta é "Jovens Gramáticos", como faz Hobsbawm. Por duas razões: Primeiro, porque os componentes do movimento eram efetivamente jovens - todos tinham menos de 30 anos quando fundaram o movimento. Segundo, porque o termo "jovem" tinha na época uma acepção mais próxima do espírito do movimento - o nacionalismo romântico - do que a clássica partícula "neo" dá a entender. Quando fala da emergência dos "movimentos nacionalistas conscientes", Hobsbawm (ER pg.151) descreve: "Os movimentos que melhor simbolizaram esta evolução são os movimentos "jovens" fundados ou inspirados por Giuseppe Mazzini logo depois da revolução de 1830: Jovem Itália, Jovem Polônia, Jovem Suíça, Jovem Alemanha, Jovem França, em 1831-6, e o análogo Jovem Irlanda, da década de 1840, ...", o que indica que esse 'Jung' não seria casual. Numa hipótese mais branda, poderíamos talvez traduzir por "Novos Gramáticos".

(25) Ducrot, op.cit. Tradução livre minha dos trecho:

"Dans la deuxième moitié du XIXème siècle, un groupe de linguistes, surtout allemands, a tenté d'introduire dans la linguistique historique les principes positivistes qui triomphaient dans la science et dans la philosophie contemporaines. Espérant ainsi renouveler la grammaire comparée, ils se sont nommés eux-mêmes néo-grammairiens." (pg.27)

(26) Ibid. Tradução livre minha dos trecho:

"Les seules causes vérifiables sont à chercher dans l'activité des *sujets* parlants, qui transforment la langue en l'utilisant." (pg.27)

(27) Ibid. Tradução livre minha dos trecho:

"lorsqu'un changement s'opère à l'intérieur d'un état, aucun mot ne peut lui échapper, quelle que soit sa situation sémantique ou grammaticale propre, et les exceptions (que

---

Schleicher se contentait d'enregistrer) sont, pour un néogrammairien, l'indice d'une loi encore inconnue." (pg.27)

(28) Ibid. Tradução livre minha dos trecho:

"les locuteurs ont tendance: a) à grouper les mots et les phrases en classes, dont les éléments se ressemblent à la fois par le son e par le sens; b) à creer des mots ou des phrases nouvelles susceptibles d'enrichir ces classes."(pg.27)

(29) Ibid. Tradução livre minha dos trecho:

"Non seulement l'histoire des langues doit être explicative, mais il n'y a pas d'autre explication linguistique qu'historique."(pg.27))

(30) A esse respeito, Jonathan Culler comenta (*As idéias de Saussure*, 1976, São Paulo: Cultrix, pg.56):

"Saussure prestou uma contribuição importante à Lingüística histórica em sua *Mémoire* de 1878 sobre o sistema vocálico indo-europeu: uma obra que mostrou a fecundidade de pensar na linguagem como um sistema de itens puramente relacionais, mesmo quando se trabalhasse na tarefa de reconstrução histórica. (...) Saussure se demonstrara um neogramático consumado ..."

(31) Citado em Tullio De Mauro, op.cit., pg.316. Tradução livre minha de:

"La grammaire comparée d'alors n'était ... qu'un assemblage de correspondances entre les formes prises indistinctement à toutes les langues de la famille".

(32) Tullio De Mauro, op.cit., pg.317. Tradução livre minha de:

"Una visione troppo a lungo vulgata ha concepito la linguistica strutturale in genere e saussuriana in particolare come una linguistica antifilologica. Vero è il contrario. (...) Se il valore delle entità linguistiche non è determinato indicandone, secondo la maniera della grammatica comparativa, i corrispondenti più o meno simili esistenti in altri ambienti linguistici, ma è invece stabilito individuandone la funzionalità e gli elementi cofunzionali all'interno dello stesso sistema, (...), allora l'impegno filologico (nel caso di lingue morte) e l'approfondita inchiesta sul campo (nel caso di lingue vive) non sono più un lusso, ma sono una necessità vitale, intrinseca. (...) (em Saussure, os dados filológicos) perdono il carattere di curiosità biografiche, si illuminano della luce che viene dal concetto cardinale della nuova linguistica: il concetto di sistematicità delle entità linguistiche che comporta il concetto della radicale peculiarità storica di ogni realtà linguistica ..."

---

(33) Caussat, P. no glossário de W.von Humboldt, *Introduction à l'oeuvre sur le kavi et autres essais*, 1974, Paris: Seuil, pg.426.

(34) Humboldt, W.von (1974). *Introduction à l'oeuvre sur le kavi et autres essais*. Paris: Seuil, pg.426. Tradução livre minha de:

"là où la profondeur des forces purement intellectuelles est  
solidaire de la vitalité de l'imagination sensible"

(35) Saussure, Ferdinand (1916/1969) *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix.

### 3. Fundando uma ciência

Muitas das características da lingüística saussuriana se devem ao fato de que era uma "ciência-sendo-fundada-no-século-XIX". É ainda a esse propósito cientificista que se devem: (a) a postulação da inscrição social da linguagem e (b) a divisão da linguagem em língua e fala, com o conseqüente afastamento do falante.

#### *Conferindo cientificidade à investigação lingüística*

O advento do modelo saussuriano se confunde com a própria constituição da lingüística enquanto ciência. Normalmente, credita-se ao *Cours de Linguistique Générale* de Ferdinand de Saussure, eventualmente ao lado de *Language* de Edward Sapir, cujas edições originais datam de 1916 e 1921, respectivamente, a "fundação" da Lingüística científica.

Como sabemos, a idéia de que essas obras possam ter dado à luz sózinhas a Lingüística como disciplina é puramente mitológica. À parte a própria antigüidade da reflexão geral sobre a linguagem, havia, já desde o final do século XVIII, uma pesquisa sistemática sobre as línguas, que incluía registro, organização e classificação de dados, desenvolvimento e verificação de hipóteses e formulação de generalizações teóricas cujo escopo ia bem além do indutivo. É o caso da lingüística histórica européia e da lingüística antropológica norte-americana, particularmente visível em autores como Bopp e Humboldt. A novidade, portanto, estaria, não em fazer lingüística, mas em fazê-la cientificamente.

No que consistia exatamente essa cientificidade? Não faria sentido responder em termos atuais, hoje que a Ciência é já largamente hegemônica como atitude perante o conhecimento. No que diz respeito à nossa questão - o lugar do sujeito na lingüística saussuriana - é indispensável que essa interrogação seja respondida nos termos do século XIX. Efetivamente, "ser científico" no século XIX tinha uma conotação muito diferente da que tem hoje. Se hoje a Ciência participa de qualquer atividade humana que envolva o conhecimento - inclusive a teologia - , no século XIX ela ainda se destacava contra um pano de fundo religioso e filosófico.

Pelo menos no que se refere às elites, o Iluminismo já travara - e ganhara - a guerra mais importante, contra a visão teológica do universo. Cabia agora à Ciência ocupar o vácuo criado. Segundo Lia Formigari (1):

"A primeira batalha, a da chamada 'revolução copernicana' já tinha sido vencida na época do Iluminismo. Começa-se agora a travar a segunda, a de convencer a opinião corrente de que a natureza do homem se modifica, é evolutiva, como de resto o é a própria natureza no seu conjunto." (LF, pg. 14)

Como era a natureza do ponto de vista teológico, que se visava combater?

"... uma natureza imóvel, que conserva através do tempo o aspecto com que saiu das mãos de Deus, e na qual todas as criaturas, o homem incluído, têm caracteres eternos e um lugar fixo e imutável." (LF, pg. 12)

A ofensiva iluminista abriu caminho para que ambos - homem e natureza - fossem abordados de forma diferente:

"Foi precisamente ao utilizar e confrontar os dados recolhidos pela experiência e a observação, que os intelectuais do século XVIII elaboraram, ao mesmo tempo, uma nova idéia da natureza e uma nova idéia do homem. A Natureza é vista não já como uma realidade imóvel mas, sim, como um sistema em continua transformação e, embora seja um ser evolutivo que se modifica, o homem é caracterizado, em última análise, por um único dote específico: a extrema flexibilidade, a extrema plasmabilidade, a extrema adaptabilidade que fazem dele, entre todos os outros animais, o menos vinculado a um destino biológico e mais capaz de construir uma história." (LF, pg.12)

Tratava-se de reconceber o universo e, sobretudo, o homem dentro dele. Era mister, portanto, que a representação que o homem fazia de si mesmo fosse reconstruída. A supressão do sujeito assujeitado a Deus teve o efeito de um zeramento - aquilo que até então era dado como conhecido tornava-se uma terra incógnita. O homem passava a ser uma coisa a ser desvendada, de todos os pontos de vista - do fisiológico ao cultural. Para usar a expressão de Georges Gusdorf (1972, pg.9), foi no século XVIII, que "o homem se tornou para o homem um objeto de conhecimento objetivo." A Ciência agora estava no centro dos acontecimentos, sustentada por uma sólida base social:

"A sociedade burguesa de nosso período (1848-1875) estava confiante e orgulhosa de seus sucessos. Em nenhum outro campo da vida humana isso era mais evidente que no avanço do conhecimento, da 'ciência'. Homens cultos deste período não estavam apenas orgulhosos de suas ciências, mas preparados para subordinar todas as outras formas de atividade intelectual a elas." (EC pg.261)

Ser "científico", nesse momento, era em si mesmo uma atitude filosófica que se exercia em detrimento do conhecimento metafísico e religioso. O esforço de "desespiritualizar" o Homem vai transparecer em todas as ciências humanas emergentes. Atribuir ao ser humano a condição de objeto era um gesto primeiro de recusa e, ao mesmo tempo, uma forma de caracterizar inequivocamente a adesão aos parâmetros do mundo da ciência. Saussure não foi exceção a esse leitmotiv cientificista.

No momento em que Saussure viveu e trabalhou, a Ciência era um agressivo projeto, que ambicionava ocupar o espaço até então ocupado pela Filosofia e pela religião. Esse projeto lograra obter ampla adesão dos meios cultos e mesmo da classe média mais ilustrada da época. Tudo isso fazia com que a cientificidade fosse um atributo altamente valorizado, a ser conquistado por todas as áreas de estudos emergentes (2). Para uma área de estudos, ganhar o direito de se denominar "uma ciência" correspondia a uma emancipação - significava que ela passava a determinar as próprias regras, a ser a única autoridade a responder pelo objeto que estudava e pelos conteúdos que produzia, a ter o direito de estabelecer os próprios parâmetros de validação de verdades, a ser a única fonte legítima de conhecimentos sobre o "seu" objeto.

O projeto saussuriano era, expressamente, construir uma ciência. O primeiro passo seria definir um objeto. No seu caso, no entanto, havia algo a ser feito antes. Era preciso evitar qualquer confusão entre a sua proposta, na qual a linguagem figuraria como objeto realmente autônomo, de trabalhos anteriores, desafortunadamente também chamados "lingüísticos", permeados de imbricações com outros gêneros de estudos - históricos,

literários, culturais. Essa preocupação talvez explique o pouco caso que ele guarda com relação a seus contemporâneos e precursores. Saussure pretende incorporar todo o conhecimento válido acumulado até então, porém, desprezando suas premissas, seus horizontes e seu enforme teórico. De fato, no primeiro capítulo do *Cours*, "Visão geral da história da Linguística", Saussure sugere que nem vale a pena considerar esses trabalhos. Quando fala do comparatismo, por exemplo (3):

"Tal escola, porém, que teve o mérito incontestável de abrir um campo nôvo e fecundo, não chegou a constituir a verdadeira ciência da Linguística. Jamais se preocupou em determinar a natureza de seu objeto de estudo. Ora, sem essa operação elementar, uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria." (pg.10)

Após essa polida introdução, Saussure é implacável com o comparatismo, sobretudo pelo seu naturalismo (v. cap. ant.):

"Esse método exclusivamente comparativo acarreta todo um conjunto de conceitos errôneos, que não correspondem a nada na realidade e que são estranhos às verdadeiras condições de toda linguagem. Considerava-se a língua como uma esfera à parte, um quarto reino da Natureza; daí certos modos de raciocinar que teriam causado espanto em outra ciência. Hoje não se podem mais ler oito ou dez linhas dessa época sem se ficar surpreendido pelas excentricidades do pensamento e dos termos empregados para justificá-las." (pg.10)

Embora cite elogiosamente alguns de seus precursores, Saussure não presta nenhum tipo de tributo a eles. À parte esse primeiro capítulo do *Cours*, que relata "o passado", esses autores não voltarão a ser citados. Evidentemente, Saussure não criou todos os conceitos que emprega. Esse empenho em excluir o ponto de vista de seus precursores pode ser entendido como uma vontade de sublinhar a radical mudança de perspectiva que vai promover. A introdução do segundo capítulo, sobre "a matéria da Linguística", é quase simplória, se não for entendida dessa forma:

"A matéria da Linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a "bela linguagem", mas todas as formas de expressão." (pg.13)

Tudo isso para dizer que a matéria da Linguística ... é a linguagem. A especificação de que são "todas as manifestações" - e não só algumas - da linguagem, que constituem a matéria da Linguística, só faz sentido se for entendida como uma advertência de que o escopo dessa nova ciência é bem mais amplo do que o horizonte erudito ou literário, típico de seus predecessores.

Mais até do que a circunscrição do objeto, foi no método postulado que Saussure marcou sua diferença maior com os seus precursores - justamente, o método científico, aplicado, até então, só em entidades da natureza (4). O desenvolvimento mais lento das ciências humanas se deve, em grande parte, à pouca segurança que havia quanto à aplicabilidade do método científico àquela ordem de objetos. Não era certo que coisas como o Homem, a sociedade, o

pensamento e a linguagem pudessem receber um estatuto e um tratamento de objeto. A idéia de objeto correspondia àquilo que fosse palpável, mensurável, delimitável, imediatamente discernível e cujo comportamento pudesse se tornar previsível ao longo de um estudo.

Longe de ser uma inovação da ciência do século XIX, a atribuição ao homem de uma regularidade lógico-matemática houvera sido introduzida pela economia política, ainda no século anterior.

"A ousada inovação dos racionalistas clássicos havia sido demonstrar que algo como leis logicamente compulsórias era aplicável à consciência e ao livre arbítrio humano". (ER pg.306)

Procedimento que foi, desde sempre, polêmico: esse atributo da economia política "tendia a imbuir seus oponentes românticos de um selvagem anti-racionalismo." (ER pg.306) De qualquer modo, incorporar parâmetros lógico-matemáticos ao estudo do homem era já um processo em curso, no momento em que Saussure trabalha:

"A aplicação de métodos matemáticos à sociedade deu mais um passo importante neste período. Também aqui os cientistas de língua francesa lideravam a marcha, assistidos, sem dúvida, pela soberba atmosfera matemática da educação francesa. Assim, Adolphe Quételet, da Bélgica, em sua marcante obra 'Sobre o Homem' (1835), demonstrou que a distribuição estatística das características humanas obedecia à leis matemáticas conhecidas, do que deduziu, com uma confiança considerada então excessiva, a possibilidade de assimilar as ciências sociais às ciências físicas." (ER pg.308)

No final do século XIX, no entanto, esse processo assumiu um caráter mais específico: não se tratava apenas de empregar uma metodologia lógico-matemática, mas de tomar as ciências da natureza como referência - coisa que a economia política não fizera. O que parecia mais atraente nessas ciências, era a extração da verdade diretamente do objeto: o método científico que, nesse contexto, correspondia essencialmente ao método indutivo.

Caracterizar a adesão de Saussure ao espírito da época, ao empenho cientificista e ao positivismo difuso que perpassava tudo, é uma verdade que mostra a sua distância e a sua diferença com relação a outros linguistas ou à comunidade linguística de sua época. Isso posto, no entanto, é preciso notar que o ponto de vista saussuriano não pode ser confundido com o então hegemônico positivismo empirista (sobretudo de inspiração comtiana), dominante em todas as outras ciências. Desse ponto de vista, o *Cours* é um trabalho pioneiro e extremamente singular no quadro da época, indicativo da maturidade e sofisticação epistemológica de Saussure. Assim é que, ao definir o objeto, ele se mostra atento à forma como outras ciências trabalhavam e assume uma decidida posição anti-empirista:

"Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. Alguém pronuncia a palavra *nu*: um observador superficial será tentado a ver nela um objeto linguístico concreto; um exame mais atento, porém, nos levará a encontrar no caso, uma após outra, três ou quatro coisas perfeitamente diferentes,

conforme a maneira pela qual consideramos a palavra: como som, como expressão duma idéia, como correspondente ao latim nudum etc. Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras." (pg.15)

Dizer que "o ponto de vista cria o objeto" era uma afirmação revolucionária em seu tempo (5). O século XIX foi menos aberto a relativismos do que qualquer outra época, anterior ou posterior. A transparência e a acessibilidade do real eram dadas. Presumia-se que havia uma ordem natural nas coisas, que se revelaria ao cientista no decorrer de uma pesquisa. Ou, inversamente e para ser mais exato, o trabalho de pesquisa consistia precisamente nisto, em procurar essa ordem e, uma vez encontrada, nela inscrever o objeto. Pois, justamente, não é esse pressuposto indispensável como ponto de partida para qualquer procedimento indutivo?

Assim, tipicamente, o tempo do cientista desse período era dispendido sobretudo em duas atividades: classificação e estabelecimento de regularidades. O lançamento de hipóteses, a colocação de interrogações, não eram considerados atos criativos; tratava-se apenas de identificar - para preencher logo em seguida - as lacunas de conhecimento surgidas. Lacunas que, uma vez preenchidas, completariam a totalidade do conhecimento sobre um determinado objeto; o que correspondia a uma idéia das mais bizarras para o olhar atual: a do mundo finito. Acreditava-se que o que havia para ser conhecido um dia estaria esgotado. O que é mais curioso, é que muitos cientistas do século XIX julgaram estar próximos desse momento (6). A completude do conhecimento era considerada uma virtualidade factível. Em resumo, nessa época, totalmente imersa na fé no indutivo, as iniciativas no domínio da Ciência podiam ser apenas experimentais. As primeiras epistemologias não se entendiam enquanto tais. Saussure, ao contrário, tem clareza desde o início de que a "sua" lingüística é uma entre as possíveis.

O período que vai de 1789 a 1914, que poderíamos chamar de 'século XIX estendido', foi a época do nascimento da maior parte das disciplinas científicas, o que inclui a psicologia, a sociologia e a antropologia, além da semiótica e da psicanálise. Assim, era importante distinguir a Lingüística de outras ciências. Naquele momento, o conhecimento era um continuum sendo recortado e loteado pelas várias disciplinas. Cabia então ser bem claro a respeito de quem ocuparia que espaço:

"A Lingüística tem relações bastante estreitas com outras ciências, que tanto lhe tomam emprestados como lhe fornecem dados. Os limites que a separam das outras ciências não aparecem sempre nitidamente. Por exemplo, a Lingüística deve ser cuidadosamente distinguida da Etnografia e da Pré-História, onde a língua não intervém senão a título de documento; distingue-se também da Antropologia, que estuda o homem somente do ponto de vista da espécie, enquanto a linguagem é um fato social. Dever-se-ia, então, incorporá-la à Sociologia? Que relações existem entre a Lingüística e a Psicologia social? (...) e já que a Lingüística fornece à Psicologia social tão preciosos dados, não faria um todo com ela? (...) As relações da Lingüística com a Fisiologia não são tão difíceis de discernir: (...) Quanto à Filologia, já nos definimos: ela se distingue nitidamente da Lingüística,

malgrado os pontos de contato das duas ciências e os serviços mútuos que se prestam." (pg. 14)

Note que Saussure está menos interessado em fixar desde logo rígidos limites entre a Lingüística e as outras disciplinas, do que em colocar a Lingüística em posição de igualdade com as outras ciências, que devem, a partir de então, passar a respeitá-la como interlocutora autorizada para assuntos lingüísticos. Assim é que ele se permite aventar uma possível incorporação da Lingüística pela Sociologia e deixa em aberto a imbricação da Lingüística com a Psicologia social, desconsiderando a possibilidade de que isso pudesse vir a ser uma ameaça, ou pelo menos um problema, para a autonomia da Lingüística.

De qualquer modo, é interessante lembrar que a Lingüística foi considerada por muito tempo, junto com a Economia, as únicas das ciências humanas dignas desse nome (7). É bastante inexato o lugar comum de que a Lingüística tenha se espelhado ou mesmo se inspirado na Sociologia ou na Antropologia para se constituir.

Quando o termo 'sociologia' foi cunhado por Comte em 1830, a Lingüística já existia há muito tempo como disciplina regular (embora não com esse nome e ainda não revestida inteiramente de um caráter científico). Ainda assim, a constituição da Sociologia enquanto ciência só veio a acontecer com a sistematização de Émile Durkheim, que data dos últimos anos do século XIX e dos primeiros do século XX. É verdade que essa Sociologia primeira foi uma referência importante - porque "desnaturalizadora" - na elaboração do *Cours*. Porém, essa referência nada tem a ver com uma eventual precedência cronológica da Sociologia.

Podemos acreditar que o surgimento da Lingüística tenha correspondido a uma necessidade histórica, isto é, que de qualquer forma, com ou sem Saussure, surgiria uma Lingüística ou qualquer coisa como uma ciência da linguagem, no decorrer do 'século XIX estendido'. Isto é quase certamente verdadeiro. De fato, a linguagem aparece como tema em muitas outras sortes de estudos, o que é indicativo de sua propensão a se tornar um objeto de ciência. Ainda assim, é forçoso reconhecer que a proposta de Saussure vai bem além do necessário para fundar uma ciência.

O modelo concebido por Saussure atacou de frente um problema de raiz das ciências humanas: a inconstância e inconsistência do objeto, sua extrema permeabilidade ao que é externo, a dificuldade mesma de circunscrevê-lo. O mérito maior da proposta saussuriana foi a solução original que encontrou para abordar o problema de circunscrever a linguagem como objeto. Mais adiante voltaremos a esse tópico. Podemos adiantar, sinteticamente, que o gol desse modelo foi definir a linguagem a partir da correlação de suas partes, numa lógica interna independente de eventos externos.

O advento da lingüística saussuriana foi visto como um grande passo na realização do projeto de constituir os estudos do Homem em objeto, incorporando-os definitivamente ao território das ciências, livrando-os definitivamente do "subjetivismo" e da "inconsistência" da filosofia em que até então se encerravam. Em uma palavra, a constituição de uma ciência da linguagem parecia emancipar essa área de investigação de preconceitos pré-científicos e assegurar-lhe um terreno de liberdade: o mundo da pesquisa científica.

Vejamos de que forma, com que espécie de construto, Saussure procurou dar forma a uma ciência da linguagem e qual o lugar do sujeito nesse construto.

## *O paradigma saussuriano*

Na criação do paradigma saussuriano, o *Curso de Linguística Geral* instituiu uma ontologia da linguagem que pretendia superar as deficiências do que até então se assumia como o estudo da linguagem. Recuperemos alguns dos aspectos fundamentais dessa ontologia.

### *A inscrição social da linguagem*

Talvez o aspecto mais importante da ontologia saussuriana tenha sido a inscrição da linguagem entre os fatos sociais ("... a linguagem é um fato social" (pg.14)). Essa inscrição tinha mais de um sentido.

#### *(a) oposição ao caráter histórico*

Em primeiro lugar, ela se opunha ao caráter histórico que se atribuía à linguagem nos estudos que precederam Saussure. Esse dado é sublinhado no *Cours*, logo no primeiro capítulo, como ponto de partida e de diferenciação do trabalho de Saussure para o de seus predecessores, e representava um importante contraste com o tipo de pesquisa que se fazia até então.

Para Saussure, a Filologia de Wolf, a partir de 1777, "se aborda questões lingüísticas, fá-lo sobretudo para comparar textos de diferentes épocas, determinar a língua peculiar de cada autor, decifrar e explicar inscrições redigidas numa língua arcaica ou obscura" (pg.7).

Com o advento do comparatismo esses estudos se sofisticam. Saussure atribui a Bopp, autor do *Sistema de Conjugação do Sânscrito* (1816), o mérito de ter compreendido que "as relações entre línguas afins podiam tornar-se matéria duma ciência autônoma". Mas chama a atenção para o fato de que a única finalidade a que se presta a comparação é a "reconstituição histórica", sem que fosse possível extrair daí qualquer conclusão sobre o "fenômeno lingüístico".

Sobretudo o que Saussure criticava no ponto de vista historicista era a sua incapacidade de constituir a linguagem como um objeto consistente de investigação. No capítulo "Visão Geral da História da Lingüística", Saussure elogia os aspectos positivos daqueles trabalhos, mas não deixa de apontar os seus problemas. Saussure reserva críticas particularmente acerbas para o comparatismo, o ramo do historicismo que, amparado numa perspectiva "evolutiva" das línguas, pretendia fazer do método comparativo a abordagem científica da linguagem, conforme expusemos em citação supra.

A rejeição da perspectiva histórica vai ocorrer em benefício de uma outra na qual ressaltam dois aspectos: (a) a instância depositária da realidade da linguagem passa a ser o conjunto da sociedade e (b) essa realidade só pode ser apreendida se tomada em um único momento determinado (um "estado de língua"). Quanto ao primeiro aspecto, Saussure atribui a seus antecessores a sua postulação:

"Graças aos neogramáticos, não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos lingüísticos" (pg.12).

O segundo, que é o estabelecimento da prioridade do sincrônico, é simultâneo e interdependente à rejeição da perspectiva filológica:

"... o aspecto sincrônico prevalece sobre o outro, pois, para a massa falante, ele constitui a verdadeira e única realidade" (pg.105/106).

O ponto de vista da "massa falante" é assumido em oposição ao ponto de vista do filólogo, emancipando os estudos lingüísticos de duas limitações: a exclusividade da meta da reconstituição histórica e a exclusividade das fontes eruditas constituídas basicamente de autores do mundo clássico ou por antigos textos sagrados.

Saussure não vai desautorizar qualquer investigação histórica da língua. Ele apenas propõe que se passe a entendê-la como uma das dimensões possíveis e a menos importante. Sem dúvida, ele institui a prioridade do ponto de vista sincrônico. Mas não se pode esquecer que toda a terceira parte do *Cours* é dedicada à "Lingüística Diacrônica".

Saussure caracteriza a dualidade sincronia/diacronia como uma necessidade comum a todas as ciências que operam com valores. No capítulo "A Lingüística estática e a Lingüística evolutiva" ele expõe essa idéia:

"É que aqui, como em Economia Política, estamos perante a noção de *valor*; nas duas ciências, trata-se de um *sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes*: numa, um trabalho e um salário; noutra, um significado e um significante. (...) O eixo das simultaneidades, concernente às relações entre coisas co-existentes, de onde toda intervenção do tempo se exclui, e o eixo das sucessões, sobre o qual não se pode considerar mais que uma coisa por vez, mas onde estão situadas todas as coisas do primeiro eixo com suas respectivas transformações. Para as ciências que trabalham com valores, tal distinção se torna uma necessidade prática e, em certos casos, uma necessidade absoluta." (pg.95, itálicos do original)

Tal é a importância que Saussure atribui à diferença em abordar o objeto lingüístico por um ou outro eixo, que justifica mesmo a criação de duas disciplinas. Sua primeira sugestão é chamá-las de "Lingüística estática e Lingüística evolutiva", para em seguida as instituir como "Lingüística sincrônica e Lingüística diacrônica" (pg.96).

Estabelecida esta distinção, Saussure afirma que "desde que a Lingüística moderna existe, pode-se dizer que se absorve inteiramente na diacronia" (pg.97). E, como que para legitimar o ponto de vista privilegiadamente sincrônico que vai adotar, Saussure lembra que já a gramática de Port-Royal tinha um "programa estritamente sincrônico" e afirma que "esse método é, pois, justo, o que não quer dizer que sua aplicação seja perfeita" (pg.97)

E conclui:

"Após ter concedido um lugar bastante grande à História, a Lingüística voltará ao ponto de vista estático da gramática tradicional, mas com um espírito novo e com outros processos, ..." (pg.98).

De qualquer forma, como eu disse acima, o objetivo de Saussure é apenas estabelecer uma prioridade do sincrônico e não descartar completamente a diacronia. Assim é que Saussure preocupa-se em, uma vez estabelecida a prioridade do sincrônico, definir um lugar para a diacronia:

"Costuma-se dizer que não há nada mais importante que conhecer a gênese de um determinado estado; isto é verdade em certo sentido: as condições que formaram esse estado nos esclarecem acerca de sua verdadeira natureza e nos livram de certas ilusões; mas isso prova justamente que a diacronia não tem seu fim em si mesma." (pg. 106).

Por fim, ele reinstalou a diacronia, inscrevendo-a, no entanto, na nova perspectiva que sugeriu:

"A Linguística diacrônica estudará as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si" (pg. 116).

Portanto, se há que haver uma diacronia, ela não será a de seus precursores e contemporâneos comparatistas.

### *(b) o social de Saussure*

O "social" de Saussure era estreitamente relacionado a uma antropologia que se entendia como "estudo dos hábitos e costumes" (8). É quase certo que esse social tenha tido por referência a então nascente Sociologia (9) de Durkheim, com a qual, apesar da ausência de qualquer citação explícita, é possível identificar inúmeras correspondências. Duas são particularmente importantes:

A primeira é o caráter convencional da sociedade e da língua nela inscrita. Em Saussure, 'convencional' vem sobretudo em oposição a 'natural', como os lingüistas românticos concebiam a língua. Saussure condena as metáforas desses lingüistas (pg. 12), tais como "a língua faz isto ou aquilo" e "vida da língua", pois, para ele, "a língua não é mais uma entidade e não existe senão nos que a falam." Ao invés de entidade viva, para Saussure, a língua é uma forma cujos movimentos obedecem a uma lógica própria.

Tratava-se de um social convencional, entendido como convenção fixa de valores. Era sobretudo um "social" estático, cuja definição atendia muito bem à necessidade de fixar a linguagem a uma base ontológica estável. O objetivo de higienizar o objeto, mantido por Durkheim a respeito da "sociedade", quando de sua criação da sociologia, foi entendido por Saussure como uma forma feliz de aplicar o método científico com rigor a um objeto vocacionado para a inconstância e a inapreensibilidade.

Em Saussure, "social" e "convencional" são praticamente termos equivalentes. É "uma faculdade de associação e coordenação" que "desempenha o principal papel na organização da língua enquanto sistema".

"Para compreender tal papel, no entanto, impõe-se sair do ato individual, que não é senão o embrião da linguagem, e abordar o fato social".

"Entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio-termo; todos reproduzirão - não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente - os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos".

"Qual a origem dessa cristalização social? ..." (pg.21)

Mais adiante, Saussure responde:

"Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo". (pg.21)

Entretanto, as manifestações individuais de cada falante são por demais idiossincrásicas: a simples reunião de todas elas não resultaria num sistema coerente. Há, por isso, que distinguir entre essas manifestações e o sistema que as preside; entre fala e língua.

Aqui entra a segunda e mais importante correspondência entre Saussure e Durkheim: em reconhecendo dois níveis de fenômenos (ou do mesmo fenômeno), o social e o individual, postula a prioridade do social. A época de Saussure, "sociólogos" como Tarde e Simmel entendiam o social como somatória de individualidades; Durkheim, ao contrário, vai entender o individual como um momento secundário, posterior, ao social (10). Em Saussure, como em Durkheim, o geral precede o particular, o social precede o individual. Essa distinção, hierarquicamente configurada, vai se manifestar na linguagem na forma da dualidade língua e fala.

### *Língua e fala*

A dualidade língua/fala não aparece imediatamente. De modo algum, Saussure presume que ela esteja dada a priori, que seja imediatamente visível no empírico. Ela é resultado - talvez o mais interessante - do "corte" ('coupure') saussuriano, de sua operação de constituição de um objeto lingüístico. Saussure começa essa operação constatando o caráter problemático de se assumir a linguagem como objeto da Lingüística. No capítulo III do *Cours*, "Objeto da Lingüística", ele coloca:

"..., a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.

A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação" (pg.17)

Por oposição à linguagem, a língua não sofre dessa inapreensibilidade, até porque teria limites definidos desde logo e uma organização natural. Para Saussure, a língua ...

"... é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la, nem modificá-la; ela não

existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade." (pg.22)

"Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas." (pg.23)

Assim, Saussure institui a língua como a instância em que é possível e desejável investigar a linguagem sem que ela se confunda com outros fenômenos. Essa operação, que extrai a língua da linguagem, deixa, no entanto, um singular resíduo: a fala.

A fala é a linguagem menos a língua; é tudo aquilo que não pode ser compreendido pela língua. Para Saussure, fundamentalmente, a fala vai corresponder às manifestações individuais da linguagem e a língua àquilo que há de coletivo, de universalmente aceito por uma comunidade lingüística. A fala corresponde à execução da linguagem, que "jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor".

Concepção que não deve nos levar a acreditar que a fala seja real e a língua apenas virtual. É importante evitar o equívoco de imaginar que, para Saussure, a fala seja "concreta" e a língua a sua correspondente ou contraparte "abstrata". Ele deixa claro que "a língua (...) é um objeto de natureza concreta, (...). Os signos lingüísticos, embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações;..." (pg.23). O caráter convencional do signo, constituído por um conceito e uma imagem acústica, não o torna abstrato:

"... os termos implicados no signo lingüístico são ambos psíquicos e estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação". (pg.80)

"...; as associações, ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que tem sua sede no cérebro". (pg.23)

Assim, sendo ambas concretas, o que as distingue é o lugar que ocupam nos conjunto dos fatos lingüísticos. "Historicamente, o fato da fala vem sempre antes" (pg.28), o que significa que é a fala o universo de eventos original daquilo que vai ou não ser incorporado à língua. Essa precedência, no entanto, não torna a fala, enquanto instância, mais importante do que a língua: de qualquer modo, o fato de fala é um epifenômeno que só pode acontecer no âmbito de uma dada língua; ele a presume, portanto.

Falta ao fato de fala, o alcance coletivo e a inscrição sincrônica, exclusivos do fato de língua. Quanto a este último aspecto, aliás, bem ao contrário, a fala será, por definição, o território da diacronia: "tudo quanto seja diacrônico na língua, não o é senão pela fala" (pg.115). Mas é a falta de alcance coletivo que, para Saussure, estabelece definitivamente a primazia da língua. O caráter convencional da língua decide definitivamente o problema da definição do objeto de estudo:

"Nada existe, portanto, de coletivo na fala; suas manifestações são individuais e momentâneas"

"... a Lingüística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua".

Tivesse o falante algum poder de intervir na constituição do sistema ou dos signos lingüísticos, a fala mereceria um papel de maior destaque na epistemologia saussuriana. No entanto, nenhum outro fator, que não a convencionalidade, participa do processo de associação do conceito à imagem acústica, denominados, por Saussure, "significante" e "significado". Essa etiologia convencionalista só é possível porque o signo é arbitrário, isto é, nenhum outro elemento participa de sua constituição.

As duas partes do signo não guardam qualquer relação de necessidade entre si: "O significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade". (pg.83). A arbitrariedade do signo significa que ele não é determinado nem pelo sujeito que o emprega, nem pelo objeto que denomina.

A arbitrariedade do signo é condição para um dos mais importantes postulados da construção saussuriana - a negatividade ou relatividade do valor do signo:

"... os valores continuam a ser inteiramente relativos, e eis porque o vínculo entre a idéia e o som é radicalmente arbitrário". (pg.132) (11)

O falante não pode decidir pela inclusão ou exclusão de um signo no sistema; o signo não é arbitrário do ponto de vista do sujeito que o emprega. Ele deve empregar e reconhecer as partes de cada signo como indissociáveis. A língua é manipulada pelo falante como um objeto terminado - ele não tem, nem pode ter nenhum papel na sua constituição:

"Não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez esteja ele estabelecido num grupo lingüístico" (pg.83).

É no capítulo "Imutabilidade e mutabilidade do signo" que Saussure expõe mais claramente suas idéias a esse respeito.

"Se, com relação à idéia que representa, o significante aparece como escolhido livremente, em compensação, com relação à comunidade lingüística que o emprega, não é livre: é imposto. Nunca se consulta a massa social nem o significante escolhido pela língua poderia ser substituído por outro. (...) Um indivíduo não somente seria incapaz, se quisesse, de modificar em qualquer ponto a escolha feita, como também a própria massa não pode exercer sua soberania sobre uma única palavra: está atada à língua tal qual é.

A língua não pode, pois, equiparar-se a um contrato puro e simples, e é justamente por esse lado que o estudo do signo lingüístico se faz interessante; ... " (pg.85)

E, mais adiante:

"A língua, de todas as instituições sociais, é a que oferece menos oportunidade às iniciativas. A língua forma um todo com a vida da massa social e esta, sendo naturalmente inerte, aparece antes de tudo como um fator de conservação" (pg.88)

Trata-se da supressão de toda agentividade, no seu quadro ontológico.

"é essa faculdade (de associação e de coordenação) que desempenha o principal papel na organização da língua enquanto sistema. Para compreender bem tal papel, no entanto, impõe-se sair do ato individual, que não é senão o embrião da linguagem, e abordar o fato social. Entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio-térmo; todos reproduzirão - não exatamente sem dúvida, mas aproximadamente - os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos. (pg.21)

Pelo funcionamento das faculdades receptiva e coordenativa, nos indivíduos falantes, é que se formam as marcas que chegam a ser sensivelmente as mesmas em todos. De que maneira se deve representar esse produto social para que a língua apareça perfeitamente desembaraçada do restante? Se pudessemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo. (pg.21)

"Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º, o que é social do que é individual; 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental.

A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação.

A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações." (pg.22)

A um tal ponto chegará essa separação, que ela justificará a existência de duas linguísticas: a linguística da língua e a linguística da fala.

"O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física." (pg.27)

*O falante : um sujeito esvaziado*

Saussure reconhece um nível, uma instância individual da linguagem. Mas, decididamente não lhe confere importância. Daí sua lingüística ter sido considerada "sem sujeito". Seria mais exato dizer "sem que o indivíduo humano seja entendido como sujeito". Desse ponto de vista, mas só dele, essa asserção é verdadeira. Saussure reconhece um "indivíduo falante" (expressão que emprega mais de uma vez), mas o esvazia de qualquer subjetividade, entendida como agentividade sobre a linguagem. Do ponto de vista da língua, toda ação deste indivíduo é inócua.

Para Saussure era fundamental caracterizar como anônima toda produção lingüística. Ele tinha dois motivos para fazê-lo. Um era se opor aos seus precursores filólogos, para quem a identificação de autoria era indispensável na exegese de textos clássicos. Outro, era uma consequência natural da natureza convencional da linguagem: ou bem a produção lingüística era compartilhada ou era idiossincrásica, caso em que perdia todo interesse para a ciência da linguagem. Essa perspectiva era coerente tanto com o conceito de língua, em oposição à fala, como com uma concepção de "social enquanto objeto" de inspiração durkheimiana. (12)

A constituição de uma ciência pedia um objeto razoavelmente reconhecível e delimitável, o que justificou, para Saussure, a vasta operação de assepsia a que submeteu a linguagem para viabilizar o seu estudo. Saussure tem consciência da "artificialidade" da operação a que está procedendo: ele sabe que não está "descobrimo" uma realidade "natural", mas criando, ao mesmo tempo, um objeto e uma forma de descrevê-lo. Ele assume essa artificialidade como desejável e necessária. E, nesse contexto, elimina o indivíduo-sujeito - e muitas outras coisas.

No momento em que estabelece a preeminência do sincrônico sobre o diacrônico, Saussure institui a "massa falante" como fonte de dados, em detrimento de fontes eruditas ou históricas. Substituir vozes reconhecíveis por vozes anônimas, inscritas num momento cristalizado no tempo (o sincrônico), teve por consequência - senão por intenção - impedir o reconhecimento de um sujeito identificável a partir de sua própria ação. Pois, justamente, já não havia ação nenhuma a ser identificada. Nem agente.

Do mesmo modo, quando Saussure renuncia à interrogação sobre a mudança lingüística, evita um problema espinhoso. Essa supressão igualmente não parece casual, uma vez que todo o processo e as causas da mudança se encontrariam no nível da Fala e chamariam o indivíduo-sujeito e a História para explicar-se. Por fim, quando afirma a impossibilidade de um falante interferir no sistema, Saussure se aproxima de uma afirmação explícita da não-subjetividade.

Em uma palavra: tudo indica que a supressão do indivíduo-sujeito da epistemologia saussuriana não foi casual. Saussure tinha clareza de que, se mantivesse qualquer coisa como um sujeito humano, correria o risco de inviabilizar um sistema denso e autônomo, tal como propôs. Aliás, é interessante notar como ambas as coisas são interdependentes: Suprimir o sujeito era condição para afirmar o sistema. Ser bem sucedido em todos os aspectos da afirmação do sistema era condição de confirmação da viabilidade de uma epistemologia sem sujeito.

A Lingüística saussuriana é um trabalho complexo e pretendia ser completo. Saussure voluntariamente estava construindo um sistema que visava abarcar o conjunto da linguagem e não apenas um evento ou fenômeno a ela relacionado. Por isso, a exclusão do indivíduo-sujeito não pode ser entendida como acidental ou secundária. Ela foi deliberada e fazia parte desse projeto.

---

(1) Formigari, L. (1981) *O Mundo depois de Copérnico*. Lisboa: Edições 70.

(2) Sem exclusão de áreas discutíveis ou duvidosas como espiritismo, mesmerismo, teosofia, hipnotismo, homeopatia etc. É significativo que essas "disciplinas" - todas surgidas no século XIX - tenham reivindicado para si o rótulo de "doutrinas científicas", o que parecia lhes conferir uma credibilidade que as distinguiu das religiões tradicionais e das superstições. Elas respondiam à nova necessidade de que a própria Fé fosse fundada, ou pelo menos enquadrada, pela Ciência (que se tornou assim uma nova Fé). Processo que, por fim, atingiu todas as áreas. Assim é que, atualmente, todas as principais religiões podem ser estudadas em Faculdades de Teologia, cujos programas muito se assemelham, no formato, aos das demais disciplinas.

(3) Todas as citações de Saussure deste capítulo são da edição brasileira do *Curso de Linguística Geral*, 1969, São Paulo: Cultrix/EDUSP.

(4) Se bem que há um certo exagero no lugar-comum que reza que as ciências humanas teriam se inspirado nas ciências naturais. Essa afirmação é verdadeira só em parte; por duas razões:

A primeira é que a demanda pela perspectiva científica para o homem e para a natureza surgiu ao mesmo tempo, como vimos acima, no texto de Lia Formigari. E, de fato, o nascimento das disciplinas é muito próximo - não houve um bloco de ciências naturais seguido de um bloco das ciências humanas. Não há uma prioridade cronológica.

A segunda é que as grandes realizações das ciências naturais, que convocaram as ciências humanas à sofisticação e ao aprofundamento datam sobretudo do período entre-guerras (1918-1939) e não do século passado, quando o trabalho científico nas ciências naturais era bem mais rudimentar. Se essas ciências foram de fato uma referência, o eram sobretudo como fonte da metáfora de um objeto palpável e circunscriptível (o que não impedia que conceitos fantasiosos como o flogisto e o éter fossem ensinadas ainda nos anos 40 de nosso século). Os resultados mais importantes da física, química e biologia datam dos anos 20 a 50 do século XX.

(5) De fato, assim foi considerado o livro de Poincaré, lançado em 1902, *La Science et l'Hypothèse*, no qual se pode ler:

"Pour un observateur superficiel, la vérité scientifique est hors des atteintes du doute; la logique de la science est infaillible et, si les savants se trompent quelquefois, c'est pour en avoir méconnu les règles."(pg.23)

"Quelques personnes ont été frappées de ce caractère de libre convention qu'on reconnaît dans certains principes fondamentaux des sciences. Elles ont voulu généraliser outre mesure et en même temps elles ont oublié que la liberté n'est pas l'arbitraire. Elles ont abouti ainsi à ce que l'on appelle le *nominalisme* et elles se sont demandé si le savant n'est pas dupe de ses définitions et si le monde qu'il croit découvrir n'est pas tout simplement créé par son caprice. Dans ces conditions, la science serait certaine, mais dépourvue de portée.

---

S'il en était ainsi, la science serait impuissante. Or, nous la voyons chaque jour agir sous nos yeux. Cela ne pourrait être si elle ne nous faisait connaître quelque chose de la réalité; mais ce qu'elle peut atteindre, ce ne sont pas les choses elles-mêmes, comme le pensent les dogmatistes naïfs, ce sont seulement les rapports entre les choses; en dehors de ces rapports, il n'y a pas de réalité connaissable." (pg.25)

"La géométrie dérive-t-elle de l'expérience? Une discussion approfondie nous montrera que non. Nous concluons donc que ses principes ne sont que des conventions; mais ces conventions ne sont pas arbitraires, et transporté dans un autre monde (que j'appelle le monde non euclidien et que je cherche à imaginer), nous aurions été amenés à en adopter d'autres.

En mécanique, nous serions conduits à des conclusions analogues et nous verrions que les principes de cette science, quoique plus directement appuyés sur l'expérience, participent encore du caractère conventionnel des postulats géométriques." (pg.26)

Como se pode ver, o convencionalismo epistemológico de Poincaré é muito próximo do de Saussure. Pode-se ler aí a mesma clareza quanto à não-naturalidade dos modelos epistemológicos de qualquer ciência.

(6) Louis Pauwels, no seu clássico *O Despertar dos Mágicos* (Difel, São Paulo: 1970), descreve alguns casos, um pouco anedóticos, mas bem ilustrativos (pgs.26 a 29):

"...em 1887, o ilustre químico Marcellin Berthelot escrevia: 'Doravante o Universo não tem mais mistério'. (...) O Professor Simon Newcomb demonstrou matematicamente a impossibilidade do mais pesado que o ar. (...) O célebre Professor Lippmann, nessa mesma altura, declarava a um dos seus alunos que a Física estava concluída, classificada, arrumada, completa, (...) O alemão Clausius demonstrava que nenhuma fonte de energia além do fogo era concebível. (...) A partir de críticas exatas, esse século conseguiu criar uma mitologia negativa, eliminando o menor traço de incógnita no homem, rejeitando qualquer suspeita de mistério.

A biologia também estava completa. O Sr. Claude Bernard esgotara-lhe as possibilidades e concluiu-se que o cérebro segrega o pensamento, como o fígado segrega a bilis. Sem dúvida, acabaria por ser possível revelar essa secreção e escrever-lhe a fórmula química de acordo com as belas disposições em hexágonos imortalizadas pelo Sr. Berthelot. Se se soubesse de que forma os hexágonos de carbono se associam para criar o espírito, estaria virada a última página."

(7) Essa posição parece ter perdurado por muito tempo. Adrien Naville, citado por Tullio De Mauro (TM pg.319), ainda em 1901, escrevia: "Des innombrables sciences sociologiques désirables, une seule, outre la linguistique, semble s'approcher d'une constitution vraiment scientifique - c'est l'économique".

---

(8) A esse respeito são interessantes as citações de Whitney feitas por Saussure. Whitney, autor de *A vida da linguagem* (1875), como muitos outros, tipicamente estudava a linguagem ao lado da religião, dos hábitos alimentares etc. Segundo Saussure, Whitney "considera a língua uma instituição social da mesma espécie que todas as outras, ..." (pg.17). Saussure assume a generalidade desse postulado, embora ressaltando a especificidade da língua:

"As outras instituições - os costumes, as leis etc. - estão todas baseadas, em graus diferentes, na relação natural entre as coisas; nelas há uma acomodação necessária entre os meios empregados e os fins visados. Mesmo a moda, que fixa nosso modo de vestir, não é inteiramente arbitrária: não se pode ir além de certos limites das condições ditadas pelo corpo humano. A língua, ao contrário, não está limitada por nada na escolha de seus meios, pois não se concebe o que nos impediria de associar uma idéia qualquer com uma seqüência qualquer de sons.

Para mostrar bem que a língua é uma instituição pura, Whitney insistiu com razão no caráter arbitrário dos signos; com isso colocou a Linguística em seu verdadeiro eixo. Mas ele não foi até o fim e não viu que tal caráter arbitrário separa radicalmente a língua de todas as outras instituições." (pg.90)

(9) Naquela época, a sociologia era também uma ciência nascente, processo que se dava sobretudo a partir dos trabalhos de Émile Durkheim, importante referência para Saussure. A produção de Max Weber não tinha alcançado ainda a difusão que atingiria posteriormente. Também a "sociologia" historicista de Marx tinha ido pouco além do movimento comunista. No capítulo 4 volto ao tema.

(10) Doroszewski, no artigo "quelques remarques sur les rapports de la sociologie et de la linguistique: e.durkheim et f.de saussure" (in *Essais sur le langage*, org.E.Cassirer, Paris:Minuit, 1969), fala que "F.de Saussure - je le sais de source certaine - suivait avec un profond intérêt le débat philosophique engagé entre Durkheim et Tarde" (pg.108).

Não é possível, no entanto, concordar com o comentário que Doroszewski faz logo em seguida:

"Si l'on prend en considération non seulement l'idée, essentielle pour Saussure, de la 'langue', mais aussi celle, complémentaire, de la 'parole', l'ensemble de la doctrine saussurienne apparaît alors comme une curieuse tentative, entreprise par un linguiste de génie, pour concilier les doctrines opposées de Durkheim et de Tarde."

Saussure estabelece claramente a precedência do social, não podendo haver dúvidas de que rejeitava a concepção de Tarde. Evidentemente, Saussure, como Durkheim, não negava a existência de um nível individual; não era esta a questão. O que estava em discussão era o peso e o papel de cada um dos níveis.

O mencionado debate de Durkheim com Tarde é levado a cabo principalmente em *O Suicídio*, E. Durkheim, de 1897 (citado aqui de "Os Pensadores", São Paulo: Abril Cultural, 1978):

---

"Habitualmente, quando se faz referência a tendências ou paixões coletivas, tem-se propensão para encarar estas expressões unicamente como metáforas e maneiras de falar que não designam nada de real salvo uma espécie de média entre um certo número de estados reais. Manifesta-se uma recusa sistemática em considerá-las como coisas, como forças sui generis que dominam as consciências particulares. No entanto é esta a sua natureza ... " (pg.189)

"As tendências coletivas têm uma existência que lhes é específica; são forças tão reais quanto as forças cósmicas, ainda que sejam de uma outra natureza: agem igualmente sobre o indivíduo a partir do exterior, ainda que seguindo outras vias." (pg.191)

"... é um fato que as únicas forças ativas da sociedade são os indivíduos; simplesmente, ao unirem-se, os indivíduos formam um ser psíquico de uma nova espécie que, por conseguinte, tem a sua própria maneira de pensar e de sentir. Sem dúvida que as propriedades elementares de que resulta o fato social estão contidas em germe nos espíritos particulares. Mas o fato social só surge como tal a partir do momento em que estas são transformadas pela associação. (...) Quando as consciências, em vez de ficarem isoladas umas das outras, se agrupam e se combinam, há qualquer coisa que mudou no mundo. Em seguida, é natural que esta modificação implique outras, que esta novidade gere outras novidades, que apareçam fenômenos cujas propriedades características estão ausentes dos elementos que os compõem." (pg.192)

(11) Há aqui uma observação interessante a fazer. A posição de Saussure exclui em princípio toda denotação, o que deveria tornar absurdo buscar no objeto qualquer identidade com a sua representação. Entretanto, em um momento de seu texto, Saussure, contraditoriamente, fala em signos mais e menos arbitrários, se aproximando da noção peirceana de signo (na qual os tipos de signo - índice, ícone e símbolo - se definem pelo grau de identidade com o objeto denotado). Assim é que Saussure fala em "signos inteiramente naturais como a pantomima" (pg.82). Além disso, para Saussure, o símbolo "não é jamais completamente arbitrário. (...) O símbolo da justiça, a balança, não poderia ser substituído por um objeto qualquer, um carro, por exemplo".(pg.82)

(12) Nas suas *Regras do Método Sociológico*, (*Os Pensadores*, (1895/1978) São Paulo: Abril Cultural) Durkheim afirma que:

"Devemos considerar os fenômenos sociais em si mesmos, desligados dos sujeitos conscientes que, eventualmente, possam ter as suas representações; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, porquanto é nesta qualidade que eles se nos apresentam. (...) mesmo que os fenômenos sociais não tenham todas as características de um objeto, deveremos primeiramente tratá-los como se as tivessem."

## 4. Concebendo a língua como um sistema

Se Saussure não considera o 'indivíduo-falante' como sujeito da linguagem (1), como vimos no capítulo anterior, podemos então concluir que a epistemologia saussuriana não inclui o sujeito? Muitos autores assim o crêem. É o caso de Paul Henry, citado no primeiro capítulo dessa dissertação, que associa a supressão do sujeito à supressão do sentido, na lingüística saussuriana.

Aqui é necessário voltarmos à discussão levada a cabo no primeiro capítulo: que entendemos por sujeito? Levanto essa questão, porque nessa "constatação", da supressão do sujeito por Saussure, parece mais uma vez estar subjacente - ou nem tão subjacente assim - um sujeito antropomorfizado, entendido como sinônimo de indivíduo humano - efetivamente ausente em Saussure. Ora, se entendemos o sujeito como um princípio ou como um conjunto de propriedades, é mister que as procuremos mesmo longe da presença e da ação imediata de seres humanos. Só então podemos afirmar a presença ou ausência do sujeito. É possível que o sujeito esteja presente em Saussure sob alguma forma menos esperada.

Do mesmo modo que, em Durkheim, o social precede o individual, em Saussure, a língua precede a fala. Como vimos no capítulo anterior, o alcance da ação do indivíduo falante é sempre limitado pelo peso maior da língua enquanto instância social. Esse social, portanto, seria o elemento dessubjetivador da epistemologia, uma vez que tiraria do indivíduo falante a possibilidade de exercer uma ação sobre a língua. No entanto, se isso é verdade, justamente, está-se apontando para uma hipótese interessante: se só se pode falar de ação lingüística no nível da língua, então a língua é o sujeito.

### *O social como sistema e a língua como parte dele*

Desde logo, vale advertir que, se esse social é o sujeito, ele não o será do mesmo modo que no marxismo, onde as coletividades imbuídas de subjetividade histórica são sujeitos da história em função da ação que exercem sobre a própria sociedade. Não se trata, em absoluto, de substituir ou contrapor um sujeito coletivo ao sujeito individual (2).

O social de Saussure, ou mesmo o seu 'coletivo' (termo muito incidente no *Cours*), não é uma somatória de individualidades. É uma instância autônoma, regida por uma lógica autônoma, largamente independente de outras ordens de eventos. A língua, por sua vez, é um subsistema ou um parasistema desse social entendido enquanto sistema. A única necessidade imposta pelo social à língua é o caráter convencional. É o único elemento que caracteriza a inscrição social da língua. (O que limita as possibilidades de reducionismo ontológico, eterna tentação.) Fora a convencionalidade, toda a relação entre o lingüístico e o social é da ordem do possível - e não do necessário. Todas as necessidades no reino da língua advêm de sua lógica interior - a lógica da língua.

A língua é um fato social. Num nível muito básico, ela enforma todo fato social, do qual é componente inescapável. E, posteriormente, ela reflete, na forma de suas mudanças, esse fato social. Porém, os movimentos da língua não se confundem com os movimentos da sociedade: a língua está presente antes e depois deles. Essa relação de inserção autônoma da língua no social força a uma conclusão: a língua tem vida própria. Esse caráter auto-regulatório é que faz com que Saussure a considere como um sistema.

## *A lógica da língua*

Excluir da definição do signo e de seu processo constitutivo elementos exteriores como um sujeito produtor de sentidos e um objeto denotado é fundamental para viabilizar o tipo de lógica que Saussure atribui à língua.

Justamente, um dos aspectos mais importantes da ontologia saussuriana é a lógica interna que preside os elementos que constituem a língua. O que identifica e caracteriza essa lógica é a sua absoluta negatividade: cada elemento se define por não ser nenhum dos demais. Só ao conjunto do sistema pode-se atribuir substantividade. A extrema originalidade dessa formulação foi festejada continuamente. Em primeiro lugar, porque a impermeabilidade do sistema a fatos exteriores circunscrevia precisamente o campo coberto pelo fenômeno, restringia o número de variáveis a serem levadas em consideração e assegurava uma relativa estabilidade ao objeto. Em segundo, porque a operação dessa lógica tinha leis próprias, possíveis de identificar e classificar.

Essa lógica seria estruturalmente a mesma em todas as línguas: "... a disparidade dos idiomas oculta uma unidade profunda " (pg.116)

Para caracterizar a autonomia da língua, Saussure expurga toda possível fonte exterior de produção. Torna-se importante, nesse contexto, recusar categoricamente a precedência do pensamento sobre a linguagem. Saussure afasta toda possível suposição de que a linguagem seja uma exteriorização do pensamento. Ao contrário, ele enfatiza que só a linguagem pode dar forma ao pensamento:

"Psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio de palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta" (pg.130)

Uma das expressões encontradas por Saussure para caracterizar a linguagem é chamá-la de "pensamento-som" (pg.131). Para ele, o som e o pensamento, entendidos como "imagem acústica" e "conceito", são indissolúveis na linguagem e, uma vez que não há precedência (da linguagem sobre o pensamento), fora dela também.

O corolário desse raciocínio é que todo pensamento é lingüístico. A língua nada herda da mente, ao contrário, ela a enforma. De qualquer modo, Saussure não está interessado no pensamento como objeto. Como eu disse acima, o seu objetivo é viabilizar a caracterização negativa da composição do signo lingüístico.

Se nenhum elemento exterior participa da produção do signo, como ele é produzido? De alguma forma, Saussure desconsidera essa questão, não considerando relevante nem a interrogação sobre a gênese da linguagem, nem sobre o processo de mudança lingüística.

Sobre a gênese:

"... a questão da origem da linguagem não tem a importância que geralmente se lhe atribui. Tampouco se trata de uma questão a ser proposta; o único objeto real da Lingüística é a vida normal e regular de um idioma já constituído." (pg.86)

Sobre a mudança:

"Mas em que se baseia a necessidade de mudança? (...) não distinguimos os diferentes fatores de alteração; seria preciso encará-los em sua variedade para saber até que ponto são necessários.

As causas da continuidade estão a priori ao alcance do observador; não ocorre o mesmo com as causas da alteração através do tempo. Melhor renunciar, provisoriamente, a dar conta delas, e limitar-se a falar, em geral, do deslocamento das relações; o tempo altera todas as coisas; não existe razão para que a língua escape a essa lei universal." (pg.91)

Constituído por duas matérias diferentes, o pensamento e o som, o signo tem uma realidade apenas formal: "esta combinação produz uma forma, não uma substância" (pg.131). Quanto ao pensamento, é mais simples conceber a falta de substantividade. Mas mesmo quanto ao som, "...imagem acústica (...) não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som, ..." (pg.79).

Esse é o sentido da metáfora da folha de papel, parte da explicação sobre "substância e forma": "o pensamento é o anverso e o som o verso; não se pode cortar um sem cortar o outro;..."(pg.131). Como nem a idéia, nem o fonema, pré-existem à linguagem, ambos só podem ser identificados a partir dos signos de que fazem parte. A esse respeito, Saussure adverte:

"...é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra." (pg.132)

Um problema interessante e ilustrativo suscitado por essa perspectiva é justamente o da definição da unidade de análise a ser empregada, fundamental para a "aplicação do método" (pg.122).

Saussure levanta as dificuldades de encontrar essa unidade. As palavras podem ser constituídas por "subunidades" (o futuro "morfema") ou podem compor unidades maiores (exemplos de Saussure: caneta-tinteiro, por favor, tem sido). Tomar as frases como unidade, além do problema de sua enorme "diversidade", não impede que, no nível seguinte de análise, o investigador se depare novamente com a palavra, "e caímos nas mesmas dificuldades".

Por fim, ele conclui, pouco seguro:

"Não podendo captar diretamente as entidades concretas ou unidades da língua, trabalharemos sobre as palavras. Estas, sem recobrir exatamente a definição da unidade lingüística, dão dela uma idéia pelo menos aproximada, que tem a vantagem de ser concreta; tomá-las-emos, pois, como espécimes equivalentes aos termos reais de um sistema sincrônico, e os princípios obtidos a propósito das palavras serão válidos para as entidades em geral." (pg.132)

A dificuldade de definir empiricamente as unidades de análise leva Saussure a optar por uma definição abstrata, através do conceito de valor. Assim, o sistema saussuriano não é um sistema de palavras, mas um sistema de valores. Saussure parte de um critério geral para constituir o valor lingüístico:

"...mesmo fora da língua, todos os valores parecem estar regidos por esse princípio paradoxal. Eles são sempre constituídos:

1º por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar;

2º por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa.

Esses dois fatores são necessários para a existência de um valor." (pg.134)

Dois parâmetros se impoem, portanto, para o estabelecimento de um valor: o da sua convertibilidade e o da sua comparabilidade. No caso da língua, isso significa que:

"... uma palavra pode ser trocada por algo dessemelhante: uma idéia; além disso, pode ser comparada com algo da mesma natureza: uma outra palavra." (pg.134)

Note-se que Saussure não faz qualquer menção ao objeto. Definitivamente, seu sistema não é denotativo. É importante não confundir *valor* com *significação*:

"Seu valor (de uma palavra) não estará então fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser "trocada" por este ou aquele conceito, isto é, que tem esta ou aquela significação; falta ainda compará-la com os valores semelhantes, com as palavras que se lhe podem opor. Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação como também, e sobretudo, de um valor, e isso é coisa muito diferente." (pg.134)

"Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são." (pg.136)

Para Saussure, nem a "parte conceitual", nem a "parte material" são iniciais na língua:

"... na língua só existem diferenças. E mais ainda: uma diferença supõe em geral termos positivos entre os quais ela se estabelece; mas na língua há apenas diferenças sem termos positivos. Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem idéias, nem sons pré-existentes ao sistema lingüístico, mas somente diferenças conceituais e fônicas resultantes desse sistema." (pg.139)

Em contraste com a negatividade de cada um de seus termos, Saussure postula a positividade do Signo:

"Conquanto o significado e o significante sejam considerados, cada qual à parte, puramente diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo; é mesmo a única espécie de fatos que a língua comporta, pois o próprio da instituição lingüística é justamente manter o paralelismo entre essas duas ordens de diferenças..." (pg.140)

"Quando se comparam os signos entre si - termos positivos - não se pode mais falar de diferença; (...) dois signos que comportam cada qual um significado e um significante não são diferentes, são somente distintos. Entre eles existe apenas oposição". (pg.140)

As características do valor, não por acaso, coincidem com as da unidade:

"O que é verdadeiro do valor também o é da unidade. É um fragmento da cadeia falada correspondente a certo conceito; um e outro são de natureza puramente diferencial." (pg.140)

Em uma palavra: as unidades da língua nada devem a instância alguma. Não se reportam nem ao sujeito, nem ao objeto. Como é então constituído o signo? A partir de "um sistema latente, graças ao qual se obtêm as oposições necessárias à constituição do signo." (pg.153)

Portanto, o sistema reina soberano, instituindo (e destituindo) valores diferenciais a despeito da vontade dos usuários da linguagem. Vale notar que a impermeabilidade do sistema se apóia mais na negatividade do valor do que na arbitrariedade do signo. O que assegura, por fim, ao sistema que se comporte como um universo completo e suficiente.

#### *A língua é o sujeito*

Tudo isso caracteriza a autonomia da língua enquanto entidade, o que é condição necessária, mas ainda não suficiente para caracterizá-la como sujeito. Com efeito, se o sujeito da linguagem é "quem fala" ou "o que fala", podemos fazer a língua corresponder a esse sintagma? A pergunta "quem fala?", Saussure reponderia sem hesitar: o indivíduo falante. No entanto, esse falante, no âmbito do enquadramento epistemológico saussuriano, apesar de ter uma certa margem para fazer "combinações individuais, dependentes da vontade dos que falam" (pg.28), veicula fundamentalmente aquilo que participa da língua. Mesmo essas "combinações individuais" só farão sentido se forem entendidas pelo interlocutor como sendo língua.

De um ponto de vista exterior, o falar é ato do indivíduo falante:

"A parte psíquica não entra tampouco totalmente em jogo: o lado executivo fica de fora, pois a sua execução jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor; nós a chamaremos *fala*." (pg.21)

Se falar é proferir sentenças, frases, textos, discursos, a iniciativa de dizê-los não está na língua. Para Saussure, entretanto, o fato de a iniciativa ser pessoal é irrelevante. Quando postula esse conceito, Saussure está recuperando uma noção da Gramática de Port-Royal (cf. Ducrot, op.cit.): a do falante usuário. Alguém que literalmente usa o repertório da língua. Porém, essa relação de uso dificilmente é suficiente para caracterizar o falante usuário como sujeito (da linguagem, note bem; esse ato talvez o caracterize como sujeito de outra coisa, mas não da linguagem), pelo menos num sentido mais denso. Eis porque não é sujeito o falante-usuário-da-língua.

Podemos entender então que o papel do indivíduo é de elicitador de um ato de fala (expressão que uso aqui sem nenhuma relação com o trabalho de Austin). Mas, justamente, para Saussure, esse ato tem uma importância muito pequena, já que, qualquer que seja ele, consistirá apenas numa replicação de elementos já dados e autorizados pela língua. O fundamental na vida da linguagem são os movimentos internos da língua que resultam na geração de valores. Valores que se impõe ao falante, não apenas na forma de objetos obrigatórios, mas também de processos, entre os quais se inclui o próprio ato de fala. O ato lingüístico está ele também inscrito na língua. A prosódia, o diálogo, as funções jakobsonianas (referencial, expressiva, emotiva, metalingüística, poética), todos os elementos da semiótica lingüística de Hjelmslev, são parte da língua. Assim, se o falar for entendido como operação inscrita na língua, então o que fala é a língua.

Se acreditamos, conforme dissemos no primeiro capítulo, que o sujeito é uma entidade necessária em Lingüística, não poderíamos concluir pela sua ausência em Saussure. Quem fala é a língua. Que, por conseguinte, é o sujeito. Se todos os sentidos, se toda a gramática, se toda a fonologia estão inscritos na língua, então todo ato do falante não pode ser entendido senão como manifestação da língua: a língua não é falada, ela fala.

É, então, a língua uma entidade autônoma, da qual o falante seria apenas o médium através do qual ela se manifestaria? Não exatamente. Dizer isso, corresponderia a dizer que a história é a história da(s) língua(s). E, justamente, Saussure concebe a "história política" como interrelacionada com a história das línguas, mas separada dela:

"Os costumes duma nação têm repercussão na língua e, por outro lado, é em grande parte a língua que constitui a Nação.

Em segundo lugar, cumpre mencionar as relações existentes entre a língua e a história política. Grandes acontecimentos históricos, como a conquista romana, tiveram importância incalculável no tocante a inúmeros fatos lingüísticos. A colonização, que não é senão uma forma de conquista, transporta um idioma para meios diferentes, o que acarreta transformações nesse idioma." (pg.29)

De qualquer forma, se o sistema da língua não fala (diretamente e sem mediações) através dos falantes, manifesta-se à revelia de cada falante, impõe-se inescapavelmente a ele. No entanto e sobretudo, não é o falar como exterioridade que, por si, caracteriza a língua como sujeito. É o falar, como um processo enraizado e comprometido com o núcleo ativo da língua: a geração de valores. Na epistemologia saussuriana, a ação lingüística fundamental é o engendramento de valores (lingüísticos), que ocorre no âmbito da língua, jamais da fala ou do falante. É o que caracteriza a lógica da língua, tal como descrita por Saussure, como uma lógica subjetiva, e o próprio sistema da língua como sendo o sujeito da linguagem (3).

---

(1) Se bem que, para Michel Pêcheux, o construto saussuriano mantém um lugar para o sujeito, que não necessariamente o sujeito da linguagem. No artigo "Análise Automática do Discurso" (in *Por uma Análise Automática do Discurso - Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*, 1990, Campinas: Edunicamp), ele comenta ...

"... as conseqüências da operação de exclusão efetuada por Saussure: mesmo que explicitamente ele não o tenha desejado, é um fato que esta oposição autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a lingüística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, correlato necessário do sistema." (pg.71)

(2) Como faz Paul Henry na já citada *Ferramenta Imperfeita* (1992, Campinas: Edunicamp):

"Querer transformar por ela mesma essa noção de "sujeito" é tão sem sentido quanto querer transformar a noção de "sujeito da ciência" que dela decorre. Não é na prática teórica que se transformam as ideologias práticas dominantes, mas é na luta de classes, especificamente sob seus aspectos políticos e ideológicos, que elas são transformadas.

Ora, o desenvolvimento da luta de classes em todas as formações sociais capitalistas, o fato de que em certos países a luta de classes foi politicamente organizada porque o movimento operário munuiu-se de organizações políticas e sindicais, tiveram por corolário o desenvolvimento no interior das ideologias dominantes, mas rompendo com elas, de formações ideológicas *políticas* nas quais as posições da classe operária estão representadas. Essas formações ideológicas estão constituídas em torno de uma forma-sujeito, a do "sujeito-coletivo" (a célula, a seção sindical, o partido, as massas etc.) que rompe com a forma-sujeito constituída das ideologias práticas burguesas.

*Essa forma específica sujeito é a base de uma concepção teórica da subjetividade não delimitada pelo individualismo orgânico do corpo humano ...*" (pg.138)

"Assim como a produção de formações ideológicas proletárias, organizada em torno dessa forma-sujeito "sujeito coletivo", foi uma das condições políticas e ideológicas prévias ao corte epistemológico que se encontra na obra de Marx, parece que podemos afirmar que a apropriação dos conceitos do materialismo histórico numa prática científica faz intervir necessariamente essa forma-sujeito (em que se reconhece a impossibilidade de separar uma tal prática científica de uma prática política no quadro do movimento operário)." (pg.139)

---

A imposição de um compromisso com a militância política talvez possa ser vista hoje como uma espécie de 'marca de época' do texto, mas ela não é mais do que o corolário dessa perspectiva.

(3) Paul Henry, sempre na *Ferramenta Imperfeita*, compartilha de muitos desses argumentos, mas não da conclusão:

"... o único sujeito que se deve supor é aquele que a psicanálise define como efeito da linguagem enquanto realização do simbólico.

Mais especificamente, não se deve supor um "sujeito da língua". É bem verdade que Saussure atribui à língua como tal uma atividade de classificação e associação que tem todas as aparências da atividade de um sujeito. Esse sujeito não poderia ser o sujeito falante - Saussure é extremamente claro sobre esse ponto - nem tampouco essa instituição social tão específica com a qual ele identifica a língua." (pg.186)

## Sintetizando

Em seu livro, "A invenção do psicológico - quatro séculos de subjetivação 1500-1900" (Escuta/EDUC, São Paulo, 1992), Luís Cláudio Figueiredo defende a tese de que três formações ideológicas (1) caracterizam o século XIX e persistem, no século XX, como constitutivas do que ele chama "o espaço psicológico". São elas "o liberalismo, o romantismo e o regime disciplinar", que formariam um triângulo de três pólos, assim descritos:

"Ao pólo L, de liberalismo, pertencem os valores e práticas do individualismo ilustrado. Temos, então, como ideal, o reinado do 'eu' soberano com identidades nitidamente delimitadas, autocontidas, autodenominadas e autoconhecidas, capazes de se contrastarem umas em relação às outras, capazes de permanência e invariância ao longo do tempo e das condições. (...)

Ao pólo R, de romantismo, pertencem os valores da espontaneidade impulsiva, com identidades debilmente delimitadas, porque atravessadas pelas forças da natureza, da coletividade e da história, que se fazem ouvir de 'dentro' e não são impostas pelos hábitos e pelas conveniências civilizadas. (...)

Finalmente, ao pólo D, de disciplina, pertencem as novas tecnologias de poder, tanto as que se exercem sobre identidades reconhecíveis e manipuláveis segundo o princípio da razão calculadora, funcional e administrativa, como as que se abatem sobre identidades debilmente estruturadas e passíveis de manipulação mediante a evocação calculada de forças suprapessoais ..." (pg.150)

Figueiredo sublinha que "relações de complementaridade e conflito unem e separam cada um destes pólos dos outros dois", o que significa que nem sempre esses discursos serão encontrados em estado puro; mais freqüentemente aparecerão em formas híbridas, tendentes para um ou outro pólo. A relação entre esses discursos nunca se acomoda, há sempre um movimento, uma tensão. "Desta tensão persistente gera-se um território novo e, no século XIX, ainda sem nome. É da natureza deste espaço que ele seja um espaço de desconhecimento."

Cito essa passagem, porque, apesar da diferença de objeto de Figueiredo (se bem que é enorme a área de intersecção que há entre a reflexão da questão do sujeito na psicologia e na lingüística), essa divisão, incluindo sua tensão e o espaço que cria, me parece extremamente feliz para caracterizar os termos nos quais é interessante expor as opções de Saussure sobre o sujeito.

No segundo capítulo desta dissertação, procurei mostrar como Saussure rejeita categoricamente o pólo R - o sujeito romântico. No terceiro capítulo, procurei mostrar como, na distinção língua/fala, Saussure reconhece o pólo L, na forma do falante, individual e idiossincrásico, mas se recusa a inserir esse "sujeito liberal", incerto e inconstante, na sua epistemologia. No quarto capítulo, procurei mostrar a opção de

Saussure pelo pólo D na forma da língua: o "sujeito disciplinador" aqui é o sistema, que segue uma "razão calculadora, funcional e administrativa" e, fundamentalmente, "suprapessoal".

---

(1) Figueiredo fala, na verdade, em "formas de pensar e praticar a vida em sociedade", que estou "traduzindo" pela mais sintética expressão "formações ideológicas", na suposição, evidentemente, de não estar "traindo" seu pensamento.

## Bibliografia

- Benveniste, E. (1965/1976) *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Cia.Ed.Nacional/EDUSP.
- Chomsky, N. (1968) *Language and Mind*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc.
- Chomsky, N. (1981) *Regras e Representações*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Chomsky, N. (1987) "On the Nature, Use and Acquisition of Language - Kyoto, I" (texto não publicado)
- Crystal, D. (1988) *Dicionário de Linguística e Fonética*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Culler, J. (1976) *As idéias de Saussure*. São Paulo: Cultrix.
- Doroszewski (1969) "Quelques remarques sur les rapports de la sociologie et de la linguistique: e.durkheim et f.de saussure" in *Essais sur le langage*, org.E.Cassirer, Paris:Minuit
- Dubois, J. et alii (1978) *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix
- Ducrot, O./Todorov, T. (1972) *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, Paris: Seuil
- Ducrot (1968) *Le Structuralisme en Linguistique*. Paris: Seuil.
- Durkheim, E. (1895/1978) *As Regras do Método Sociológico* (no volume *Durkheim* da coleção "Os Pensadores"). São Paulo: Abril Cultural
- Durkheim, E. (1897/1978) *O Suicídio* (no volume *Durkheim* da coleção "Os Pensadores"). São Paulo: Abril Cultural
- Elia, S. (1978) *Romantismo e Linguística*. In J.Guinsburg (org.), *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva.
- Franchi, C. (1977). Linguagem - atividade constitutiva. *Almanaque*, 5, 9-27
- Figueiredo, L.C. (1992) *A Invenção do Psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. São Paulo: Escuta/Educ.
- Formigari, L. (1981) *O Mundo depois de Copérnico*. Lisboa: Edições 70.
- Gardner, H. (1985) *The mind's new science*. New York: Basic Books.
- Guigniaut, J. (1869) Notice historique sur la vie et les travaux de M.François Bopp (in Bopp, Franz (1816/1989). *Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin, and Teutonic Languages, showing the original identity of their grammatical structure*. Amsterdam: John Benjamins)

- Guimarães, E. (1987) *Texto e Argumentação - um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes.
- Henry, P. (1977/1992) *A Ferramenta Imperfeita: Língua, Sujeito e Discurso*. Campinas: Ed.Unicamp.
- Hobsbawm, Eric J. (1979) *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hobsbawm, Eric J. (1977) *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hobsbawm, Eric J. (1989) *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Humboldt, W.von (1835/1974). *Introduction à l'oeuvre sur le kavi et autres essais*. Paris: Seuil
- Koch, I. (1993) "A atividade de produção textual" in *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 24, 65-73. Campinas: IEL/Unicamp.
- Lalande, A. (org.) (1926/1991) *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris: Quadrige/PUF.
- Kant, E. (1783/1987) *Prolegómenos a toda Metafísica Futura*. Lisboa: Edições 70.
- Kant, E. (1983) *Crítica da Razão Pura* (no volume *Kant* da coleção "Os Pensadores"). São Paulo: Abril Cultural.
- Normand, Claudine (1992) Le sujet dans la langue. *Langages*, 77.
- Oléron, P. (1979) *L'enfant et l'acquisition du langage*. Paris, PUF.
- Orlandi, E.P. (1987). *A linguagem e seu funcionamento* (2ªed.). Campinas: Pontes.
- Orlandi, E.P. (1990). *Terra à Vista*. Campinas: Cortez/Ed.Unicamp.
- Parret, H. (1988). *Enunciação e Pragmática*. Campinas: Ed.Unicamp.
- Pauwels, L. (1970) *O Despertar dos Mágicos*. São Paulo: Difel
- Pêcheux, M. (1988) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed.Unicamp. (tradução brasileira de *Les vérités de la Palice*, 1975)
- Pêcheux, M. (1990) Análise Automática do Discurso in *Por uma Análise Automática do Discurso - Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed.Unicamp.
- Peirce, C.S. (1977) *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva.
- Piaget, J. (1978) *A Epistemologia Genética* (no volume *Piaget* da coleção "Os Pensadores"). São Paulo: Abril Cultural.
- Poincaré, H. (1902/1968) *La Science et l'Hypothèse*. Paris: Flammarion.
- Possenti, Sirio (1988) *Discurso, Estilo e Subjetividade*. São Paulo: Maritns Fontes.

- Rousseau, J.J. (1759/1983) *Ensaio sobre a origem das línguas* (no volume *Rousseau* da coleção "Os Pensadores"). São Paulo: Abril Cultural.
- Saussure, F. (1916/1969) *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix/Edusp.
- Saussure, F. (1968) *Corso di linguistica generale* (edição comentada por Tullio De Mauro). Bari:Laterza.
- Starobinsky, J. (1971) *As palavras sob as palavras*. São Paulo: Perspectiva.